



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024



 **BNDES**



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

Mensagem da ministra

O ano de 2024 foi contundente ao mostrar como o equilíbrio ambiental é fundamental para a preservação da vida em nosso planeta – em especial, a vida das pessoas. Os eventos climáticos extremos exigem profundo engajamento, solidariedade e o compromisso com soluções que evitem sua repetição. Desde o primeiro dia, o governo brasileiro, de forma abrangente, e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em particular, vêm construindo ações de curto, médio e longo prazo para conciliar o equilíbrio climático com o crescimento econômico do país.

O Fundo Amazônia, principal instrumento concreto de cooperação internacional na agenda de enfrentamento do desmatamento da Amazônia, é fundamental para o sucesso dessa equação. Foi concebido pelo Ministério do Meio Ambiente a partir da compreensão de que os problemas ambientais são globais e os benefícios dos serviços ambientais prestados pela Amazônia transcendem a região do bioma.

A proposta foi apresentada pelo governo brasileiro durante a COP 12 do Clima, em Nairóbi, em 2006. Consiste em um mecanismo de captação de recursos para financiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, pesquisa científica, bem como a promoção da conservação e do uso sustentável da floresta.

Foi oficializado pelo BNDES em 2008 e recebeu doações iniciais da Noruega e da Alemanha. Entre 2008 e 2018, apoiou projetos importantes para o fortalecimento de iniciativas socioambientais estratégicas à conservação da biodiversidade amazônica. Esse processo foi interrompido entre 2019 e 2022, período em que a política ambiental do país também sofreu ampla paralisação.

Dois anos após a retomada da agenda ambiental, iniciada em 2023, com a reconstituição da governança do Fundo Amazônia e o relançamento de projetos e iniciativas, aprovados pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) – presidido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima –, temos agora resultados concretos de uma ação concertada entre diversos atores públicos e privados, atuando nos quatro eixos do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que alcançou, em 2024, a menor taxa de desmatamento da década.

No eixo de monitoramento e controle, houve pronta resposta, com o apoio aos corpos de bombeiros militares dos estados da Amazônia Legal no combate a queimadas e incêndios. No eixo de atividades produtivas sustentáveis, construímos iniciativas e apoiamos projetos que geram emprego e renda a partir da floresta em pé – ações que não apenas respeitam, mas têm o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e demais comunidades tradicionais.

Após quatro anos de paralisação, em apenas dois anos foram aprovados mais de vinte projetos, que somam R\$ 1,5 bilhão. São iniciativas de múltiplas naturezas: algumas garantem veículos e equipamentos para os estados combaterem incêndios, inclusive os de proteção para bombeiros e brigadistas; outras apoiam ações capilarizadas voltadas a povos indígenas e comunidades tradicionais, aliando preservação ambiental com melho-

ria de vida. São ações que contribuem para o combate ao desmatamento e, ao mesmo tempo, promovem segurança alimentar, aumento de renda e fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, impulsionando a bioeconomia.

Com o programa Restaura Amazônia, o Fundo Amazônia passa a contribuir para o Arco da Restauração e para a meta brasileira de restaurar 12 milhões de hectares. Isso se dará por meio da restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais (SAF), promovendo, ao mesmo tempo, a captura de carbono, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a melhoria da vida das pessoas que mantêm a floresta em pé – com o desenvolvimento da cadeia da restauração.

A cooperação internacional tem reconhecido esse esforço e renovado sua confiança no governo brasileiro e na nossa agenda de combate ao desmatamento que logrou uma redução de 46% em relação a 2022. O Fundo Amazônia recebeu, apenas em 2024, cerca de R\$ 1 bilhão, com o apoio de sete países doadores – Noruega, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca, Suíça e Japão –, além da Petrobras.

Em breve, nosso país sediará a COP 30, em Belém, no coração da Amazônia. Nada poderia ser mais simbólico do que realizar a principal conferência global sobre mudanças climáticas justamente em uma das regiões mais importantes para o equilíbrio do planeta na contenção do aquecimento global. A Amazônia, apenas por existir, reduz em 1,5°C a temperatura global – e, sem ela, o regime de chuvas do nosso país seria drasticamente alterado, com consequências econômicas graves, especialmente para o setor agroindustrial.

Na nossa casa, no Brasil, vamos fazer a diferença e mostrar ao mundo que estamos unidos para construir um futuro ecologicamente sustentável. Um ciclo novo de prosperidade, em benefício de todos os brasileiros e brasileiras, com democracia, redução das desigualdades sociais e respeito à diversidade e sustentabilidade.

O Fundo Amazônia é parte essencial dessa história e desse futuro. Convido todas e todos a conhecerem mais sobre a trajetória e a atuação do fundo nas páginas deste relatório.

Marina Silva

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima



Mensagem do presidente

O ano de 2024 marca a consolidação do Fundo Amazônia como grande instrumento de conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e alinhados com a principal política pública do setor, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), em 2024 tivemos a aprovação recorde de R\$ 932 milhões para novos projetos e o lançamento de iniciativas inovadoras que somaram mais de R\$ 183 milhões.

Diante das queimadas e incêndios na região Norte do país, o Fundo Amazônia prontamente retomou seu apoio aos corpos de bombeiros militares, com a disponibilização de até R\$ 45 milhões para cada um dos nove estados da Amazônia Legal, para projetos de combate e prevenção de incêndios e queimadas. Ao lado das ações de comando e controle, avançam os projetos e as iniciativas para promover as atividades produtivas sustentáveis, todas associadas a políticas públicas.

Por meio do Restaura Amazônia, iniciativa lançada em 2023 alinhada ao Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), foram contratados em 2024 R\$ 450 milhões para recuperação de vegetação nativa na Amazônia Legal, a fim de transformar o Arco do Desmatamento no Arco da Restauração. Trata-se de esforço para recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030.

Com R\$ 150 milhões do Fundo Amazônia, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o MMA, lançou a chamada pública Sanear Amazônia – Água Potável para Comunidades da Amazônia, para implantação de tecnologias sociais de acesso à água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos, bem como para prover serviços de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva de mais de 4 mil famílias.

A chamada pública Amazônia na Escola, lançada em 2023 e com projetos selecionados em 2024 no valor total de R\$ 332 milhões, contribuirá para a meta do PPCDAm de aumentar em 20% as ações de comercialização dos produtos sustentáveis e sociobiodiversos por meio de políticas públicas de compras governamentais.

Finalmente, diante da relevância dos territórios quilombolas para manter a floresta em pé, em 2023, o Fundo Amazônia, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), MDA e MMA, lançaram a iniciativa Naturezas Quilombolas para apoiar comunidades quilombolas à luz das diretrizes, objetivos e eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ).

O conjunto dessas iniciativas, umbilicalmente ligadas às políticas públicas, cada uma com suas especificidades e seus parceiros, além de conservar a sociobiodiversidade, promove melhorias significativas na qualidade de vida dos povos que mantêm a floresta em pé e contribui para o desenvolvimento e fortalecimento de uma economia cooperativa e sustentável, em substituição a modelos predatórios.

O esforço da retomada foi reconhecido, e a ampliação da atuação foi apoiada pelos doadores, cujos recursos integralizados no fundo somaram R\$ 990 milhões de reais em 2024. Além de Noruega, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e Suíça, em 2024 Japão e Dinamarca se tornaram doadores, reforçando o Fundo Amazônia como principal iniciativa concreta para cooperação internacional na agenda do enfrentamento do desmatamento da Amazônia.

Se em 2023 celebramos os 15 anos do Fundo Amazônia, em 2024 iniciamos a preparação para um evento de extrema importância, a COP 30, que ocorrerá em 2025 em Belém (PA). É o momento de consolidarmos o Brasil como responsável pela maior e mais bem-sucedida experiência de financiamento climático florestal do mundo. Estamos traduzindo o apoio da comunidade internacional em ações com resultados concretos na região.

Aloizio Mercadante

Presidente do BNDES



SUMÁRIO EXECUTIVO

O FUNDO AMAZÔNIA apoia, com recursos não reembolsáveis, ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Até 20% de seus recursos podem ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

FUNDO AMAZÔNIA

Criado em 1º de agosto de 2008 (Decreto 6.527), o fundo começou a operar em 2009. Em 2024, chegou ao total de:



119 PROJETOS APOIADOS



R\$ **1,76** bi DESEMBOLSADO



R\$ **2,99** bi APROVADOS

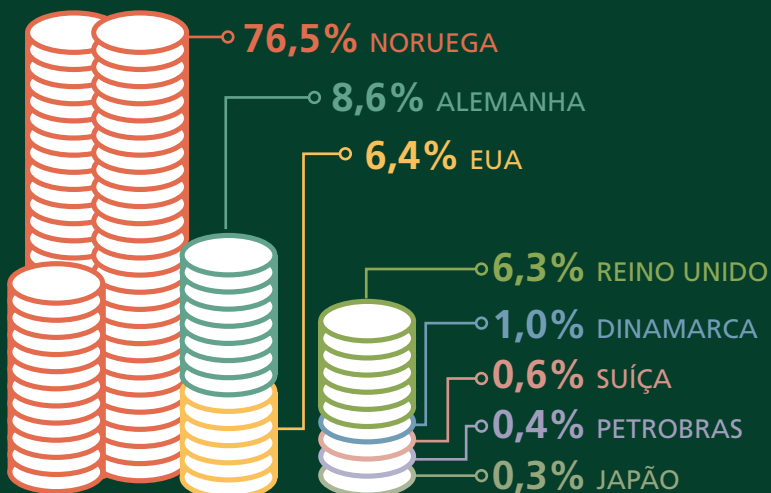


R\$ **4,5** bi EM DOAÇÕES RECEBIDAS

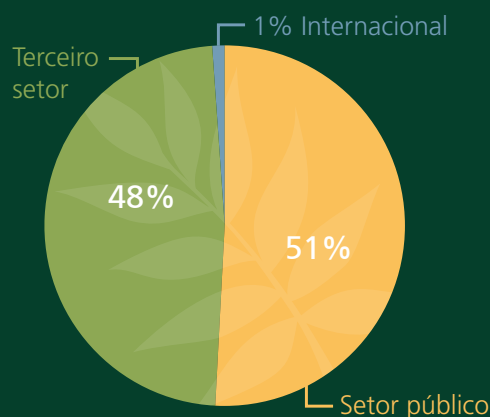
NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS,
POR LOCALIZAÇÃO



ORIGEM DAS DOAÇÕES



NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS
(% DO VALOR)



COM AS AÇÕES APOIADAS, FORAM
ALCANÇADOS OS SEGUINTE RESULTADOS:



1,2 milhão de imóveis
rurais inscritos no Cadastro
Ambiental Rural (CAR)



2.123 missões
de fiscalização ambiental efetuadas



652 organizações
do terceiro setor com avanços em
gestão e governança



259 mil pessoas
beneficiadas com atividades
produtivas sustentáveis



192 unidades
de conservação apoiadas



122 terras indígenas
da Amazônia apoiadas



619 publicações
científicas ou informativas produzidas

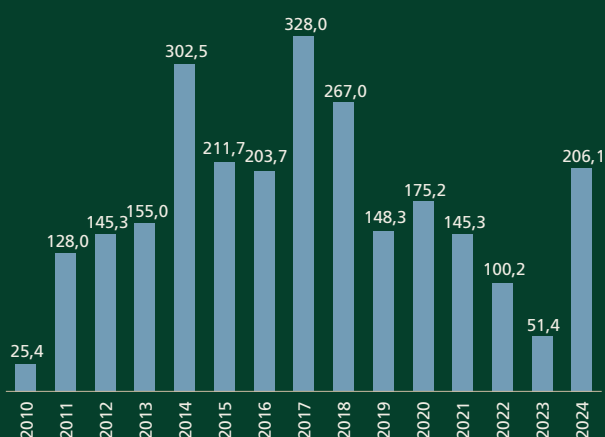


32.837 incêndios florestais
ou queimadas combatidos
pelos bombeiros militares



326 órgãos ambientais
fortalecidos (federais, estaduais
e municipais)

DESEMBOLSOS ANUAIS (EM R\$ MILHÕES)



GESTÃO E GOVERNANÇA

Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social (BNDES)

A GESTÃO do fundo é realizada pelo BNDES,
responsável por contratar e monitorar os projetos
apoiados, bem como por divulgar as atividades
e os resultados.

A estrutura de GOVERNANÇA é composta de
dois comitês:

Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA)

Integrado por representantes do Governo Federal,
dos governos estaduais e da sociedade civil, o COFA
determina as diretrizes e acompanha os resultados
obtidos pelo fundo.

Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA)

Composto de especialistas independentes, o CTFA
atesta as reduções de emissões de gases de efeito
estufa oriundas do desmatamento.

Para mais informações, consultar a seção
“Governança do Fundo Amazônia” do capítulo
“Governança, captação e comunicação”
deste relatório.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em 2024, o Fundo Amazônia atingiu o número
de 74 projetos concluídos, dos quais sete foram
finalizados ao longo do ano. Em seu *site*, estão
publicados resumos dos resultados de cada projeto,
além de estudos externos de avaliação
de efetividade dos projetos apoiados.

Os resumos dos projetos concluídos em 2024
também podem ser consultados no capítulo
“Projetos concluídos” deste relatório.

TRANSPARÊNCIA

O Fundo Amazônia publica informações atualizadas
sobre projetos apoiados, doações recebidas,
governança, bem como avaliações de efetividade.

www.fundoamazonia.gov.br

Sumário



| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| Apresentação..... | 10 |
| Objetivos do Fundo Amazônia..... | 11 |
| Evolução recente, desafios e perspectivas..... | 13 |
| GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO..... | 17 |
| Governança do Fundo Amazônia..... | 18 |
| Captação de recursos..... | 20 |
| Articulação institucional e cooperação técnica..... | 22 |
| Comunicação..... | 23 |
| DESEMPENHO OPERACIONAL | 25 |
| Perfil da carteira de projetos | 26 |
| Aspectos contábeis e financeiros | 31 |
| Auditorias..... | 32 |
| MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS | 33 |
| Contextualização..... | 34 |
| Quadro Lógico do Fundo Amazônia..... | 35 |
| Monitoramento de indicadores regionais | 37 |
| Quadro de resultados dos projetos | 51 |
| Salvaguardas do Fundo Amazônia..... | 58 |
| Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável..... | 59 |
| Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável | 62 |
| Avaliação de efetividade | 63 |
| Gestão de riscos do Fundo Amazônia | 64 |
| PROJETOS CONCLUÍDOS..... | 73 |
| Projetos concluídos em 2024..... | 74 |
| Projetos concluídos em anos anteriores | 106 |
| PROJETOS EM EXECUÇÃO | 117 |
| PROJETOS CONTRATADOS | 121 |
| Projetos contratados em 2024..... | 122 |
| ANEXOS | 153 |
| ANEXO 1 – Auditoria financeira..... | 154 |
| ANEXO 2 – Visão estratégica para as diretrizes e focos para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia | 175 |
| ANEXO 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações | 202 |
| ANEXO 4 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia | 207 |
| ÍNDICE REMISSIVO DE PROJETOS | 219 |



INTRODUÇÃO



Apresentação

O Fundo Amazônia é o principal instrumento nacional de financiamento de ações para redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+),¹ além de ser o maior fundo global de REDD+.² Em 2023, completou 15 anos de funcionamento e desde então vem consolidando um novo ciclo de atuação como instrumento financeiro relevante para o suporte às políticas de combate ao desmatamento e de promoção do desenvolvimento sustentável por meio da cooperação internacional. Proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), teve sua criação autorizada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pelo Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008. Foi constituído para receber doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, de conservação e de uso sustentável da Amazônia Legal.

Entre 2019 e 2022, em razão da dissolução de sua estrutura de governança³ e da extinção e descontinuidade do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), política pública que referenciava a atuação do fundo, a análise e a contratação de novos projetos no âmbito do Fundo Amazônia foram interrompidas, assim como foram paralisadas as doações de países parceiros. Com o início da nova gestão, em 1º de janeiro de 2023, os primeiros atos do governo incluíram a promulgação do Decreto 11.368, que restabeleceu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA). Ainda nessa data, foi assinado o Decreto 11.367, que instituiu a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e restabeleceu o PPCDAm. Os dois atos promulgados permitiram a retomada completa das atividades do Fundo Amazônia, após um hiato de quatro anos.

O ano de 2023 foi marcado pela reconstrução institucional do Fundo Amazônia, que incluiu, além da promulgação dos decretos citados, toda a revisão das diretrizes de aplicação de recursos e a recomposição de estruturas de trabalho no Governo Federal e no BNDES. O restabelecimento da governança permitiu que novas doações ocorressem, e, no fim de 2023, o fundo havia reconstruído seu portfólio com a aprovação de novos projetos e o lançamento de iniciativas como Amazônia na Escola e Restaura Amazônia, além de ter alcançado uma diversificação de países doadores.

Em 2024, esse movimento de diversificação dos doadores internacionais teve continuidade, quando Dinamarca e Japão passaram a integrar o grupo, do qual já faziam parte

-
- ¹ REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC), para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados a atividades de: (i) redução de emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução de emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação de estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal.
 - ² De acordo com o *site* Climate Funds Update (disponível em: <https://climatefundsupdate.org/data-dashboard/themes/#redd>. Acesso em: 28 abr. 2025).
 - ³ Em decorrência do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da Administração Pública Federal.

Noruega, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Suíça. As doações integralizadas em 2024 somaram R\$ 990 milhões, e a atuação do Fundo Amazônia se consolidou em novos patamares de escala, com projetos e iniciativas que serão detalhados ao longo deste relatório.

A Tabela 1 consolida os valores das doações contratadas desde a criação do fundo, também disponíveis no *site* do Fundo Amazônia.⁴

TABELA 1 • DOAÇÕES CONTRATADAS

| Doador | Valor (moeda do contrato) | Doador | Valor (moeda do contrato) |
|----------------|---|-------------|---------------------------|
| Noruega | NOK 8.269.496.000,00 + USD 50.000.000,00 | Alemanha | EUR 89.920.000,00 |
| Estados Unidos | USD 53.472.000,00 | Suíça | CHF 5.000.000,00 |
| Japão | JPY 411.000.000,00 | Reino Unido | GBP 80.000.000,00 |
| Dinamarca | DKK 150.000.000,00 | Petrobras | R\$ 17.285.079,13 |

Fonte: Elaboração própria.

Objetivos do Fundo Amazônia

Para alcançar seus objetivos de realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, o Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas temáticas especificadas no Decreto 6.527/2008 e alterações subsequentes:

- i. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- ii. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- iii. manejo florestal sustentável;
- iv. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- v. zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária;
- vi. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- vii. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

⁴ Ver <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/doacoes/>.

O Fundo Amazônia no BNDES

O BNDES, empresa pública federal fundada em 1952, atua no financiamento de diversos segmentos da economia brasileira, como infraestrutura, indústria, micro e pequenas empresas, entre outros, incentivando a inovação, o desenvolvimento territorial e as boas práticas socioambientais.

A instituição tem por visão, expressa em seu planejamento estratégico, ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico. Entre os seus objetivos estratégicos, figuram a ampliação do apoio a projetos ambientais e climáticos que contribuam para a transição ecológica justa, a descarbonização e a restauração de biomas. O exercício de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus empregados, admitidos por meio de concurso público em âmbito nacional.

Para o BNDES, responsabilidade social, ambiental e climática é valorizar e integrar essas dimensões em sua estratégia, políticas, práticas, procedimentos e em todas as suas atividades, incluindo seu relacionamento com partes interessadas: empregados, clientes e usuários de seus produtos e serviços, investidores, comunidades impactadas por sua atuação, fornecedores e outros parceiros relevantes. Esse conceito está formalizado em sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC),⁵ aprovada pela Diretoria do BNDES em 7 de abril de 2022 e por seu Conselho de Administração em 13 de junho de 2022.

Pelo menos a cada três anos, atualiza-se a PRSAC do Sistema BNDES tendo em vista os avanços regulatórios e os novos desafios para a instituição. Atualmente, a política passa por revisão, tendo sido realizada consulta pública nos meses de outubro e novembro de 2024, a fim de viabilizar o envolvimento de partes interessadas nesse processo.

Avanços progressivos na implementação das diretrizes da PRSAC ocorrem por meio da formulação e implementação de planos de ação trienais. Atualmente, encontra-se em elaboração o plano para os anos de 2025 a 2027.

O compromisso com a ética integra a declaração de valores do BNDES e está expresso em sua Política Corporativa de Integridade. Aprovada em 2020, essa política estabelece diretrizes e atribuições necessárias ao fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

Além de ser o gestor do Fundo Amazônia, o BNDES administra a parte reembolsável dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, mais conhecido como Fundo Clima, apoiando projetos nas mais diversas frentes, como desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; transição energética; e florestas nativas e recursos hídricos, entre outros subprogramas.

⁵ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos>.

Em relação ao Fundo Amazônia, o BNDES é o responsável por representá-lo em todos os aspectos. Cabe ao Banco analisar, aprovar e acompanhar os projetos apresentados para receber recursos do fundo, bem como fazer a gestão dos recursos doados.

Evolução recente, desafios e perspectivas

A partir de 2023, com a recomposição da estrutura de governança do fundo e dos demais instrumentos da agenda ambiental do país, foi possível a retomada da captação de recursos e da análise e contratação de projetos.

O ano de 2024 veio consolidar a atuação do Fundo Amazônia. Foram mais de R\$ 930 milhões aprovados a 13 novos projetos no ano, incluindo o apoio a projetos de corpos de bombeiros dos estados da Amazônia Legal – sete estados já tiveram projetos relacionados ao fortalecimento das corporações aprovados entre 2023 e 2024, e os outros dois estados estão com projetos em análise. Com isso, o Fundo Amazônia tem um ciclo de apoio a todos os corpos de bombeiros da região.

O fundo alcança, assim, no fechamento de 2024, considerando o histórico de atividades desde a sua criação, a marca de R\$ 2,99 bilhões aprovados para 119 projetos contratados, e mais de R\$ 1,76 bilhão em desembolsos. Somente em 2024, foram mais de R\$ 200 milhões em desembolsos, com cerca de 75% destinado a projetos contratados ainda em 2024. Foi o primeiro crescimento nos desembolsos do Fundo Amazônia desde 2020, o que já pode ser visto como um reflexo das contratações de 2023 e 2024, superando em mais de quatro vezes o valor desembolsado de 2023.

Neste ano de 2025, já foram contratadas três operações originadas na chamada pública Restaura Amazônia, lançada em 2023, totalizando R\$ 450 milhões para ações de combate ao desmatamento e para a recuperação da vegetação nativa no chamado Arco do Desmatamento, englobando sete estados da Amazônia Legal e mais de cinquenta municípios.⁶

Já a chamada pública Amazônia na Escola, também lançada em 2023, teve dez projetos selecionados, que se encontram atualmente em análise no BNDES, totalizando R\$ 332 milhões. O objetivo da iniciativa é a integração entre a produção de agricultores familiares – incluindo quilombolas, assentados e grupos de mulheres, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais – e o consumo dessa produção pelas escolas da rede pública da região.

Em março de 2024, em parceria com os ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e do Desenvolvimento e Assistência Social,

Para conhecer mais detalhes das chamadas públicas, aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR code.



⁶ Saiba mais: <https://www.youtube.com/watch?v=UboHgpVLw1Y>.

Família e Combate à Fome (MDS), foi lançada a chamada pública Sanear Amazônia – Água Potável para Comunidades da Amazônia, para a implantação de tecnologias sociais de acesso à água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos, bem como para prover serviços de acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia. Em novembro do mesmo ano, foi lançada a chamada Naturezas Quilombolas, destinada a apoiar comunidades quilombolas à luz das diretrizes, objetivos e eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ).

Além das iniciativas mencionadas, ainda em 2024 ocorreram chamadas públicas realizadas por parceiros, que estabelecem uma relação formal com o BNDES e obtêm, por meio da seleção via edital, uma rede de pequenas organizações para atuação nos projetos. Foram lançados os seguintes editais de parceiros, com recursos do Fundo Amazônia:

- 8º Edital de Convocação do Fundo Babaçu, no âmbito do projeto Floresta de Babaçu em Pé, direcionado a grupos ou organizações comunitárias atuantes em comunidades agroextrativistas de quebradeiras de coco babaçu na região da Amazônia Legal, nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará;⁷
- Fundo Kayapó 5º Ciclo, no âmbito do projeto Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas, para iniciativas de proteção e conservação da biodiversidade, promoção do etnodesenvolvimento e fortalecimento das instâncias de representação do povo Kayapó;⁸
- Dabucury, no âmbito do projeto Dabucury: Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental nas Terras Indígenas da Amazônia, para seleção de projetos de entidades indígenas para implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA) e para elaboração, conclusão ou atualização de instrumentos de Gestão Ambiental e Proteção Territorial, em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); e
- Ecoforte Redes 2024, no âmbito do projeto Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 3), para projetos voltados ao fortalecimento e à ampliação das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

As três primeiras chamadas já foram finalizadas e selecionaram cerca de cinquenta entidades locais, que passam a contar com recursos do Fundo Amazônia para suas ações.

Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal

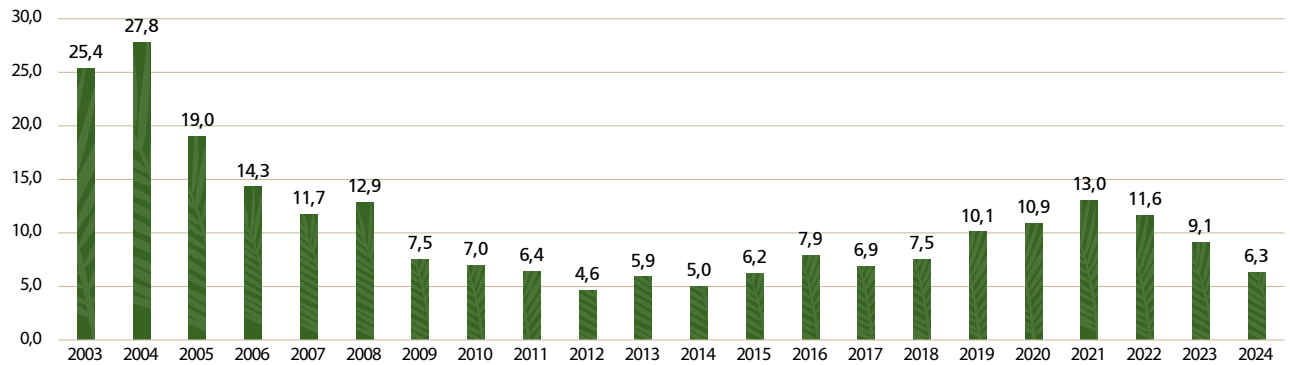
Em 2024, o desmatamento na região atingiu 6.288 km², consolidando a tendência de queda, com uma redução de mais de 30% em relação a 2023, que já havia sido um ano de redução expressiva. Na comparação com dezembro de 2022, os resultados após os

⁷ Para mais informações, ver: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Floresta-de-Babacu-em-Pe>.

⁸ Saiba mais em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Fundo-Kayapo-de-Conservacao-em-Terras-Indigenas/>.

dois primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sob a gestão da ministra Marina Silva no MMA apresentaram uma redução de mais de 45% em relação à taxa observada anteriormente. O Gráfico 1 mostra a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal nos últimos vinte anos.

GRÁFICO 1 • DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL, POR CORTE RASO
(EM MIL KM²)*



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TerraBrasilis/Inpe (disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 9 mai. 2025).
* Dados preliminares para 2024.

A Tabela 2 apresenta o detalhamento das taxas de desmatamento de 2024 de todos os estados que compõem a Amazônia Legal e as comparações com as taxas de desmatamento dos anos anteriores, disponíveis no *site* do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Confira aqui os dados completos da evolução anual do desmatamento por estado da Amazônia Legal:

TABELA 2 • DESMATAMENTO POR ESTADO

| Estados | Desmatamento em 2022 (km²) | Desmatamento em 2023 (km²) | Desmatamento em 2024 (km²)* | Variação no desmatamento 2024/2022 (%) | Variação no desmatamento 2024/2023 (%) |
|-----------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|--|--|
| Acre | 840 | 601 | 448 | (46,7) | (25,5) |
| Amapá | 14 | 17 | 0 | (100) | (100) |
| Amazonas | 2.594 | 1.610 | 1.143 | (55,9) | (29,0) |
| Maranhão | 271 | 306 | 287 | 5,9 | (6,2) |
| Mato Grosso | 1.927 | 2.048 | 1.264 | (34,4) | (38,3) |
| Pará | 4.162 | 3.299 | 2.362 | (43,2) | (28,4) |
| Rondônia | 1.480 | 867 | 325 | (78,0) | (62,5) |
| Roraima | 279 | 284 | 436 | 56,3 | 53,5 |
| Tocantins | 27 | 32 | 23 | (14,8) | (28,1) |
| Amazônia Legal | 11.594 | 9.064 | 6.288 | (45,8) | (30,6) |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe (disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 6 mai. 2025).
Nota: * Dados preliminares.





GOVERNANÇA, CAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO





Governança do Fundo Amazônia

Após o restabelecimento da governança do Fundo Amazônia em 2023, o ano de 2024 foi marcado pelo ganho de escala do fundo. Além da revisão das diretrizes para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia por seu comitê orientador, o COFA, houve a retomada das reuniões de seu comitê técnico, o CTFA.

Comitê Técnico do Fundo Amazônia

O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) tem a atribuição de atestar os cálculos das emissões de carbono oriundas de desmatamento feitos pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Para tanto, avalia a metodologia de cálculo da área desmatada e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Recriado pelo Decreto 11.368, de 1º de janeiro de 2023, o CTFA terá reuniões ordinárias uma vez ao ano, sendo formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo MMA depois de consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA atesta os valores de redução das emissões, expostos na Tabela 3.

Antes de sua dissolução, em 2019, a última reunião do comitê havia sido realizada em 2018, com avaliação das emissões referentes a 2017. Com sua reconstituição, em 2023, realizou-se a primeira reunião em 16 de abril de 2024, quando foram atestadas as emissões referentes ao ano de 2018, abrindo, assim, espaço para captações do Fundo Amazônia referentes a tal ano.

Todas as reuniões estão mencionadas na Tabela 3 e suas atas estão disponíveis no *site* do Fundo Amazônia, em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/CTFA/>.

TABELA 3 • REUNIÕES ANUAIS DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

| Reunião | Data | Ano da redução | Valor estimado de redução das emissões (milhões de toneladas de CO ₂) |
|---------|------------|----------------|--|
| 1ª | 10.11.2008 | 2006 | 200,0 |
| | | 2007 | 303,0 |
| 2ª | 1.12.2009 | 2008 | 245,7 |
| 3ª | 13.12.2010 | 2009 | 445,9 |
| 4ª | 20.10.2011 | 2010 | 462,9 |
| 5ª | 14.11.2012 | 2011 | 490,2 |
| 6ª | 26.11.2013 | 2012 | 580,2 |
| 7ª | 10.9.2014 | 2013 | 516,1 |
| 8ª | 5.11.2015 | 2014 | 558,8 |
| 9ª | 8.11.2016 | 2015 | 500,8 |
| 10ª | 4.10.2017 | 2016 | 12,0 |
| 11ª | 9.10.2018 | 2017 | 58,0 |
| 12ª | 16.4.2024 | 2018 | 29,3 |

Fonte: Elaboração própria.

Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) também foi recriado por meio do Decreto 11.368/2023, com a inclusão do Ministério dos Povos Indígenas como membro efetivo da bancada federal do comitê.

O COFA é composto de três bancadas: (i) Governo Federal, com dez representantes; (ii) governos estaduais, da qual fazem parte governadores dos estados integrantes da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão), desde que tenham plano estadual de prevenção e combate ao desmatamento; e (iii) sociedade civil, com seis representantes. A lista completa dos membros do comitê, indicados pelas respectivas instituições, pode ser consultada no *site* do Fundo Amazônia.⁹

O comitê tem a função de zelar pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), estabelecendo diretrizes e critérios de aplicação dos recursos. O COFA é também responsável por aprovar o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia e as informações sobre a aplicação dos recursos.

As decisões no âmbito do COFA são adotadas por consenso entre os três blocos de representações, garantindo a equidade da participação nas tomadas de decisão e estimulando o diálogo e o compartilhamento de conhecimentos, com base em distintos pontos de vista.

FIGURA 1 • GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA



Fonte: Elaboração própria.

⁹ Saiba mais: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/COFA/>.

Captação de recursos

Regras para a captação de recursos

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada à redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, isto é, o Brasil precisa comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar novas captações.

Para cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia, adota-se um método simples e conservador, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões não sejam sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento parte da diferença entre a média histórica da taxa de desmatamento e a área efetivamente desmatada aferida no ano em avaliação. Esse resultado é multiplicado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare. Assim, o cálculo é realizado pela seguinte equação:

$$ED = (TDM - TD) * tC/ha$$

ED = redução nas emissões de carbono oriundas de desmatamento, em toneladas de carbono (tC)

TDM = taxa de desmatamento média (em hectares)

TD = taxa de desmatamento anual do período (em hectares)

tC/ha = toneladas de carbono por hectare de floresta

A taxa de desmatamento na Amazônia Legal é aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão público vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Compete ao MMA definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual de recursos do Fundo Amazônia. Cabe aos especialistas do CTFA atestar a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento em determinado período, avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Com base nos dados de redução das emissões, o BNDES fica autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores ao fundo.

Doações formalizadas

Após a retomada das doações ao Fundo Amazônia em 2023, com contratos assinados com os governos da Suíça, dos Estados Unidos e do Reino Unido, em 2024 foram assinados contratos com os governos do Japão e da Dinamarca, levando o total de doadores do Fundo Amazônia de três, antes da paralisação em 2019, para oito, demonstrando a confiança nas ações do governo brasileiro e na gestão do BNDES à frente do Fundo Amazônia. Ao fim de 2024, estavam em andamento negociações com a Noruega (novas doações), a União Europeia e a Irlanda, que já anunciaram publicamente a intenção de

doar ao Fundo Amazônia. Importante ressaltar que todos os sete doadores internacionais do Fundo Amazônia internalizaram recursos no fundo no período de 2023 a 2024.

A Tabela 4 mostra todos os doadores e suas respectivas contribuições, que somadas atingiram a quantia de R\$ 4.536.257.045,01 internalizados até o fim de 2024.

TABELA 4 • TOTAL DE DOAÇÕES RECEBIDAS PELO FUNDO AMAZÔNIA

| Doador | Valor contratado (moeda do contrato) | Recursos internalizados (moeda do contrato) | Recursos internalizados (R\$) | Recursos internalizados (USD)* |
|--|---|--|----------------------------------|-----------------------------------|
| Governo da Noruega | NOK 8.269.496.000,00 | NOK 8.269.496.000,00 | 3.469.251.818,36 | 1.262.378.452,36 |
| | USD 50.000.000,00 | USD 50.000.000,00 | | |
| República Federativa da Alemanha – KfW | EUR 89.920.000,00 | EUR 89.920.000,00 | 387.859.396,00 | 105.809.339,88 |
| Petrobras | R\$ 17.285.079,13 | R\$ 17.285.079,13 | 17.285.079,13 | 7.713.253,30 |
| Governo da Suíça | CHF 5.000.000,00 | CHF 5.000.000,00 | 28.130.000,00 | 5.690.070,00 |
| Governo dos Estados Unidos da América | USD 53.472.000,00 | USD 53.472.000,00 | 291.382.003,20 | 53.472.000,00 |
| Governo do Reino Unido | GBP 80.000.000,00 | GBP 39.260.000,00 | 283.960.570,49 | 49.434.880,72 |
| Governo do Japão | JPY 411.000.000,00 | JPY 411.000.000,00 | 14.943.000,00 | 3.000.000,00 |
| Governo da Dinamarca | DKK 150.000.000,00 | DKK 50.000.000,00 | 43.445.177,83 | 7.020.762,08 |
| Total | | | 4.536.257.045,01 | 1.494.518.758,34 |

Fonte: Elaboração própria.
Nota: * Valores convertidos com base na taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES.

Diplomas: reconhecimento da contribuição dos doadores

Ao captar doações para o Fundo Amazônia, o BNDES emite para os doadores diplomas nominais e intransferíveis, nos quais constam: o montante da contribuição financeira; a correspondência em emissões de toneladas de carbono evitadas; e o ano de referência das emissões evitadas. Os diplomas não geram direitos ou créditos de qualquer natureza. A Tabela 5 mostra dados sobre recursos já captados e internalizados no BNDES e a quantidade de emissões de toneladas de carbono e de dióxido de carbono capturadas.

Para conferir todos os diplomas emitidos e outras informações sobre as doações já recebidas pelo Fundo Amazônia, acesse:



TABELA 5 • RECURSOS INGRESSADOS NO FUNDO AMAZÔNIA E CAPTURA DE CARBONO

| Doador | Recursos internalizados (R\$) | Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂) capturadas | Toneladas carbono (tC) capturadas |
|--|-------------------------------|--|-----------------------------------|
| Governo da Noruega | 3.469.251.818,36 | 252.475.690,47 | 68.857.006,49 |
| República Federativa da Alemanha – KfW | 387.859.396,00 | 21.161.867,98 | 5.771.418,54 |
| Petrobras | 17.285.079,13 | 1.542.650,66 | 420.722,91 |
| Governo da Suíça | 28.130.000,00 | 1.138.014,00 | 310.367,45 |
| Governo dos Estados Unidos da América | 291.382.003,20 | 10.694.400,00 | 2.916.654,55 |
| Governo do Reino Unido | 283.960.570,49 | 9.886.976,14 | 2.696.448,04 |
| Governo do Japão | 14.943.000,00 | 600.000,00 | 163.636,36 |
| Governo da Dinamarca | 43.445.177,83 | 1.404.152,42 | 382.950,66 |
| Total | 4.536.257.045,01 | 298.903.751,67 | 81.519.205,00 |

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Para cálculo das toneladas de carbono evitadas, é utilizada a conversão dos valores das doações para USD, com base na taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES, conforme expresso nos diplomas de doações. **As toneladas de carbono são calculadas a partir da biomassa de carbono por hectare e são convertidas para toneladas de CO₂, levando-se em conta a massa do átomo de carbono presente na molécula de CO₂. A quantidade de carbono e o fator de conversão de carbono para dióxido de carbono utilizadas nas doações do Fundo Amazônia podem ser encontradas nas notas técnicas das reuniões do CTFA, disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/governanca/CTFA/>.

Conforme estabelecido no Decreto 6.527/2008, o BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos de doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluindo a contratação de auditorias.

Articulação institucional e cooperação técnica

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém diálogo com seus diversos públicos de interesse, a fim de dar transparência a suas atividades, obter subsídios técnicos para sua atuação e estabelecer parcerias.

Entre essas ações, cabe destacar o acordo de cooperação técnica entre o BNDES e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ), que, desde 2015, passou a contar com cofinanciamento do governo da Noruega, além de recursos do próprio governo da Alemanha.

No âmbito da cooperação técnica, ocorreram diversas atividades em 2024, entre as quais se destacam:

- Realização de duas avaliações de efetividade temáticas. A primeira delas, sobre implementação de PGTAs para povos indígenas,¹⁰ contemplou quatro projetos: Bem Viver Sustentável, do Iepé; Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, do CTI; Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu, do ISA; e Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas, do IEB. A segunda se dedicou a projetos de produção sustentável (APS), quais sejam: Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento, da Adai; Néctar da Amazônia, do Instituto Peabiru; Assentamentos Sustentáveis na Amazônia, do Ipam; e Sementes do Portal – Fase 2, do IOV.
- Proposição de insumos para orientação e recomendações para melhor atuação.
- Apoio a proponentes públicos do Fundo Amazônia, com a apresentação e o intercâmbio de boas práticas na elaboração de projetos, visando a concepção de projetos com objetivos claros, estrutura de governança, definição de metas e indicadores. Está sendo desenvolvida uma capacitação no formato de ensino a distância, com a finalidade de que proponentes de outras naturezas possam acessá-la.
- Proposição de um sistema de indexação de lições aprendidas e recomendações com base nas avaliações de projetos encerrados do Fundo Amazônia. Com essa indexação, espera-se gerar informações acerca do avanço sobre as recomendações e otimizar o diálogo com proponentes e executores de projetos.
- Apoio sistemático à equipe do Fundo Amazônia no desenvolvimento de mapas temáticos de projetos e no monitoramento e avaliação de resultados.
- Renovação da parceria entre GIZ e BNDES, por meio do projeto Ação para as Florestas (Action4forests).

Comunicação

Na esfera das ações de comunicação, os instrumentos de transparência e diálogo mais relevantes são destacados a seguir.

Site www.fundoamazonia.gov.br

Desde 2010, o BNDES mantém na internet um *site* atualizado sobre o Fundo Amazônia, em português e com versão em inglês. Em atenção aos princípios de transparência e publicidade norteadores da atuação do BNDES, os parâmetros que fundamentam a apreciação de projetos no âmbito do fundo encontram-se divulgados em sua página na internet, em que são disponibilizadas orientações sobre como apresentar projetos, o trâmite para sua aprovação e a documentação exigida em cada etapa do processo. Também são disponi-

¹⁰ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/individuais/Relatorio-Efetividade-IndigenasII.pdf>.

bilizadas informações atualizadas sobre a governança do fundo, as doações recebidas e o monitoramento e a avaliação de resultados. O atendimento ao público é feito por meio da seção Fale Conosco ou pelos canais de atendimento do BNDES.

No *site*, há uma seção dedicada às chamadas públicas realizadas pelo BNDES ou por parceiros, e todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia estão disponíveis para consulta. Há informação individualizada para cada um dos mais de cem projetos apoiados, com múltiplas possibilidades de filtros de busca, facilitando as pesquisas. São informados, entre outros dados, nome do projeto e entidade responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de utilização dos recursos e datas de aprovação e contratação. Também são publicados dados sobre os desembolsos e as atividades realizadas por cada projeto e sobre como eles contribuem para os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia, organizados a partir de seu quadro lógico.

Considerando que a gestão do Fundo Amazônia é feita pelo BNDES, as informações sobre o fundo também podem ser acessadas, por qualquer cidadão, pelos canais previstos na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Sobre esse ponto, é relevante destacar que, em 2024, o BNDES manteve o primeiro lugar do *ranking* de transparência ativa da Controladoria-Geral da União (CGU), atendendo a 100% dos requisitos avaliados pela pesquisa. O Banco manteve ainda o selo diamante de transparência na pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), alcançando índice de transparência de 97,41%.

Relatórios anuais

A fim de conferir transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica relatórios anuais em seu *site*. Além de serem instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do fundo.

Eventos

Em 2024, destaca-se a participação do BNDES e do Fundo Amazônia na 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 29), realizada em Baku, no Azerbaijão, em painel do pavilhão Brasil do evento e em diversas outras mesas e pavilhões.

Além da tradicional participação na COP, o Fundo Amazônia promoveu oficina com parceiros durante a realização da Cúpula dos Líderes do G20, no Rio de Janeiro. Também no âmbito do G20, o BNDES colaborou ativamente na discussão e na redação final dos Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia. Cabe destacar que essa foi a primeira vez que o tema se tornou objeto de um documento acordado multilateralmente.



DESEMPENHO OPERACIONAL



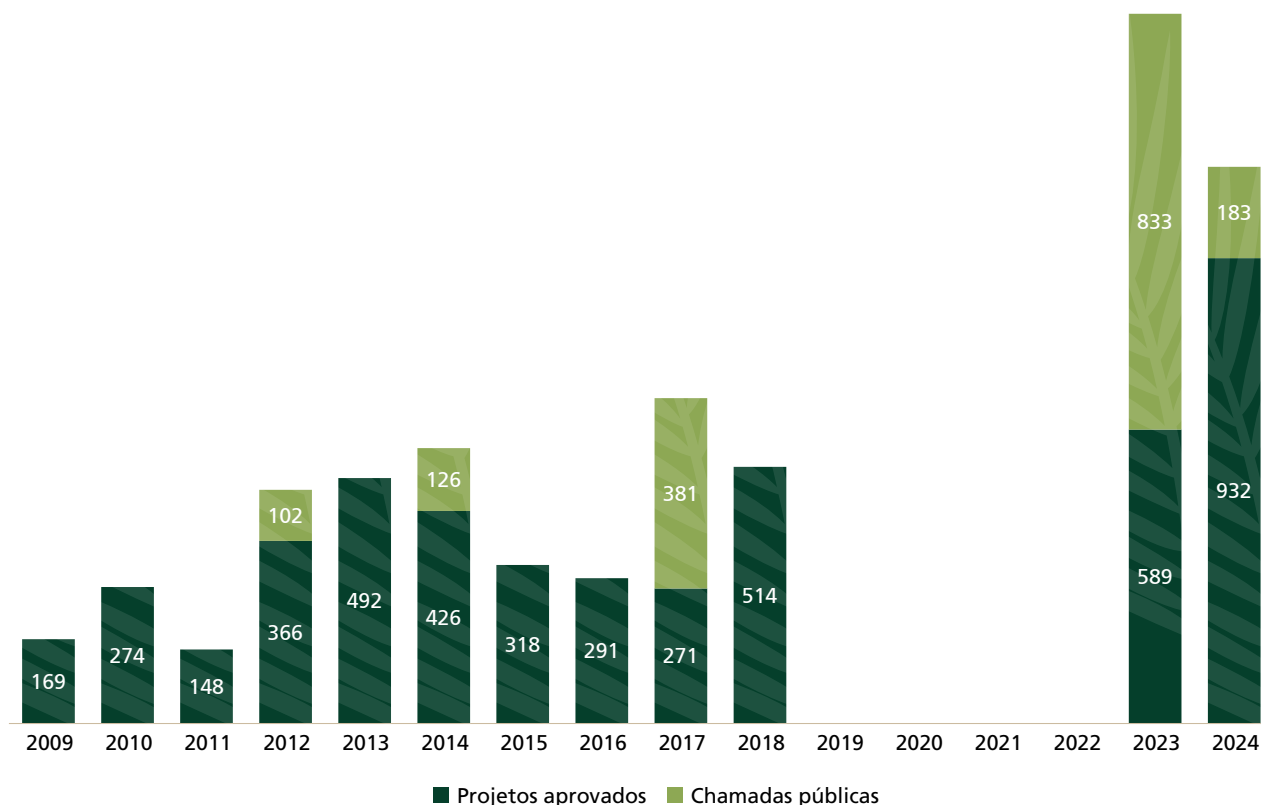


Perfil da carteira de projetos

O Fundo Amazônia consolidou em 2024 o patamar alcançado no ano anterior em termos de recursos comprometidos com projetos: são 13 novos projetos aprovados, que somam R\$ 930 milhões. Além disso, foram lançadas duas chamadas públicas em 2024: Sanear Amazônia – Água Potável para Comunidades da Amazônia, no valor de R\$ 150 milhões, destinada à implantação de tecnologias sociais de acesso à água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos e ao acompanhamento familiar para inclusão social e produtiva de 4.626 famílias nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia; e Naturezas Quilombolas, no valor de R\$ 33 milhões, destinada a apoiar comunidades quilombolas à luz das diretrizes, objetivos e eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ). No total, foram R\$ 183 milhões reservados para as duas chamadas.

As tabelas e gráficos que se seguem apresentam dados consolidados de aprovação, contratação e desembolsos, demonstrando a relevância e o ganho de escala da atuação do Fundo Amazônia. Para informações mais aprofundadas, consultar a seção “Projetos contratados em 2024”.

GRÁFICO 2 • APROVAÇÕES E CHAMADAS PÚBLICAS* DO FUNDO AMAZÔNIA, DE 2009 A 2024 (R\$ MILHÕES – VALORES CONSTANTES)**



Fonte: Elaboração própria.

Nota: * As chamadas públicas geram projetos que são analisados e aprovados posteriormente. ** Valores corrigidos pelo IPCA entre o ano de desembolso e 31 de dezembro de 2024.

No fim de 2024, o Fundo Amazônia apresentava uma carteira de 119 projetos contratados, no valor total de R\$ 2.990.553.149. O número de projetos contratados e o total de recursos desembolsados entre 2009 e 2024 são apresentados na Tabela 6 e no Gráfico 3. Após um período de recomposição do portfólio de iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia em 2023, os desembolsos em 2024 voltaram a crescer pela primeira vez desde 2020, superando R\$ 200 milhões, o que representa um crescimento de quatro vezes em relação ao valor desembolsado em 2023. Destaca-se que cerca de 75% dos recursos desembolsados em 2024 foram destinados a projetos contratados nesse mesmo ano. Os desembolsos para os projetos apoiados ocorrem parceladamente no decorrer de sua implementação e seguem os prazos estabelecidos nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

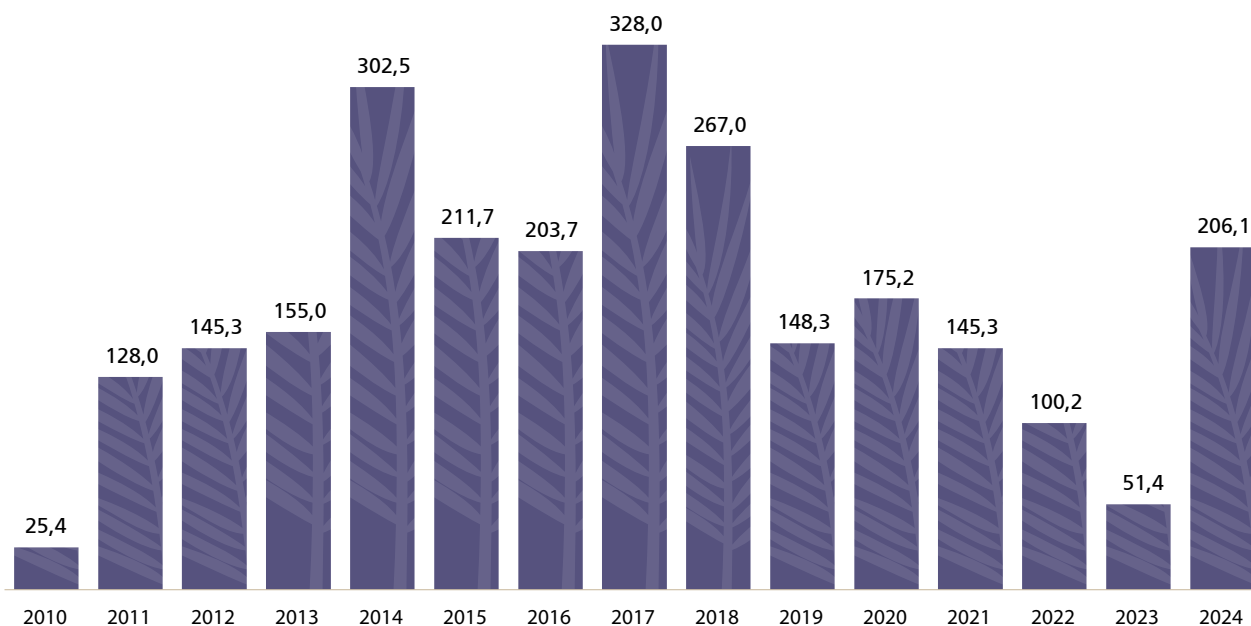
TABELA 6 • PROJETOS CONTRATADOS E DESEMBOLSOS DE 2010 A 2024
(VALORES NOMINAIS)

| Ano | Número de projetos contratados | Valor do apoio (R\$)* | Total desembolsado em projetos (R\$) |
|--------------|--------------------------------|-------------------------|--------------------------------------|
| 2010 | 8 | 156.620.242,42 | 11.105.966,90 |
| 2011 | 10 | 53.539.536,15 | 59.740.091,61 |
| 2012 | 12 | 105.848.405,05 | 71.205.781,90 |
| 2013 | 10 | 178.301.673,15 | 80.903.376,47 |
| 2014 | 20 | 309.539.415,77 | 167.954.502,78 |
| 2015 | 7 | 92.478.540,15 | 127.509.195,78 |
| 2016 | 10 | 191.829.121,67 | 134.145.446,07 |
| 2017 | 6 | 65.488.801,72 | 223.760.804,23 |
| 2018 | 17 | 497.187.283,66 | 187.372.391,40 |
| 2019 | 2 | 39.134.722,00 | 108.875.373,05 |
| 2020 | – | – | 130.999.150,26 |
| 2021 | – | – | 117.490.671,19 |
| 2022 | – | – | 90.466.219,65 |
| 2023 | 5 | 131.921.833,52 | 48.255.109,49 |
| 2024 | 12 | 1.168.663.573,36 | 206.116.422,86 |
| Total | 119 | 2.990.553.148,62 | 1.765.900.503,64 |

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Valores líquidos, incluindo suplementações e excluindo cancelamentos e alterações de valor. Ver no Anexo 3 deste relatório as listas dos projetos cancelados, com suplementação e cujos valores foram alterados.

GRÁFICO 3 • DESEMBOLSOS ANUAIS DO FUNDO AMAZÔNIA DE 2010 A 2024
(R\$ MILHÕES – VALORES CONSTANTES)*



Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Valores corrigidos pelo IPCA entre o ano de desembolso e 31 de dezembro de 2024.

No ano de 2024, foram contratados 12 projetos que somam R\$ 1,2 bilhão, pormenorizados na seção “Projetos contratados em 2024”. Esses novos contratos revelam a prioridade que foi dada às atividades de restauração (no âmbito do Restaura Amazônia) e ao eixo temático de monitoramento e controle, previsto na quinta fase do PPCDAm,¹¹ com a aprovação dos projetos a seguir: (i) combate e prevenção de incêndios florestais dos corpos de bombeiros militares (três projetos exclusivos para bombeiros dos estados do Amapá, Amazonas e Rondônia, além do projeto do estado do Acre, que engloba apoio aos bombeiros); e (ii) fortalecimento da capacidade de enfrentamento aos crimes ambientais e conexos relacionados à dinâmica do desmatamento e da degradação florestal (via apoio ao Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania, do Ministério da Justiça e Segurança Pública).

Destaca-se ainda o apoio do fundo ao eixo de atividades produtivas sustentáveis, que converge da constatação de que um dos principais desafios da atual fase do PPCDAm é a consolidação de atividades produtivas sustentáveis que garantam alternativas de renda às famílias da região, em substituição às atividades predatórias da natureza, como um vetor para a redução do desmatamento e transformação da realidade amazônica. A contratação dos três projetos selecionados na chamada pública Restaura Amazônia está particularmente alinhada ao objetivo 2 desse eixo, que é o de “promover o manejo florestal sustentável e a recuperação e restauração de áreas desmatadas ou degradadas”. Também

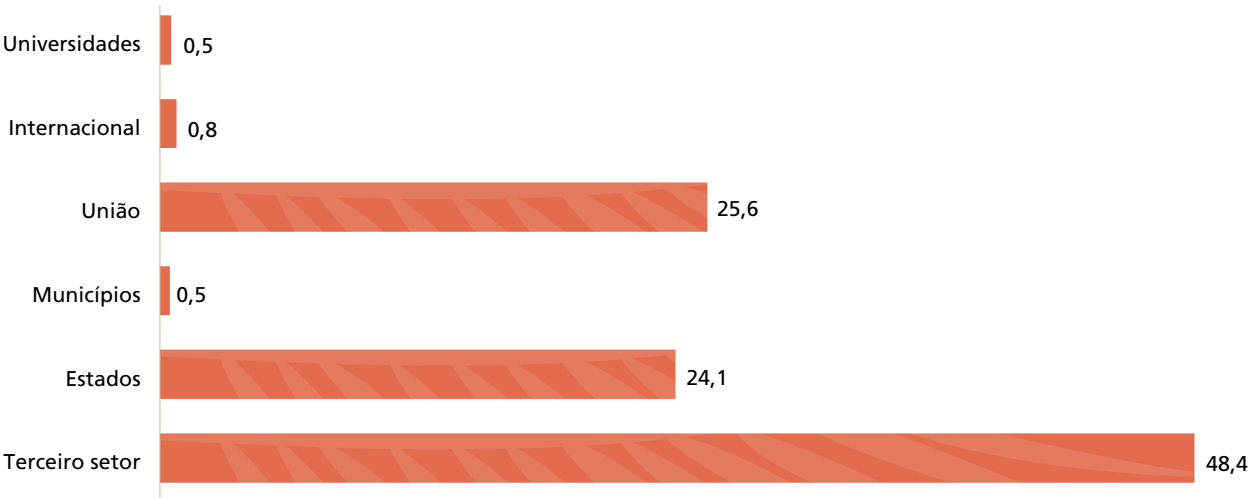
¹¹ Essa fase do PPCDAm está estruturada em quatro eixos temáticos, aos quais o Fundo Amazônia é alinhado: atividades produtivas sustentáveis; monitoramento e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e instrumentos normativos e econômicos voltados à redução do desmatamento. Para mais detalhes, acessar o documento: https://www.gov.br/mma/pt-br/ppcdam_2023_sumario-rev.pdf.

foram contratados projetos voltados ao desenvolvimento da bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade, com apoio à estruturação, ao fortalecimento e à consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável.

Já no âmbito do eixo de ordenamento fundiário e territorial, foi contratado projeto com foco na consolidação das terras indígenas e em sua gestão territorial e ambiental. Em todos os projetos contratados no ano, sobressai a construção de uma rede de parceiros locais “aglutinados”, o que é essencial para conceder apoio a beneficiários que dificilmente conseguiriam acessar o Fundo Amazônia de maneira independente, garantindo a ampliação e a capilaridade do alcance aos seus recursos.

O Gráfico 4 consolida a contratação de projetos, de acordo com a natureza jurídica do cliente.

GRÁFICO 4 • PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL DO APOIO, POR NATUREZA JURÍDICA (%)

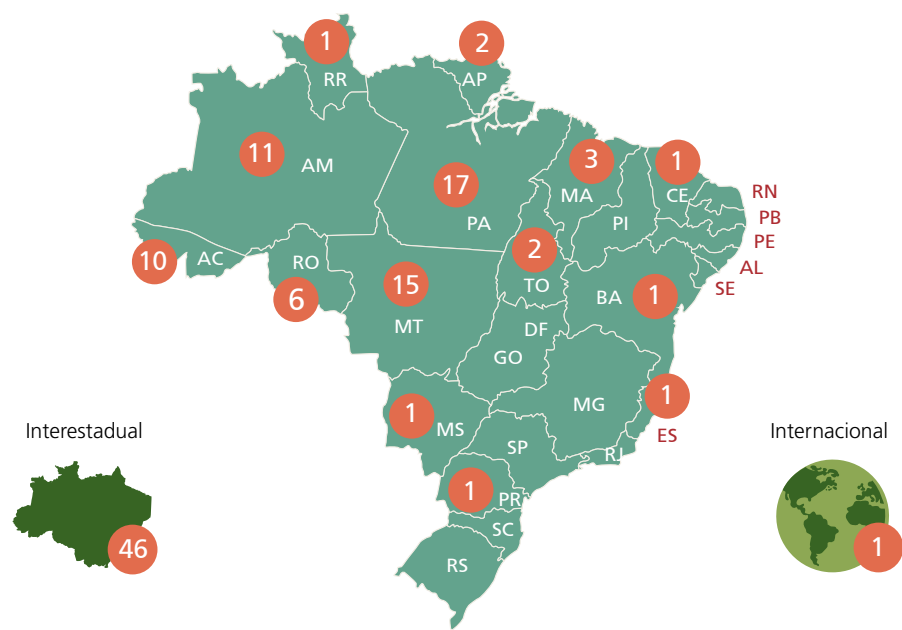


Fonte: Elaboração própria.

A Figura 2 retrata a abrangência territorial dos 119 projetos apoiados entre os anos de 2009 e 2024, e o Gráfico 5 mostra o percentual de apoio por estado. Como é possível observar, todos os estados da Amazônia Legal têm projetos beneficiados e os quatro estados com maior participação no valor total do apoio financeiro continuam sendo Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará, respondendo por cerca de 77% do total de área da região¹² e por pouco mais de 63% do valor de apoio do fundo.

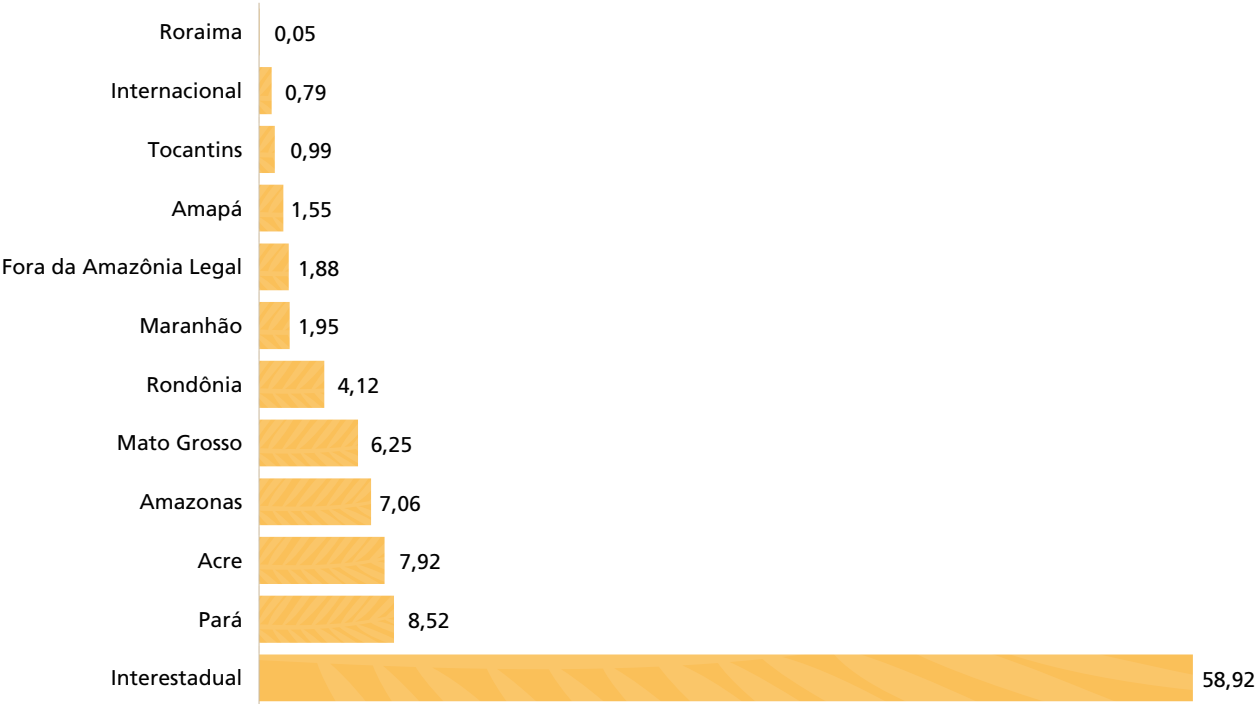
¹² Informação disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2025.

FIGURA 2 • NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR ESTADO



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 5 • PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL DO APOIO, POR ESTADO (%)



Fonte: Elaboração própria.

Aspectos contábeis e financeiros

Em dezembro de 2024, o Fundo Amazônia totalizava recursos de R\$ 7.595 milhões. Tal valor é resultado dos recursos captados, com acréscimo dos rendimentos gerados ao longo dos anos e desconto do montante segregado pelo BNDES para administração do fundo, correspondente a 3% dos valores das doações. Até dezembro de 2024, já havia sido desembolsado o montante de R\$ 1.765 milhões a projetos apoiados pelo fundo.

As transações contábeis e financeiras relativas ao Fundo Amazônia são registradas e reportadas conforme a legislação vigente e os princípios e normas promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão independente que, no cumprimento de suas atribuições privativas, normatiza os procedimentos contábeis e de auditoria independente adotados no Brasil. Por meio de seus colegiados e grupos de trabalho, o CFC busca promover a convergência entre esses procedimentos e os padrões definidos nas normas internacionais.

TABELA 7 • BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO AMAZÔNIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (R\$ MIL)

| Ativo | | Passivo | |
|------------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| Circulante | | Circulante | |
| Aplicações financeiras | 5.831.384 | Recursos de projetos | 5.831.384 |
| Despesas antecipadas | 120.171 | Recursos de custeio | 120.171 |
| | | Patrimônio líquido | |
| | | Superávit acumulado | - |
| Total do ativo | 5.951.555 | Total do passivo | 5.951.555 |

Fonte: Elaboração própria.

Do total do ativo circulante, R\$ 5.831.384 mil correspondem ao montante disponível em 31 de dezembro de 2024 para desembolsos a projetos contratados em execução. Esse montante está investido nos fundos Gaia (I; II e III), geridos pelo Banco do Brasil. Tais fundos têm perfil conservador (aplicações em renda fixa – títulos públicos brasileiros) e foram contratados para manter a atualização monetária e remunerar os saldos disponíveis para apoio financeiro a projetos.

Os valores doados são registrados como ativos financeiros do Fundo Amazônia e têm contraprestação vinculada ao apoio a projetos. A contrapartida é registrada, portanto, no passivo, na rubrica de recursos de projetos. Dessa forma, as doações recebidas não implicam aumento patrimonial para o BNDES.

De acordo com o entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, as doações ao Fundo Amazônia não devem integrar, na data de seu ingresso, a base de cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Para fins de apuração desses tributos, sempre que houver um desembolso a um projeto apoiado, uma receita e uma despesa devem ser reconhecidas, na mesma data e no exato valor desembolsado. Assim, a base de cálculo para o IR e a

CSLL relativa a doações ao fundo é sempre igual a zero, não havendo qualquer recolhimento desses tributos aos cofres públicos.

Auditorias

Anualmente, o Fundo Amazônia passa pelos seguintes processos de auditoria:

- auditoria financeira (*financial audit*), para avaliar a veracidade dos saldos registrados em suas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses saldos nas demonstrações financeiras do BNDES; e
- auditoria de cumprimento (*compliance audit*), para verificar a conformidade da aplicação dos recursos financeiros desembolsados a projetos contratados pelo BNDES no âmbito do Fundo Amazônia, no tocante às normas e diretrizes aplicáveis e às evidências físicas de implementação dos projetos, a partir do conjunto daqueles que tiveram desembolsos no ano em referência.

Os procedimentos de auditoria financeira relativos ao ano de 2024 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes, que concluiu pela adequação das demonstrações financeiras apresentadas pelo BNDES. O parecer dos auditores independentes pode ser consultado no Anexo 1. Já a auditoria de cumprimento (*compliance audit*) de 2024 está prevista para ser concluída em 2025.

Todos os pareceres dos auditores independentes a partir de 2010 estão publicados no site do Fundo Amazônia.¹³



¹³ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/auditorias/>.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS



Contextualização

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia – ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de resultados e impactos – foi elaborado levando em conta as principais causas do desmatamento na Amazônia:

- a impunidade de ilícitos ambientais decorrente da dificuldade dos órgãos governamentais para fiscalizar e punir tais atos em um território de dimensões continentais;
- a existência de terras públicas não destinadas e a baixa segurança jurídica quanto aos títulos de propriedade imobiliária na região, o que enseja ocupação extralegal de terras públicas e conflitos pela posse de terras, além de desestimular investimentos privados;
- a baixa atratividade econômica para manter a floresta em pé, decorrente da ausência de infraestrutura adequada e de incentivos econômicos ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis; e
- a expansão da agropecuária, impulsionada pela crescente demanda por commodities no mercado globalizado.

Foi também identificada a necessidade de investimentos em inovação e produção científica voltados ao monitoramento e ao controle do desmatamento, ao ordenamento territorial e ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.

Na construção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, foram consideradas também as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008, que regulamenta o funcionamento do fundo na Amazônia Legal, a saber:

- i. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- ii. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- iii. manejo florestal sustentável;
- iv. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- v. zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- vi. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- vii. recuperação de áreas desmatadas.

O referido decreto determinou que poderão ser utilizados até 20% de seus recursos para o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

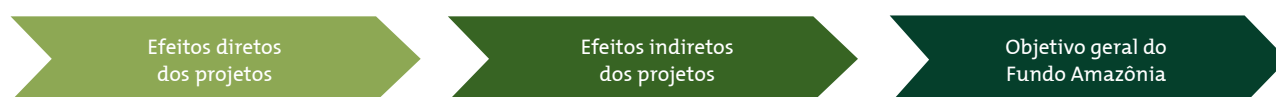
Quadro Lógico do Fundo Amazônia

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi divulgado pela primeira vez como um documento completo em 2010. Em 2017, passou por revisão, devido a mudanças na prática do desmatamento e na ênfase das políticas públicas.

O quadro lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa (ou projeto), podendo ser definido como uma matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando onde se pretende chegar (efeitos ou objetivos) e o que se pretende realizar (como).

A Figura 3 ilustra a sequência lógica de causa e efeito que mostra como os impactos diretos e indiretos de diversos projetos levam ao objetivo geral de um programa, como ocorre no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

FIGURA 3 • SEQUÊNCIA LÓGICA DO FUNDO AMAZÔNIA



Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu quadro lógico foi estruturado em quatro componentes. Informações mais detalhadas podem ser consultadas no site do fundo¹⁴ ou pelo QR code ao lado, no documento *Quadro Lógico do Fundo Amazônia – 2017*. Nele, são conceituados os indicadores selecionados para medir seus resultados, os principais riscos (pressupostos) que podem afetar seu sucesso e como se dará o acompanhamento dos projetos apoiados e o monitoramento do Fundo Amazônia.

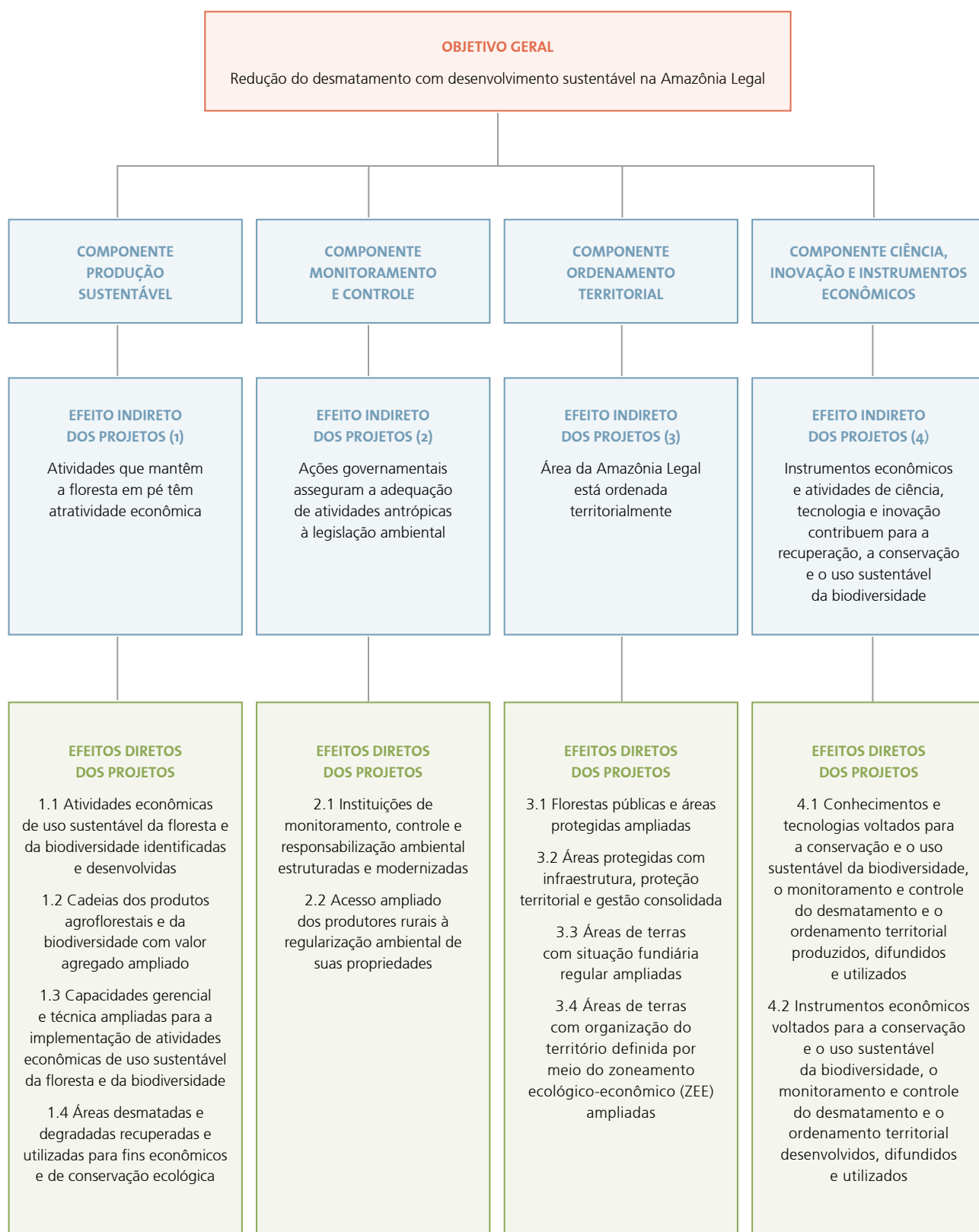
Na Figura 4, está representada a lógica de intervenção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A numeração ao lado dos efeitos diretos e indiretos nessa figura é também utilizada na lógica de intervenção de cada projeto apoiado pelo fundo.

Saiba mais sobre o
Quadro Lógico do
Fundo Amazônia:



¹⁴ http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA_Quadro_Logico_2017.pdf

FIGURA 4 • QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA

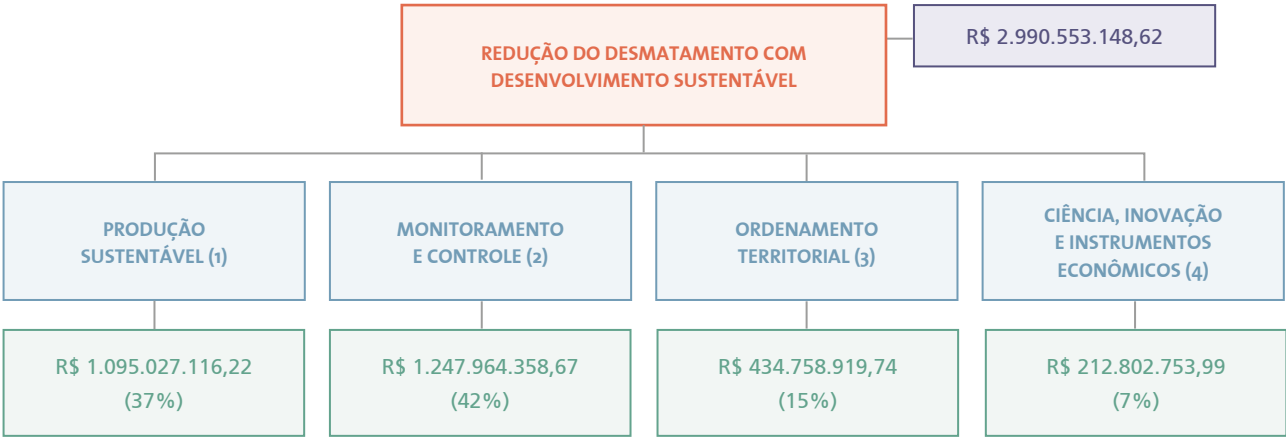


Fonte: Elaboração própria.

Distribuição dos recursos por componente do quadro lógico

O Fundo Amazônia contabilizou apoio a 119 projetos até o fim de 2024, no valor total de R\$ 2.990.553.148,62, distribuídos pelas quatro componentes do quadro lógico, conforme apresentado na Figura 5.

FIGURA 5 • DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA PELAS COMPONENTES DO QUADRO LÓGICO



Fonte: Elaboração própria.
Nota: A soma dos percentuais não totaliza precisamente 100% devido aos arredondamentos em cada componente.

Monitoramento de indicadores regionais

O Fundo Amazônia identificou, em seu quadro lógico, alguns indicadores regionais relacionados às políticas públicas com as quais os projetos por ele apoiados visam contribuir.

O monitoramento dessas políticas públicas permite avaliar o progresso alcançado na promoção da redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia. Para esse monitoramento, são analisados, em uma perspectiva comparativa, os indicadores do Fundo Amazônia no nível de seu objetivo geral e efeitos indiretos. O marco zero (linha de base) de cada indicador é o ano de 2009, já que naquele ano foram aprovadas as primeiras operações do fundo, embora ainda não houvesse liberações de recursos para seus projetos.

O atual ano de avaliação é 2024. Sempre que possível, é realizado um comparativo com esse ano. Nos casos em que essa informação não existe, são utilizados os últimos dados disponíveis.

É importante lembrar que o Fundo Amazônia, no período de 2019 a 2022, não contratou novos projetos após a dissolução do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), impactando seus resultados daí em diante. Foi um período em que a carteira de projetos foi sendo reduzida à medida que os contratos antigos eram encerrados, e não foram realizadas novas contratações. Com o restabelecimento do COFA, em janeiro de 2023, foram possíveis a reestruturação do Fundo Amazônia e a retomada plena de suas atividades de análise e contratação, com resultado operacional excepcional, conforme relatado no capítulo “Desempenho operacional”. Os anos de 2023 e 2024 foram de grande atividade para o Fundo Amazônia, com um volume de apoio a projetos e chamadas públicas que permitiu a recomposição de sua carteira.

É importante mencionar que a contribuição do Fundo Amazônia não é a única responsável pelo comportamento do conjunto desses indicadores, ainda que seu impacto tenha sido identificado a partir de avaliações independentes conduzidas em diversos projetos já concluídos.¹⁵

Objetivo geral do Fundo Amazônia: redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

Indicador: (1) desmatamento anual na Amazônia Legal

Um dos indicadores selecionados para medir a evolução do objetivo geral foi “Desmatamento anual na Amazônia Legal”, conforme mensurado pelo Inpe.

Diversos trabalhos de modelagem climática analisam os impactos do desmatamento das florestas tropicais sobre o clima, apontando que a redução dessas florestas altera o fluxo aéreo da umidade e contribui para o aumento da temperatura global.

Dados do Inpe disponíveis na data de elaboração deste relatório indicam que o desmatamento na Amazônia Legal em 2024 foi de 6.288 km², uma redução de 77% em relação ao ano de 2004, quando foi aferida a maior taxa de desmatamento do século XXI. Analisando-se a taxa de 2024, observa-se uma redução de cerca de 16% em relação à linha de base de 2009, e de 31% em relação a 2023.

TABELA 8 • EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (KM²)

| 2004 | 2009 | 2023 | 2024 | Variação (%) | Variação (%) | Variação (%) |
|--------|-------|-------|-------|--------------|--------------|--------------|
| | | | | 2004/2024 | 2009/2024 | 2023/2024 |
| 27.772 | 7.464 | 9.064 | 6.288 | (77) | (16) | (31) |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe (disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 27 mar. 2025).

¹⁵ As avaliações de efetividade conduzidas por consultores independentes podem ser encontradas em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>.

Outra comparação possível é a da média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2024 com a linha de base do Fundo Amazônia (2009), em que se constata um aumento de cerca de 6% da área desmatada nesse período. Essa média foi impactada de forma significativa pelo período de 2019 a 2022, quando foi verificada uma média de 11.403 km², com os quatro anos do período apresentando taxas acima de 10.000 km².

TABELA 9 • EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2009/MÉDIA 2010-2024 (KM²)

| Desmatamento 2009 (A) | Média 2010-2024 (B) | Variação (%) (B)/(A) |
|-----------------------|---------------------|----------------------|
| 7.464 | 7.895 | 6 |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe (disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 27 mar. 2025).

Indicador: (2) participação do PIB dos estados da Amazônia Legal no PIB nacional

O segundo indicador selecionado para medir a evolução do objetivo geral do Fundo Amazônia é a participação do produto interno bruto (PIB) dos estados da Amazônia Legal no PIB brasileiro. Isto é, soma-se o PIB dos nove estados da Amazônia Legal e compara-se esse subtotal ao total do PIB nacional.

O PIB é um indicador básico do comportamento da economia que expressa o valor adicionado de bens e serviços de determinada região. Entretanto, não é um indicador ideal para medir o desenvolvimento sustentável, pois não inclui, por exemplo, informações de externalidades positivas socioambientais ou eventuais passivos ambientais gerados.

Diversas iniciativas de âmbito internacional vêm incorporando nas estatísticas das contas nacionais o cálculo de outras variáveis de bem-estar e sustentabilidade, objetivando avaliar, por exemplo, a perda de biodiversidade ou os custos associados à mudança climática. No Brasil, a Lei 13.493, de 17 de outubro de 2017, atribuiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a responsabilidade pela divulgação do produto interno verde (PIV), em cujo cálculo será incluído, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional. Até que uma metodologia seja definida e as medições estejam plenamente adotadas e validadas em âmbito global, é recomendável que o indicador convencional do PIB seja analisado conjuntamente com o indicador de redução do desmatamento.¹⁶

A informação mais atual disponibilizada sobre a evolução do PIB de cada estado consta no Sistema de Contas Regionais do IBGE relativo ao ano de 2021, a mesma utilizada na elaboração do Relatório Anual do Fundo Amazônia referente a 2023. Por esse motivo, não é possível efetuar nova análise no momento. Reproduzimos a tabela nesta edição para acompanhamento dos indicadores.

¹⁶ Para as novas metodologias de contabilidade do capital natural, ver o documento Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros 2000-2018, do IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101753.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

TABELA 10 • EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB DA AMAZÔNIA LEGAL
(R\$ BILHÃO)

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| PIB Brasil | 3.885,8 | 4.376,4 | 4.814,8 | 5.331,6 | 5.779,0 | 5.995,8 | 6.269,3 | 6.585,5 | 7.004,1 | 7.389,1 | 7.609,6 | 9.012,1 |
| PIB estados da Amazônia Legal (AL) | 310,0 | 362,3 | 399,3 | 449,4 | 486,2 | 506,6 | 546,5 | 584,3 | 623,2 | 659,9 | 763,7 | 922,4 |
| PIB AL/ PIB Brasil | 7,98% | 8,28% | 8,29% | 8,43% | 8,41% | 8,45% | 8,72% | 8,87% | 8,90% | 8,93% | 10,04% | 10,24% |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE (Sistemas de Contas Regionais 2021).

Efeito indireto: (1) atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica (componente “produção sustentável”)

Indicador: produção da extração vegetal e da silvicultura

Indicador: produção legal de madeira em toras na Amazônia

Uma das prioridades do Fundo Amazônia ao longo de seus 16 anos de existência é a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, como forma de criação de alternativas de geração de renda para a população local, em contraposição ao desmatamento e à exploração predatória de recursos naturais.

O apoio a projetos com o objetivo de ampliar a estruturação de comunidades tradicionais, povos indígenas e pequenos produtores por meio do aprimoramento das atividades de coleta, beneficiamento e comercialização de produtos extrativistas tem sido uma das prioridades do Fundo Amazônia.

Para manter a comparabilidade, foi selecionado, para o monitoramento dessa componente, o indicador “produção da extração vegetal e da silvicultura” nos estados da Amazônia Legal, com base em dados de publicação anual do IBGE.¹⁷ Além disso, foi desenvolvido um indicador que mede a produção legal de madeira em toras na Amazônia.

A extração vegetal compreende o processo de exploração dos recursos vegetais nativos por meio da coleta de produtos. A Amazônia é importante fonte de produção de açaí, castanha-do-brasil, borracha nativa, amêndoas e outros produtos oleaginosos e fibras diversas dotados de representatividade econômica e comercializados dentro e fora da região. A evolução da produção e da receita desses produtos é acompanhada pelo Fundo Amazônia por sua relevância econômica no contexto regional.

No grupo dos oleaginosos, está sendo acompanhada a produção extrativista de amêndoas-de-cumaru, pequi e copaíba, entre outros produtos. Também se monitora a evolução da cadeia produtiva do babaçu, cuja oleaginosa (amêndoa) é utilizada, sobretudo, na indústria alimentícia. Como o babaçu tem grande participação na economia extrativista

¹⁷ *Produção da extração vegetal e da silvicultura (Pevs)*, do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 15 jan. 2025.

regional, optou-se por acompanhá-lo separadamente das demais oleaginosas. No conjunto das fibras, estão sendo monitorados, entre outros produtos, a piaçava e o buriti.

Na Tabela 11, é mostrada a evolução da produção física (em toneladas) da extração vegetal desses produtos entre os anos de 2009 e 2023 (último dado disponível), além de uma comparação deste último ano com o ano anterior.

TABELA 11 • PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (TONELADAS)

| Produtos | 2009 | 2022 | 2023 | Variação 2023/2009 (%) | Variação 2023/2022 (%) |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------|---------------------------|
| Açaí | 115.767 | 247.033 | 238.891 | 106 | (3) |
| Castanha-do-brasil* | 37.468 | 38.169 | 35.351 | (6) | (7) |
| Borracha (látex coagulado e líquido) | 3.458 | 1.058 | 1.445 | (58) | 37 |
| Oleaginosas** | 1.239 | 953 | 1.102 | (11) | 16 |
| Babaçu | 103.359 | 27.609 | 23.728 | (77) | (14) |
| Fibras*** | 2.846 | 2.417 | 2.409 | (15) | 0 |
| Total histórico | 264.137 | 317.239 | 302.926 | 15 | (5) |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 15 jan. 2025).
Notas: * Também denominada castanha-do-pará ou castanha-da-amazônia. ** Incluem copaíba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos. Não incluem babaçu. *** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Na Tabela 12, observa-se a evolução desses mesmos produtos segundo a receita gerada.

TABELA 12 • PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ MIL)

| Produtos | 2009 | 2009* | 2022* | 2023 | Variação 2023/2009 (%) | Variação 2023/2022 (%) |
|--------------------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|---------------------------|---------------------------|
| Açaí | 160.312 | 359.887 | 868.477 | 853.148 | 137 | (2) |
| Castanha-do-brasil** | 52.261 | 117.322 | 177.861 | 172.251 | 47 | (3) |
| Borracha (látex coagulado e líquido) | 7.596 | 17.055 | 9.870 | 18.519 | 9 | 88 |
| Oleaginosas*** | 6.570 | 14.749 | 18.963 | 22.966 | 56 | 21 |
| Babaçu | 114.847 | 257.882 | 65.898 | 60.938 | (76) | (8) |
| Fibras**** | 4.495 | 10.091 | 9.079 | 9.714 | (4) | 7 |
| Total histórico | 346.081 | 776.925 | 1.150.148 | 1.137.536 | 46 | (1) |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 15 jan. 2025).
Notas: * Valores atualizados para reais de 2023 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
** Também denominada castanha-do-pará, ou castanha-da-amazônia. *** Incluem copaíba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos. **** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Observa-se que a produção do açaí – fruto cada vez mais utilizado na fabricação de alimentos e bebidas – manteve a trajetória de ampliação observada nos últimos anos, tendo aumentado em cerca de 106% na Amazônia Legal no período 2009-2023. Nesse mesmo período, a receita, em valores atualizados, cresceu 137%, alcançando

R\$ 853 milhões. No último ano, no entanto, devido à redução no volume produzido, houve também diminuição da receita em valores correntes, indicando uma limitação na valorização do produto.

A castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará, é outro importante produto do extrativismo regional, sendo colhida do fruto (“ouriço”) da castanheira. O volume de produção no período 2009-2023 apresentou uma redução de 6% (em relação ao ano anterior, redução de 7%). A receita, de forma semelhante ao verificado no açaí, caiu 3% em valores correntes em 2023 na comparação com 2022.

Nos valores consolidados, houve uma queda tanto em volume quanto em receita (em valores correntes) nas três maiores cadeias monitoradas (açaí, castanha-do-brasil e babaçu). É importante ainda ressaltar o salto na cadeia da borracha, em volume, mas especialmente na receita associada.

Indicador: produção legal de madeira em toras na Amazônia

A produção de madeira tem como fonte de matéria-prima legal somente as florestas exploradas sob regime sustentável, por meio de planos de manejo florestal sustentável (PMFS) ou de desmatamentos autorizados. O monitoramento desse indicador tornou-se possível graças à sistematização, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), das informações sobre o transporte de produtos florestais registrados no sistema do Documento de Origem Florestal (DOF). Essas informações estão disponíveis no *site* do instituto.¹⁸

TABELA 13 • PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VOLUME EM M³)

| Estado | 2009 | 2023 | 2024 | Variação 2024/2009 (%) | Variação 2024/2023 (%) |
|--------------|----------------|------------------|----------------|---------------------------|---------------------------|
| Acre | 277.489 | 133.352 | 80.140 | (71) | (40) |
| Amazonas | 355.113 | 326.102 | 94.602 | (73) | (71) |
| Amapá | 64.189 | 67.247 | 18.491 | (71) | (73) |
| Maranhão | 10.359 | 113 | 6.792 | (34) | 5.911 |
| Mato Grosso | 2.043 | 24.845 | 12.197 | 497 | (51) |
| Pará | 9.041 | 1.607.825 | 14.568 | 61 | (99) |
| Rondônia | – | 429.040 | 417.847 | – | (3) |
| Roraima | 89.502 | 151.786 | 102.732 | 15 | (32) |
| Tocantins | 21.366 | 0 | 5.785 | (73) | - |
| Total | 829.102 | 2.740.310 | 753.154 | (9) | (73) |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama (disponível em: <https://dd.serpro.gov.br/publico/sense/app/36ac6782-2c5b-4365-b11f-a5e713fbacad/sheet/bd361063-6a3b-4112-9cc2-0ea9d4a38963/state/analysis>. Acesso em: 10 jan. 2025).

¹⁸ Vale mencionar que o controle de exploração de madeira nativa no Brasil, apesar de bastante avançado, não é à prova de fraudes na emissão de permissões de exploração. Dessa forma, parte da madeira em toras contabilizada como extraída legalmente, com base em informações registradas por meio do sistema DOF, pode ser, na verdade, madeira ilegal resultante de fraudes ao sistema.

TABELA 14 • PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VALOR EM R\$ MIL)

| Estado | 2009 | 2009* | 2023* | 2024 | Variação 2024/2009 (%) | Variação 2024/2023 (%) |
|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------------|------------------------|
| Acre | 10.095 | 23.757 | 12.246 | 14.842 | (38) | 21 |
| Amazonas | 19.633 | 46.203 | 45.234 | 10.053 | (78) | (78) |
| Amapá | 3.944 | 9.282 | 8.153 | 2.006 | (78) | (75) |
| Maranhão | 905 | 2.130 | 12 | 5.216 | 145 | 43.367 |
| Mato Grosso | 1.317 | 3.099 | 3.068 | 4.636 | 50 | 51 |
| Pará | 3.314 | 7.799 | 545.153 | 4.111 | (47) | (99) |
| Rondônia | – | – | 42.141 | 267.813 | – | 536 |
| Roraima | 4.153 | 9.773 | 10.518 | 27.311 | 179 | 160 |
| Tocantins | 7.314 | 17.212 | 0 | 4.339 | (75) | - |
| Total | 50.675 | 119.256 | 666.526 | 340.327 | 185 | (49) |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama (disponível em: <https://dd.serpro.gov.br/publico/sense/app/36ac6782-2c5b-4365-b11f-a5e713fbacad/sheet/bd361063-6a3b-4112-9cc2-0ea9d4a38963/state/analysis>. Acesso em 10 jan. 2025).
Nota: * Valores atualizados para reais de 2024 pela variação do IPCA do período.

Com base na análise dos dados de produção legal de madeira em toras, verifica-se que, em 2024, houve queda na produção em relação a 2009 (linha de base) influenciada principalmente pela redução na produção do estado do Pará. Apesar da diminuição do volume, a receita obteve apreciação em valores correntes quando comparados os dois períodos. Já em relação ao ano de 2023, esse aumento é menos expressivo.

Para contribuir para o efeito indireto “Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica”, o Fundo Amazônia atua por meio de duas vertentes: (i) apoio direto a projetos que praticam manejo florestal sustentável ou instrumentalizam essa atividade por meio de pesquisa científica ou formação de técnicos; e (ii) repressão a atividades madeireiras ilegais, que representam uma concorrência desleal para o manejo florestal sustentável, já que este tem mais custos, por operar de modo legal, e menor retorno, por não extrair a madeira de forma predatória.

Efeito indireto: (2) ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental (componente “monitoramento e controle”)

Indicador: número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente

Indicador: número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local

Indicador: número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente

Para o monitoramento dessa componente, foram criados indicadores que têm por objetivo aferir a capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia Legal para implementar a legislação ambiental vigente.

Dois indicadores medem, respectivamente, os níveis de desconcentração e de descentralização identificados na gestão ambiental, a saber: “número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente” e “número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local”.

A desconcentração da gestão ambiental por meio da implantação de postos avançados ou unidades regionais dos órgãos estaduais de meio ambiente aproxima esses órgãos dos habitantes e agentes econômicos das regiões mais afastadas, o que promove uma gestão ambiental mais eficiente.

Por sua vez, cabe aos municípios o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local. Tais atividades e empreendimentos são avaliados conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, pelos critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.¹⁹ Esse indicador busca aferir o grau de participação municipal na implementação da legislação ambiental.

O terceiro indicador é o “número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas)”. O licenciamento é um instrumento importante da Política Nacional de Meio Ambiente, e o aumento da concessão de licenças e demais atos autorizativos sinaliza o grau de controle dos Oemas sobre atividades humanas com impacto ambiental.

Considerando a ausência de divulgação pública de informações que permitam acompanhar esses indicadores, são apresentados na Tabela 15 dados obtidos diretamente com os Oemas da Amazônia Legal, quando disponíveis.

TABELA 15 • INDICADORES REGIONAIS DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE”

| Estados | Nº de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)* | | Nº de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)** | | Nº de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelos Oemas (anual)*** | |
|-------------|--|------|--|------|---|--------|
| | 2009 | 2024 | 2009 | 2024 | 2009 | 2024 |
| Pará | 4 | 6 | 10 | 138 | 3.259 | 10.191 |
| Acre | 5 | 5 | 1 | 0 | 2.239 | 2.326 |
| Amapá | – | 3 | – | 15 | – | 249 |
| Amazonas | 0 | 3 | 2 | 1 | 2.723 | 614 |
| Roraima**** | 1 | 12 | 13 | 15 | 183 | - |
| Tocantins | 20 | 15 | 0 | 4 | 3.360 | 6.370 |

(Continua)

¹⁹ Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.

(Continuação)

| Estados | Nº de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)* | | Nº de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)** | | Nº de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelos Oemas (anual)*** | |
|--------------|--|-----------|--|------------|---|---------------|
| | 2009 | 2024 | 2009 | 2024 | 2009 | 2024 |
| Mato Grosso | 11 | 9 | 5 | 55 | 5.430 | 5.335 |
| Rondônia | 14 | 14 | 1 | 31 | 2.480 | 8.387 |
| Maranhão | 1 | 1 | 0 | 36 | 0 | 4.468 |
| TOTAL | 56 | 68 | 32 | 295 | 19.674 | 37.940 |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelos Oemas.

Notas: * Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os postos avançados do Oema. ** Número consolidado (cumulativo) – conjunto de todos os municípios no estado aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local. *** Número de licenças prévias, de instalação, de operação e de propriedade rural; atos de renovação, retificação, declaratórios e de anuência prévia; e autorizações ambiental, para desmatamento, para utilização de matéria-prima, para exploração de manejo florestal, de trânsito e comercialização de pescado e para transporte de cargas perigosas expedidas no ano. **** Não foram recebidas informações atualizadas do estado de Roraima até o fechamento deste relatório. Para o número de postos avançados e o número de municípios, foram utilizados os dados de 2023. Para o número de licenciamentos, foi considerado que não houve nenhum em 2023.

Na tabela, destacam-se a evolução no número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local no estado de Mato Grosso e o número de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelos Oemas do estado do Pará.

O Fundo Amazônia vem contribuindo para o aprimoramento da gestão ambiental por meio de apoio a projetos que visam fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; aprimorar o processo de licenciamento ambiental; capacitar o corpo de servidores públicos; fortalecer as unidades regionais dos órgãos ambientais; e descentralizar e reforçar a gestão ambiental municipal.

Efeito indireto: (3) área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente (componente “ordenamento territorial”)

Indicador: área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial

Indicador: desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal

Para o monitoramento dessa componente, foram criados dois indicadores. O primeiro mede a extensão das áreas protegidas federais com instrumento de gestão territorial elaborado, e o segundo acompanha a taxa de desmatamento em áreas protegidas (UCs federais, estaduais e TIs na Amazônia Legal).

Cabe destacar que o Brasil, por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, estabeleceu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). As UCs integrantes do Snuc dividem-se em dois grupos, com características específicas: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

As UCs de proteção integral têm por objetivo básico a preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Já as UCs de uso sustentável buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos.

O indicador “área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial” acompanha a evolução da elaboração de instrumentos de gestão territorial em TIs e UCs federais que tenham, respectivamente, planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) e planos de manejo. O uso desses instrumentos em áreas protegidas tem contribuído de maneira significativa para a redução dos desmatamentos nesses domínios territoriais.

O plano de manejo de uma unidade de conservação é um documento no qual, com fundamento nos objetivos gerais da UC, se estabelecem seu zoneamento e as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Por sua vez, os PGTA de TIs são ferramentas de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), podendo ser definidos como instrumentos que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial. Além disso, devem servir de subsídio à execução de políticas públicas direcionadas a povos indígenas.²⁰

TABELA 16 • UCs FEDERAIS E TIs NA AMAZÔNIA LEGAL COM INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL (PLANOS DE MANEJO OU PGTA)

| Áreas protegidas | Números de UCs federais e TIs* com instrumento de gestão territorial | | | Variação 2024/2009 (%) | Variação 2024/2023 (%) | Área (km²) de UCs** com instrumento de gestão territorial | | | Variação 2024/2009 (%) | Variação 2024/2023 (%) |
|------------------|--|------|------|------------------------|------------------------|---|-----------|-----------|------------------------|------------------------|
| | 2009 | 2023 | 2024 | | | 2009 | 2023 | 2024 | | |
| UCs federais | 28 | 103 | 103 | 268 | 0 | 160.742 | 532.810 | 532.810 | 231 | 0 |
| TIs | 33 | 114 | 116 | 252 | 2 | 75.741 | 609.849 | 650.574 | 759 | 7 |
| Total | 61 | 217 | 219 | 259 | 1 | 236.483 | 1.142.659 | 1.183.384 | 400 | 4 |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Funai (disponível em: UCs – <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/unidadesdeconservacao>; planos de manejo – <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/arquivos/planos-de-manejo-de-unidades-de-conservacao-federais>; TIs – <https://geoserver.funai.gov.br/geoserver/web/wicket/bookmarkable/org.geoserver.web.demo.MapPreviewPage?0&filter=false>; PGTA – solicitação de acesso para Funai pelo FalaBr. Acesso em: 18 jan. 2025).

Notas: * Revisou-se o número de PGTA elaborados nos anos anteriores, o que resultou em aumento de valores acumulados, porém não representando a elaboração de PGTA especificamente no ano de 2024. Essa irregularidade se dá pela falta de uma plataforma pública catalogando os PGTA, que normalmente são adicionados ao sistema da Funai (possível acessar via solicitação) fora da ordem cronológica. ** Dados revisados: os valores de área para UCs podem ter variações de acordo com novas deliberações em seus decretos. Dados de plano de manejo em janeiro de 2025 só haviam sido disponibilizados até outubro de 2024. Foram somados também os planos do último trimestre de 2023, considerando que houve o mesmo problema no ano anterior.

Com base na análise dos dados da Tabela 16 sobre áreas protegidas com instrumento de gestão territorial no período entre 2009 e 2024, verifica-se que ocorreu considerável crescimento tanto do número quanto da extensão territorial das áreas protegidas com esses instrumentos na Amazônia.

²⁰ Definição de PGTA com base no documento *Orientações para elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas*, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), de 2013.

O Fundo Amazônia tem apoiado diversos projetos de fortalecimento e consolidação de áreas protegidas. Destaca-se o apoio a oito projetos que visam a elaboração e a implementação de PGTAs, selecionados no âmbito da chamada pública de apoio à gestão territorial e ambiental em terras indígenas, promovida pelo fundo.

Em 2024, o apoio à temática indígena foi ampliado com a contratação do projeto Redes Indígenas da Amazônia, no valor de aproximadamente R\$ 60 milhões, detalhado no capítulo “Projetos contratados”. Esse projeto se soma a outros dois também dedicados exclusivamente aos povos indígenas contratados em 2023, no valor total de R\$ 87 milhões.

Importa ressaltar que em todos os projetos que tenham povos indígenas como beneficiários diretos, o Fundo Amazônia verifica se foram considerados seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais. Além disso, confere se houve consentimento prévio das comunidades beneficiadas quanto às ações a serem implementadas.

Na Tabela 17, pode ser consultada a variação do desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal (UCs e TIs).

TABELA 17 • DESMATAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL

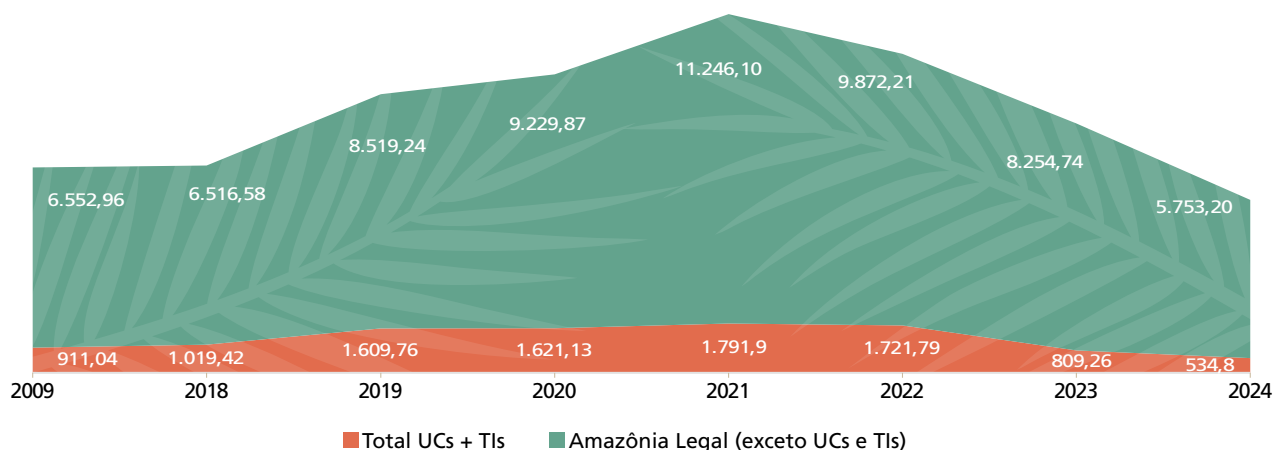
| Áreas protegidas | Nº de áreas protegidas | Área desmatada (km²) | | | Variação 2024/2023 (%) | Variação 2024/2009 (%) |
|------------------------|------------------------|----------------------|------------|------------|------------------------|------------------------|
| | | 2009 | 2023 | 2024 | | |
| UCs federais | 358 | 287 | 644 | 363 | (44) | (40) |
| Ucs estaduais | | 320 | | | | |
| Terras indígenas | 381 | 247 | 165 | 172 | 4 | (30) |
| Total histórico | 739 | 854 | 809 | 535 | (34) | (37) |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe (disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 27 mar. 2025).
Nota: A partir de 2023, os dados disponíveis na plataforma do Prodes encontram-se consolidados em unidades de conservação, não apresentando abertura da informação para unidades estaduais e federais.

Nas áreas protegidas, verifica-se a redução no desmatamento, assim como observado na região como um todo. Apesar de pequena elevação em terras indígenas entre 2023 e 2024, o efeito foi compensado pela redução em unidades de conservação, com o indicador consolidado já atingindo patamares inferiores aos observados em 2009, linha de base do Fundo Amazônia.

O desmatamento em UCs e TIs em 2024 é o menor dos últimos anos, representando menos de 10% do total registrado na Amazônia Legal, o que evidencia a relevância das áreas protegidas para a estratégia de redução do desmatamento.

GRÁFICO 6 • PARTICIPAÇÃO DO DESMATAMENTO EM UCs E TIs NO DESMATAMENTO TOTAL DA AMAZÔNIA LEGAL



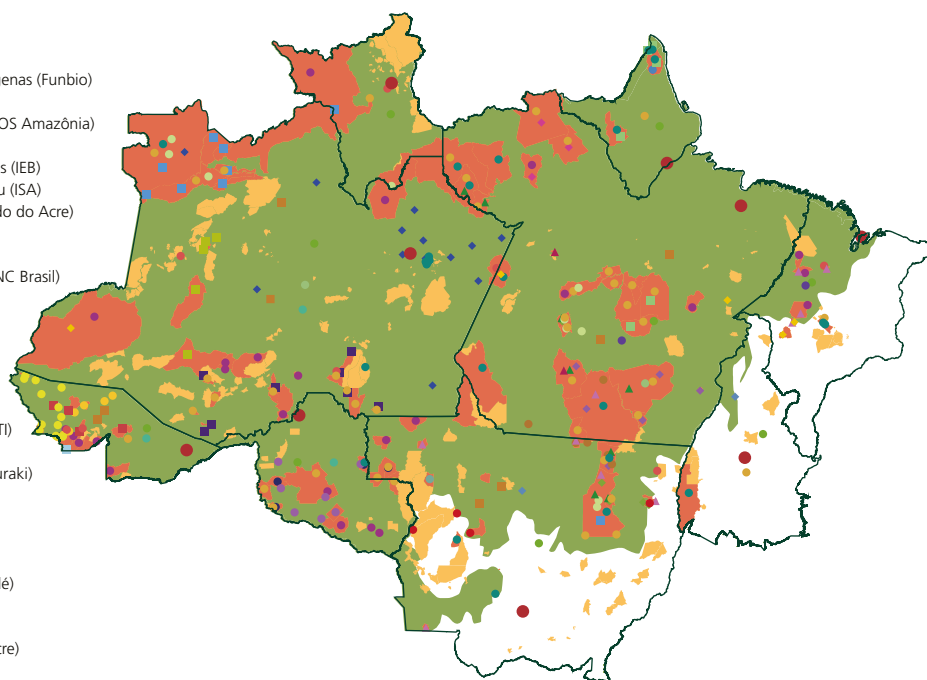
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Prodes/Inpe (disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 27 mar. 2025).

FIGURA 6 • PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA EM TIs

- Capitais estaduais
- Estados da Amazônia Legal
- Terras indígenas apoiadas
- Terras indígenas na Amazônia Legal

Projetos

- ▲ Florestas de Valor (Imaflora)
- ▲ Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia (ISPN)
- ▲ Amazônia Agroecológica (Fase)
- ◆ Agroecologia em Rede (IPÊ)
- ◆ Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu (ISA)
- ◆ Bem Viver Sustentável (Iepé)
- ◆ Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas (Funbio)
- ◆ Consolidando a GTA em TIs (CTI)
- ◆ CdV de Produtos Florestais Não Madeireiros (SOS Amazônia)
- ◆ Restaura Amazônia MR2 (FBDS)
- Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas (IEB)
- Gestão das TIs das bacias do Rio Negro e Xingu (ISA)
- Valorização do Ativo Ambiental Florestal (Estado do Acre)
- CdV em TIs no Acre (CPI-Acre)
- Floresta para o Bem-estar (CI-Brasil)
- Fortalecimento da GTA de TIs na Amazônia (TNC Brasil)
- Arapaima - Redes produtivas (Opan)
- Redes Indígenas da Amazônia (TNC Brasil)
- Restaura Amazônia MR1 (Ibama)
- Restaura Amazônia MR3 (CI-Brasil)
- Sentinela da floresta (Coopavam)
- Território, Cultura e Autonomia Kayapó (AFP)
- Proteção Etnoamb. de P. Indígenas isolados (CTI)
- Pacto da Floresta (Pacto das Águas)
- Nova Cartografia Social na Amazônia (UEA/Muraki)
- Néctar da Amazônia (Peabiru)
- Gestão Territorial Opirj (Opirj)
- Legado Integrado da Região Amazônica (IPÊ)
- Alto Juruá (Apiwtxa)
- Amazônia Indígena Sustentável (Assoc. Kanindé)
- Amazônia Socioambiental (ISA)
- IREHI - Cuidando dos Territórios (Opan)
- Experiências Indígenas de GTA no Acre (CPI-Acre)
- Dabucury (Cese)
- Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (FBB)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados internos (projetos do Fundo Amazônia), do IBGE (unidades federativas e capitais estaduais) da Funai (terras indígenas).

Efeito indireto: (4) instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade (componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”)

Indicador: número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Para o monitoramento da componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”, foram selecionados dois indicadores: (i) “número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, que permite uma primeira avaliação do grau de fortalecimento do sistema regional de inovação; e (ii) “valor de subvenção pago a extrativistas para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade nos estados da Amazônia Legal (PGPM-Bio)”, para monitorar a evolução da política de incentivos econômicos na região amazônica. Considerando que, até 2024, o Fundo Amazônia não apoiou projetos de pagamento de subvenções a produtos da sociobiodiversidade nem iniciativas equivalentes, o segundo indicador não foi incluído neste relatório.

TABELA 18 • PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS NO INPI POR RESIDENTES NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

| Ano | 2009 | 2023 | 2024 | Variação 2024/2023 (%) | Variação 2024/2009 (%) |
|---------------------|-------|-------|-------|------------------------|------------------------|
| Brasil | 7.709 | 7.435 | 8.304 | 12 | 8 |
| Estados da Amazônia | | | | | |
| Acre | 3 | 9 | 11 | 22 | 267 |
| Amazonas | 63 | 43 | 56 | 30 | (11) |
| Amapá | 3 | 3 | 15 | 400 | 400 |
| Maranhão | 24 | 63 | 62 | (2) | 158 |
| Mato Grosso | 29 | 59 | 65 | 10 | 124 |
| Pará | 25 | 82 | 84 | 2 | 236 |
| Rondônia | 13 | 6 | 7 | 17 | (46) |
| Roraima | 1 | 9 | 11 | 22 | 1.000 |
| Tocantins | 8 | 20 | 20 | 0 | 150 |
| Total | 169 | 294 | 331 | 13 | 96 |

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INPI (disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas-e-estudos-economicos/estatisticas-1/estatisticas-preliminares>. Acesso em: 13 jan. 2025).

Comparando o número de pedidos de patentes depositados no INPI por residentes nos estados da Amazônia nos anos de 2009 e 2024, verifica-se crescimento de 96%. Apesar disso, permanece reduzido o número de pedidos de patentes depositados na região em termos absolutos (menos de 4% do total dos pedidos no Brasil em 2024), com participação similar à do ano de 2023. É importante destacar mais uma vez a relevância desse tema para o conhecimento e o uso sustentável das riquezas da região, para o aprimoramento do monitoramento do desmatamento e para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de formas e métodos que contribuam para o ordenamento territorial da Amazônia.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia ligados a ciência e tecnologia visam enfrentar esse desafio por meio de ações como construção, reforma ou estruturação de centros de estudos avançados para pesquisa em biotecnologia, levantamento e processamento de dados biológicos e socioeconômicos georreferenciados, bem como desenvolvimento de modelos para estimativa de biomassa e sequestro de carbono em ecossistemas.

Síntese do monitoramento dos indicadores regionais relacionados às ações do Fundo Amazônia

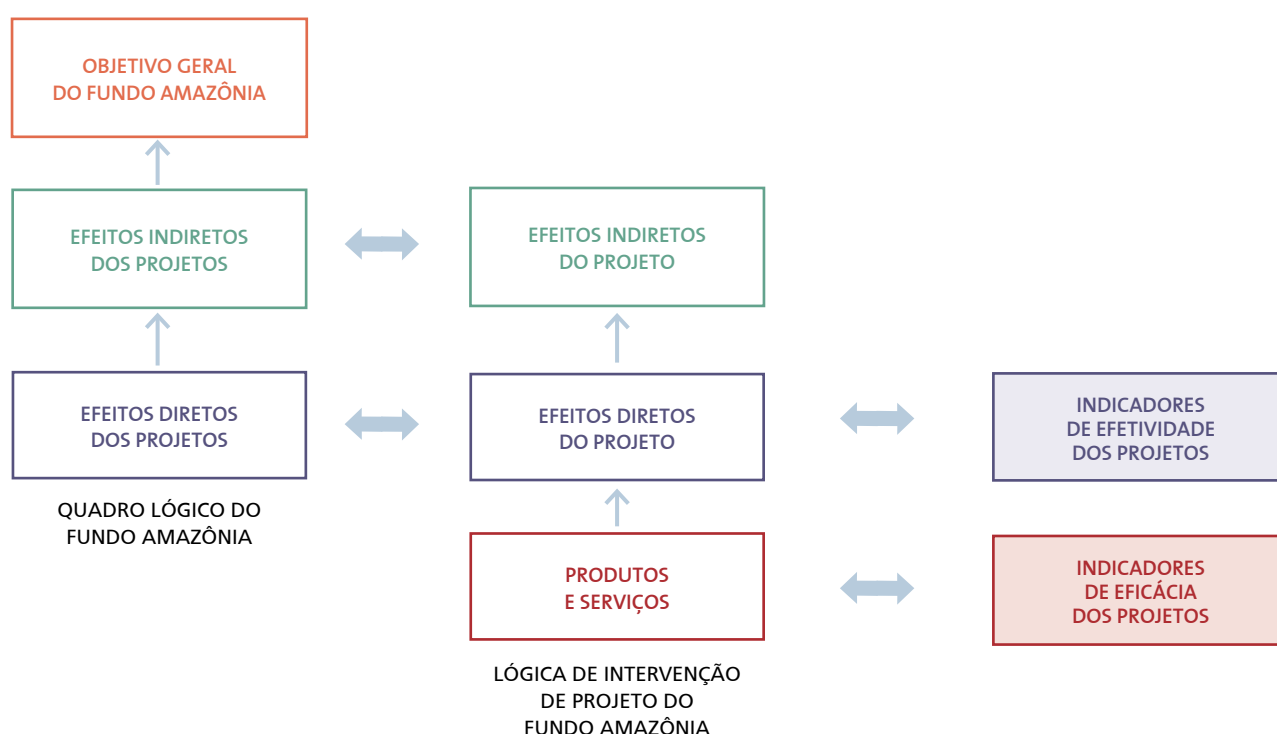
- O ano de 2024 apresentou nova redução na taxa de desmatamento na Amazônia Legal, com queda de 31% em relação a 2023, evidenciando o acerto das políticas de combate ao desmatamento do Governo Federal na região. A média do desmatamento entre 2010 e 2024 (7.895 km²) continua superior à linha de base do Fundo Amazônia, de 2009 (7.464 km²), em grande parte impactada pelos números elevados observados no período de 2019 a 2022, todos com desmatamento acima da marca simbólica de 10.000 km². Esse desvio em relação à linha de base vem se reduzindo desde então.
- Relativa estabilidade no volume e receita (valores correntes) da cesta de produtos de extrativismo acompanhados pelo Fundo Amazônia, quando comparamos 2023, último ano disponível, ao ano anterior. Importante destacar o aumento expressivo na receita obtida na cadeia da borracha, de 88% em relação a 2022.
- A produção de toras de madeira, por sua vez, teve redução de 32% em volume e de 49% em valor em relação a 2023.
- Ampliação em 21%, no período de 2009 a 2024, do número de postos avançados dos Oemas. É importante ressaltar a dificuldade de obtenção de informações com os estados da Amazônia Legal.
- Aumento favorável, de cinco vezes (400%), da área de UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial no período de 2009 a 2023, bem como redução de 34% do desmatamento em áreas protegidas, quando comparados os anos de 2023 e 2024.
- Crescimento de 96% no número de pedidos de patentes depositadas no INPI por residentes nos estados da Amazônia Legal (2009-2024). Vale destacar que a participação dos estados da região ainda é muito pequena quando comparada ao total do país, com números estáveis nos últimos dois anos.

Quadro de resultados dos projetos

Para cada projeto, é elaborado um quadro de resultados específico, em diálogo com os beneficiários e de forma integrada com os objetivos definidos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A Figura 7 ilustra como os efeitos diretos e indiretos dos projetos devem contribuir para o desenvolvimento das quatro componentes e, dessa forma, para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia.

FIGURA 7 • INSERÇÃO DE PROJETOS NO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Fonte: Elaboração própria.

Acompanhamento e monitoramento de resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

No acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, além do monitoramento dos indicadores do quadro de resultados de cada projeto, são executados diversos procedimentos, descritos a seguir, com o objetivo de prevenir ou solucionar situações que comprometam sua implantação.

O período de acompanhamento de cada projeto vai desde a assinatura do contrato até a conclusão das obrigações nele assumidas. Para subsidiar o acompanhamento, o responsável pela execução do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia encaminha relatórios de desempenho contendo: (i) resumo das principais atividades realizadas; (ii) informações financeiras referentes aos valores utilizados no período; e (iii) documentação relativa ao cumprimento de obrigações contratuais.

O acompanhamento pelo BNDES compreende, também, a verificação da execução física e financeira do projeto, o que inclui visitas ao local do projeto, quando necessário. Cada liberação de recursos está condicionada ainda à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes.

Na conclusão do projeto, além da prestação de contas da execução física e financeira, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre execução, resultados e impactos do projeto apoiado. O documento deve conter informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento dos indicadores de seu quadro de resultados, a sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram em sua implantação, além de conhecimentos gerados e lições aprendidas.

Resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são acompanhados individualmente. As atividades realizadas pelos projetos em fase de execução são relatadas no *síte* do Fundo Amazônia,²¹ onde, para cada projeto apoiado, é reservada uma seção específica com informações como:

- nome da organização responsável pela execução;
- abrangência territorial e beneficiários;
- valor total e valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia;
- prazo de execução previsto;
- valores desembolsados e respectivas datas de liberação;
- contexto do projeto e informações sintéticas;
- lógica de intervenção; e
- resumo das atividades já realizadas.

Para monitorar os resultados dos projetos apoiados, foi desenvolvida uma gama de indicadores comuns que possibilitam sua consolidação e proporcionam uma visão agregada dos produtos, serviços entregues e impactos. Em alguns casos, os resultados são de natureza qualitativa, exigindo análise individualizada.

²¹ <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projetos-apoiados/>.

Além do acompanhamento dos projetos durante sua execução, o Fundo Amazônia divulga uma avaliação dos resultados e impactos dos projetos concluídos. No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório, são apresentadas informações sobre os sete projetos concluídos em 2024, com uma avaliação de seus resultados e impactos. Dessa forma, de uma carteira de 119 projetos apoiados, 74 já foram concluídos e tiveram sua avaliação divulgada nos relatórios anuais do Fundo Amazônia.

São apresentadas, a seguir, tabelas com a consolidação dos resultados e impactos mensurados com base em indicadores dos projetos apoiados. Nessas tabelas, foi adotado um código de cores para facilitar a identificação dos indicadores conforme sua natureza (de eficácia ou de efetividade). Os resultados dos projetos concluídos em 2024 são apresentados de forma resumida nesta seção e detalhadamente no capítulo “Projetos concluídos” deste relatório.

É possível que ocorram variações nas medições dos indicadores a cada ano, em razão de alterações metodológicas para melhorar a apuração do indicador, ou ainda devido a ajustes feitos pela equipe técnica ou por sugestões dos beneficiários.

Componente “produção sustentável”

No fim de 2024, o apoio às atividades produtivas sustentáveis representava cerca de 37% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, atingindo R\$1,095 bilhão. Um dos objetivos do fundo é promover uma economia florestal de base sustentável, por meio do fomento à bioeconomia de base florestal, mediante a valorização dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços ambientais da floresta, de modo a criar uma alternativa econômica que viabilize a conservação da vegetação nativa. O apoio a atividades produtivas sustentáveis teve um expressivo aumento no ano de 2024 (115%). O forte aumento em relação aos números de 2023 deve-se, em grande parte, aos três projetos apoiados na chamada pública Restaura Amazônia, que, somados, adicionaram R\$ 450 milhões a esta componente. Isso demonstra o resultado da estratégia de utilização das chamadas públicas como forma de ampliar o apoio do Fundo Amazônia para outra escala em termos de valor médio de projetos.

O conjunto de projetos apoiados nesse eixo abrange, por exemplo, atividades extrativistas, de beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas e da agricultura familiar, de segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e de turismo de base comunitária. Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha (látex), sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, castanha-do-brasil, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e açaí, além da cadeia de restauração.

TABELA 19 • INDICADORES DA COMPONENTE “PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL (1)” – VALORES ACUMULADOS DESDE A CRIAÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA EM 2008

| Indicadores de produção sustentável (componente 1) | Até 2023 (acumulado) | Até 2024 (acumulado) | Variação 2024/2023 |
|---|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total) | 58.422 | 59.100 | 678 |
| Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres) | 9.553 | 9.945 | 392 |
| Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas) | 5.569 | 6.247 | 678 |
| Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança* | 652 | 652 | 0 |
| Projetos de pequeno porte (até R\$ 150 mil) apoiados por entidades aglutinadoras**/*** | 2.677 | 2.684 | 7 |
| Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras*** | 86 | 86 | 0 |
| Imóveis rurais com projetos de produção sustentável*** | 5.459 | 5.459 | 0 |
| Imóveis rurais (famílias) beneficiados com assistência técnica*** | 12.936 | 12.936 | 0 |
| Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas*** | 555 | 555 | 0 |
| Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total) | 238.588 | 258.990 | 20.402 |
| Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres) | 55.386 | 59.973 | 4.587 |
| Área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares) | 75.479.312 | 75.479.312 | 0 |
| Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)*** | 17.357 | 17.357 | 0 |
| Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total) | 37.900 | 38.648 | 748 |
| Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> (R\$ mil) | 176.307 | 180.692 | 4.385 |
| Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados (R\$ mil)*** | 140.676 | 140.676 | 0 |

■ Indicador de eficácia ■ Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.

Notas: * O nome do indicador informado nas edições anteriores do Relatório de Atividades do Fundo Amazônia era “Organizações comunitárias fortalecidas” e foi alterado para refletir o nome vigente no Quadro de Resultados do Fundo Amazônia.

** O conceito de projeto nesse caso compreende, por exemplo, a simples aquisição de um equipamento para uma atividade produtiva que tenha sido planejada comunitariamente. *** Os indicadores apresentados contemplam as informações obtidas nas prestações de contas registradas até o fim de 2024, o que não significa que não haja resultados adicionais nesses anos. A maior parte dos projetos aprovados e contratados após a retomada do Fundo Amazônia está no início de sua execução, que contempla, em diversos casos, lançamentos de editais que terão seus resultados de investimento medidos após a devida prestação de contas. A captura de indicadores, considerando o ciclo de aprovação, contratação de um projeto, execução, prestação de contas e verificação por parte da equipe do BNDES, pode levar até cerca de dois anos, o que impacta sobremaneira a captura de indicadores.

Projetos concluídos

Em 2024, foram concluídos sete projetos, um deles totalmente dedicado ao eixo de produção sustentável. Trata-se do projeto Pacto da Floresta, conduzido pelo Pacto das Águas, que teve por objetivo apoiar a consolidação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil e fortalecer atividades produtivas relacionadas ao açaí, à borracha natural e à farinha de mandioca em duas terras indígenas e três reservas extrativistas no estado de Rondônia.

Componente “monitoramento e controle”

No fim de 2024, o apoio a ações de monitoramento e controle representava 42% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, cerca de R\$ 1,25 bilhão. A importância dessas ações fica evidente na expressiva redução do desmatamento na região, após a intensificação de ações de combate a ilícitos das mais diversas naturezas na Amazônia a partir de 2023.

TABELA 20 • INDICADORES DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE (2)” – VALORES ACUMULADOS

| Indicadores de monitoramento e controle (componente 2) | Até 2023 (acumulado) | Até 2024 (acumulado) | Variação 2024/2023 |
|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)* | 326 | 326 | 0 |
| Servidores capacitados em gestão ambiental e/ou tecnologias de monitoramento do desmatamento | 11.197 | 11.533 | 336 |
| Missões de fiscalização ambiental efetuadas | 1.896 | 2.123 | 227 |
| Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos corpos de bombeiros militares* | 32.837 | 32.837 | 0 |
| Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total) | 4.569 | 4.731 | 162 |
| Imóveis rurais inscritos no CAR – protocolo | 1.070.974 | 1.231.305 | 160.331 |
| Área de imóveis rurais inscritos no CAR – protocolo (hectares) | 125.908.823 | 166.519.400 | 40.610.577 |
| Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental (hectares) – regeneração em andamento* | 14.640 | 14.640 | 0 |
| Autos de infração lavrados por infrações contra a flora | 18.590 | 30.429 | 3.127 |

Indicador de eficácia Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Os indicadores apresentados contemplam as informações obtidas nas prestações de contas registradas até o fim de 2024, o que não significa que não haja resultados adicionais nesses anos. A maior parte dos projetos aprovados e contratados após a retomada do Fundo Amazônia está no início de sua execução, que contempla, em diversos casos, lançamentos de editais que terão seus resultados de investimento medidos após a devida prestação de contas. A captura de indicadores, considerando o ciclo de aprovação, contratação de um projeto, execução, prestação de contas e verificação por parte da equipe do BNDES, pode levar até cerca de dois anos, o que impacta sobremaneira a captura de indicadores.

Projetos concluídos

Um dos projetos concluídos em 2024 foi o de apoio à implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e à adesão ao programa de regularização ambiental (PRA) no estado do Acre. O apoio à implementação do CAR contribui para a regularização fundiária e reforça o controle sobre potenciais fraudes relacionadas.

O Programa Municípios Verdes, contratado com o estado do Pará, também foi concluído em 2024, com foco em ações categorizadas no eixo de monitoramento e controle. Teve por objetivo apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal no estado.

Além desses dois projetos relacionados ao CAR, o projeto Profisc 1 – B, que teve por objetivo apoiar as ações de fiscalização do Ibama, também teve sua conclusão em 2024, sendo integralmente destinado à componente de monitoramento e controle.

Componente “ordenamento territorial”

No fim de 2024, o apoio a ações de ordenamento fundiário e territorial representava 15% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, cerca de R\$ 434 milhões. A redução de sua participação no total da carteira se deveu ao aumento significativo das duas primeiras componentes, que tiveram projetos de valor relevante contratados em 2023 e 2024. Mesmo assim, cabe destacar que seu valor foi positivamente impactado em quase R\$ 100 milhões em 2024, frente a 2023.

TABELA 21 • INDICADORES DA COMPONENTE “ORDENAMENTO TERRITORIAL (3)” – VALORES ACUMULADOS

| Indicadores de ordenamento territorial (componente 3) | Até 2023 (acumulado) | Até 2024 (acumulado) | Variação 2024/2023 |
|---|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Unidades de conservação apoiadas* | 196 | 192 | -4 |
| Terras indígenas apoiadas | 101 | 122 | 21 |
| Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total) | 4.927 | 5.890 | 963 |
| Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas) | 2.073 | 2.863 | 790 |
| Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia | 61.129 | 75.190 | 14.061 |
| Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos | 2.115 | 3.078 | 963 |
| Área de unidades de conservação criadas (km²) | 7.083 | 7.083 | 0 |
| Extensão de áreas protegidas com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²) | 741.541 | 755.038 | 13.497 |

■ Indicador de eficácia ■ Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.
Nota: * Número revisado devido à consolidação de base de dados e à exclusão de UCs que foram incorporadas em outras unidades.

É importante ressaltar que as UCs federais e estaduais e as TIs – que correspondem, em seu conjunto, a mais de 40% da área total da Amazônia Legal – são categorias territoriais

protegidas pela legislação, cuja consolidação e gestão são objetivos estratégicos para a redução do desmatamento, como reconhecido pela política pública PPCDAm. Essa proteção, por si só, contribui para dificultar a ação de desmatadores e grileiros de terras.

Componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”

No fim de 2024, o apoio a ações de desenvolvimento científico e tecnológico e a instrumentos econômicos para valorizar a floresta em pé representava 7% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, pouco mais de R\$ 200 milhões. A redução de valor em relação ao ano anterior deveu-se ao cancelamento de saldos remanescentes de projetos nesse eixo. Sua representatividade na carteira do fundo foi reduzida também em razão do aumento dos valores destinados aos eixos de monitoramento e controle e de atividades produtivas sustentáveis.

Em 2024, foi aprovado projeto da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no valor de R\$ 17,3 milhões, com o objetivo de estudar e comparar dados históricos e opções de políticas públicas no setor de florestas e uso da terra na Amazônia Legal, para conciliar proteção com produção e subsidiar o Governo Federal para: (i) o cumprimento da contribuição nacionalmente determinada (ou NDC, sigla do termo em inglês *nationally determined contribution*) brasileira; (ii) a implantação do Código Florestal e de uma agricultura de baixo carbono; e (iii) a avaliação do impacto de grandes obras e mudanças climáticas na região.

TABELA 22 • INDICADORES DA COMPONENTE “CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS (4)” – VALORES ACUMULADOS

| Indicadores de ciência, inovação e instrumentos econômicos (componente 4) | Até 2023 (acumulado) | Até 2024 (acumulado) | Variação 2024/2023 |
|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões) | 149 | 149 | 0 |
| Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos | 2.159 | 2.159 | 0 |
| Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais | 4.042 | 4.042 | 0 |
| Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas | 613 | 619 | 6 |
| Patentes solicitadas ou depositadas | 2 | 2 | 0 |

Indicador de eficácia Indicador de efetividade

Fonte: Elaboração própria.

Salvaguardas do Fundo Amazônia

A Decisão 1/CP.16 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC) definiu sete salvaguardas para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+).

Essas salvaguardas são um conjunto de diretrizes que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados a atividades de REDD+. Também são conhecidas como salvaguardas de Cancún, pois foi na cidade mexicana que se realizou a 16ª Conferência das Partes (COP 16), em 2010, ocasião em que foram aprovadas.

As salvaguardas devem garantir que iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis, como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a manutenção dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Pelas salvaguardas de Cancún, as iniciativas de REDD+ devem promover e apoiar:

- i. ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- ii. estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- iii. respeito pelo conhecimento e pelos direitos de povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- iv. participação plena e efetiva das partes interessadas – em particular, povos indígenas e comunidades locais;
- v. ações consistentes com a conservação de florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas, sim, para incentivar a proteção e a conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, assim como para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- vi. ações para evitar riscos de reversão de resultados de REDD+; e
- vii. ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

O Fundo Amazônia é anterior à aprovação das salvaguardas de REDD+, mas, desde o início de suas atividades, foi estabelecido pelo COFA um conjunto de diretrizes e critérios

que, associado às políticas operacionais do BNDES, seu gestor, bem como à observância do arcabouço legal-normativo brasileiro, funciona como suas próprias salvaguardas.

Como requisito da UNFCCC para o reconhecimento de seus resultados na redução do desmatamento, o Brasil submeteu à Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, o 1º Sumário de Salvaguardas.²² Em 2018, foi submetido o 2º Sumário de Salvaguardas,²³ com informações sobre como as salvaguardas de Cancún foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão proveniente de desmatamento no bioma Amazônia (a partir de 2006). Esses dois sumários também evidenciam o papel do Fundo Amazônia no apoio à implementação dessas salvaguardas. Na revisão das Diretrizes e Critérios para aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal, aprovadas pelo COFA em 25 de julho de 2023, estabeleceu-se que os projetos apoiados pelo fundo devem observar as salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16), bem como a Resolução CONAREDD+ 9, de 7 de dezembro de 2017, que adota a interpretação das salvaguardas de Cancún ao contexto brasileiro, ou resolução posterior que venha a substituí-la.

Os avanços no tema e as informações descritivas sobre a implementação das salvaguardas de Cancún pelo Brasil podem ser consultados no *site* REDD+ Brasil,²⁴ do MMA.

Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) consistem em 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) que abrangem questões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Esses ODSs foram acordados por 193 países na ONU, após ampla participação da sociedade civil global, tendo entrado em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Entre os 17 ODS, pode ser identificado um subconjunto de dez para os quais o Fundo Amazônia contribui em maior ou menor grau:

²² https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secd/salvaguardas-de-redd/sumarios-de-informacao-sobre-salvaguardas-1/salvaguardas_1sumario.pdf.

²³ https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv_br_final.pdf.

²⁴ <http://redd.mma.gov.br/pt/>.



ODS 1 – ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES

Os projetos do Fundo Amazônia com fins econômicos devem, necessariamente, demonstrar benefícios públicos e/ou coletivos em favor dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados e/ou agricultores familiares. No conjunto das ações apoiadas pelo Fundo Amazônia até 2024, mais de um terço dos recursos foi destinado ao fomento de atividades produtivas sustentáveis, contribuindo para a erradicação da pobreza.



ODS 2 – ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Fundo Amazônia apoia projetos que promovem segurança alimentar e nutricional, pelo incremento da produção e comercialização de alimentos por povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores. São apoiadas, entre outras iniciativas, a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), a celebração de acordos de pesca, a implantação de unidades de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, a certificação de origem, capacitações e elaboração de planos de negócios, bem como pesquisas para desenvolver novos produtos a partir de frutos, sementes e compostos bioativos da flora amazônica. Cabe destacar que, desde a retomada do Fundo Amazônia e a primeira reunião do COFA, definiu-se que o apoio a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pode abarcar ações intersetoriais, inclusive no que se refere a segurança alimentar, saúde, cultura, educação, saneamento, energia, entre outros.



ODS 5 – ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS

Os resultados de projetos com fins econômicos apoiados pelo Fundo Amazônia devem priorizar benefícios coletivos ou públicos e contribuir para a igualdade de gênero e o protagonismo dos jovens. A partir de 2012, o fundo passou a exigir, nas chamadas públicas de projetos, que sejam indicadas estratégias para incorporar mulheres e jovens em atividades diretamente relacionadas às cadeias de valor apoiadas, bem como para estimular a presença feminina em cargos de liderança.



ODS 6 – ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS E TODAS

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia priorizam a restauração florestal das chamadas matas ciliares ou ripárias, isto é, as formações vegetais localizadas nas margens de córregos, lagos, represas e nascentes. Também podem ser apoiadas tecnologias sociais e outras formas de garantir acesso a água e saneamento pelas comunidades locais.²⁵ Cabe destacar que desde a retomada do Fundo Amazônia e a primeira reunião do COFA, definiu-se que o apoio a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pode abarcar ações intersetoriais, inclusive no que se refere à segurança alimentar, saúde, cultura, educação, saneamento, energia, entre outros.



ODS 8 – PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODAS E TODOS

Um dos grandes desafios a serem respondidos pela sociedade brasileira e pelo Fundo Amazônia é como implantar na Amazônia um modelo econômico de produção e ocupação do território que seja ambientalmente sustentável, que preserve a biodiversidade e promova o bem-estar social. Para esse fim, o fundo tem apoiado dezenas de projetos de produção sustentável que promovem as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com o fortalecimento de capacidades e habilidades para promover uma alternativa econômica para as comunidades locais que seja compatível com a manutenção da floresta em pé.



ODS 11 – TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

O Fundo Amazônia tem contribuído diretamente para salvaguardar o patrimônio natural e cultural do mundo, já que visa a redução do desmatamento aliada ao desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Para isso, o fundo apoia ações que salvaguardam direta ou indiretamente o patrimônio natural representado pelas florestas, além de ser um importante financiador de ações que visam valorizar o patrimônio material e imaterial de povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, incluindo a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em seus territórios.

²⁵ Em março de 2024, foi lançado edital no valor de R\$ 150 milhões de recursos provenientes do Fundo Amazônia para implantação de tecnologias sociais de acesso a água e de projetos produtivos sustentáveis adequados às realidades locais de povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores. A iniciativa vai além do direito básico de acesso a água de boa qualidade, contemplando apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade com preservação ambiental e redução do desmatamento.



ODS 12 – ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Um dos principais desafios apoiados na atual fase do PPCDAm é “a consolidação do eixo de atividades produtivas sustentáveis como um vetor para a redução do desmatamento e transformação da realidade amazônica”, reconhecendo o apoio às cadeias produtivas locais e às economias da sociobiodiversidade como requisito para a conservação da floresta e inclusão social das populações que dela sobrevivem. O Fundo Amazônia mantém um histórico robusto de apoio a arranjos produtivos que promovam a transição para modelos econômicos que privilegiem atividades que mantêm a floresta em pé, gerando renda e condições de vida dignas a populações tradicionais, indígenas e pequenos agricultores. Nesse sentido, além de projetos estruturantes, o fundo já lançou três chamadas públicas voltadas para a promoção da produção sustentável, melhoria da comercialização e, conseqüentemente, ampliação do consumo dessa produção oriunda da sociobiodiversidade. O investimento em modelos econômicos sustentáveis com inclusão socioprodutiva de agricultores familiares, povos indígenas, assentados e populações tradicionais não apenas favorece a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal, mas também promove geração de renda, justiça social e preservação da biodiversidade da “floresta viva” enquanto combate o desmatamento.



ODS 13 – TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS IMPACTOS

O Fundo Amazônia é a maior iniciativa de REDD+ do mundo, reconhecida internacionalmente segundo diversos critérios, tais como doações recebidas e valores aprovados para projetos.²⁶ Todos os recursos aplicados pelo fundo devem contribuir, direta ou indiretamente, para a redução do desmatamento.



ODS 15 – PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE

Com o apoio do Fundo Amazônia, até 2024 foram promovidas ações em 192 UCs e 121 TIs, abrangendo atividades de proteção e vigilância territorial, consolidação de sua gestão e fomento de atividades produtivas em UCs de uso sustentável, isto é, aquelas que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Além do suporte a áreas protegidas, as ações de monitoramento ambiental foram reforçadas com o apoio do fundo, incluindo a melhoria da monitoração do desmatamento por meio de satélites no Brasil e em outros países da América do Sul (limitrofes à Amazônia) que estão desenvolvendo ou aprimorando seus próprios sistemas de monitoramento. O apoio do fundo também abrange a expansão das missões de fiscalização ambiental, bem como de ações para prevenir e combater incêndios florestais, incluindo o apoio a corpos de bombeiros militares, o estabelecimento de brigadas civis de combate a incêndios e a aquisição de equipamentos especializados.



ODS 17 – FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Fundo Amazônia foi criado pelo Brasil em diálogo com a comunidade internacional, contando com várias parcerias, com destaque para governos doadores de recursos para o fundo. Hoje, o Fundo Amazônia é o principal instrumento de cooperação internacional com o Brasil na agenda do enfrentamento ao desmatamento. Ressalta-se ainda a realização de acordo de cooperação com uma agência de cooperação técnica internacional e o apoio do fundo a um projeto internacional implementado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o objetivo de monitorar a cobertura florestal na Amazônia regional, isto é, para além das fronteiras do Brasil.

²⁶ <https://climatefundsupdate.org/the-funds/>.

Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável

Alcançar a igualdade de gênero, acabando com todas as formas de discriminação contra mulheres e garantindo oportunidades equitativas, é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 5), como mencionado na seção anterior. O Fundo Amazônia, por meio de apoio a projetos que contribuem para a componente 1 de seu quadro lógico (“Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica”), busca contribuir para a promoção da equidade de gênero.

Desde 2008, o BNDES, responsável pela gestão do Fundo Amazônia, inclui em todos os seus contratos de financiamento a chamada cláusula social, que explicita o combate à discriminação de raça e gênero, bem como ao trabalho infantil e escravo no Brasil. No contexto dos projetos apoiados pelo fundo, a promoção da equidade de gênero foi introduzida como critério de seleção em seis chamadas públicas.²⁷

O Fundo Amazônia também dispõe de indicadores em projetos de produção sustentável para verificar em que medida mulheres participam de atividades e de tomadas de decisão, incluindo o monitoramento do número de mulheres em posição de coordenação nas organizações apoiadas e da quantidade de mulheres capacitadas em novas tecnologias de produção sustentável. Desde 2015, também observa em avaliações externas independentes (*ex-post*) como os projetos concluídos contribuíram para a promoção da equidade de gênero.

Em 2019, foi disponibilizado no *site* do Fundo Amazônia o estudo *Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia*,²⁸ com os objetivos de sistematizar a contribuição dos projetos da componente 1 (“produção sustentável”) para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, mapear a situação das mulheres nos projetos visitados em dois estados da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso) e formular recomendações que estimulem a igualdade.

O resultado mostrou um número bastante expressivo de mulheres desenvolvendo atividades produtivas que promovem redução do desmatamento em pequenas propriedades na Amazônia, contribuindo diretamente para o objetivo final do Fundo Amazônia, com participação proeminente para o uso sustentável da floresta e redução do desmatamento. Foi possível verificar também que, quando as mulheres ampliam sua renda, elas internalizam novas habilidades, conhecimentos, direitos e oportunidades e melhoram sua participação e visibilidade nos diferentes espaços de convivência social.

²⁷ Em 2012, na chamada pública de projetos de atividades produtivas sustentáveis (APS); em 2014, na chamada pública voltada para o apoio a PGTA's; e, em 2017, no âmbito das chamadas públicas de consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas (APS II) e de recuperação da cobertura vegetal. Em 2023, foi inserida como critério na seleção de parceiros gestores das iniciativas Restaura Amazônia e Amazônia na Escola.

²⁸ <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ-Estudo-genero.pdf>.

Com base nesses resultados, foram identificadas boas práticas relacionadas à igualdade de gênero nos projetos, levantadas lições aprendidas e elaboradas recomendações para o Fundo Amazônia.

Avaliação de efetividade

Ao fim de 2024, a carteira do Fundo Amazônia contava com 119 projetos, dos quais 74 já concluídos. Os resultados e impactos dos projetos concluídos são avaliados pela equipe do fundo e divulgados em seus relatórios anuais (ver capítulo “Projetos concluídos”) e em seu *site*.²⁹

Em 2016, com apoio técnico da agência de cooperação técnica alemã GIZ,³⁰ foi criado e publicado o marco conceitual para a realização de avaliações de efetividade independentes dos projetos executados com recursos do Fundo Amazônia.³¹

Com o aumento no número de projetos finalizados, identificou-se que avaliá-los em blocos temáticos, de acordo com seus objetivos, produziria insumos importantes para a agregação dos resultados e impactos alcançados e para a identificação de contribuições conjuntas para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Para orientar essas avaliações temáticas, foi desenvolvido em 2020 um adendo ao marco conceitual referente a avaliações temáticas, também publicado no *site* do Fundo Amazônia.³²

Em 2024, foram publicadas duas novas avaliações de efetividade relacionadas ao apoio a atividades produtivas sustentáveis e outra referente aos projetos de apoio a povos indígenas.

Os projetos relacionados a atividades produtivas sustentáveis incluídos nessa avaliação de efetividade foram: Assentamentos Sustentáveis da Amazônia, conduzido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); Néctar da Amazônia, do Instituto Peabiru; Sementes do Portal – Fase 2, do Instituto Ouro Verde; e Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento, conduzido pela Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai).

Já na avaliação de projetos indígenas, foram incluídos os projetos Bem Viver Sustentável, com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé); Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI); Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu, com o Instituto Socioambiental (ISA); e Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas, com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

²⁹ https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projetos/busca/index.html?reloaded&facet_Situacao_prop=conclu.

³⁰ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

³¹ https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5-avaliacoes-externas/FA-Marco-Conceitual-Avaliacao-Efetividade-Projetos_2016.pdf.

³² <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>.

As avaliações de efetividade independentes podem ser conferidas em sua íntegra no *site* do Fundo Amazônia.³³ A condução dessas avaliações tem, entre outras, as seguintes finalidades:

- auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas a seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus impactos;
- possibilitar a aprendizagem institucional dos executores de projetos e do próprio fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+; e
- verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm, os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e com a Estratégia Nacional de REDD+.

Foi publicada também em 2019 uma ampla avaliação da efetividade do Fundo Amazônia no período de 2008 a 2018, que apontou recomendações para seu aprimoramento e concluiu que há evidências claras de que o fundo tem contribuído para a redução do desmatamento na Amazônia. Tanto a avaliação quanto seus estudos complementares podem ser consultados no *site* do Fundo Amazônia.³⁴

Gestão de riscos do Fundo Amazônia

A gestão de riscos é parte integrante da gestão do Fundo Amazônia e dos projetos por ele apoiados. A seguir, apresenta-se uma leitura sobre os riscos, incorporando em sua concepção uma análise do diagnóstico atualizado sobre as causas consideradas críticas na atual fase do PPCDAm (2023-2027), principal política orientadora do Fundo Amazônia. Mantém-se na base da avaliação de riscos a relação com o Quadro Lógico do Fundo Amazônia, fundamentada na lógica de intervenção representada pelo objetivo geral e seus efeitos indiretos.

Para a gestão de riscos do Fundo Amazônia em 2024, definiu-se o seguinte formato:

- Revisão dos riscos definidos em 2023 e respectivos aspectos (resposta/mitigação e impactos).

³³ <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>.

³⁴ Disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf>; <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf>; e <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-CAR.pdf>.

- Proposição de riscos gerais identificados com base em:
 - diagnóstico atualizado do PPCDAm (5ª fase – 2023-2027); e
 - Quadro Lógico do Fundo Amazônia.
- Listagem de efeitos negativos associados à ocorrência dos riscos.
- Avaliação da probabilidade de ocorrência de cada risco identificado (classificação), considerando os fatores agravantes potenciais atuais e as perspectivas para o ano seguinte.
- Avaliação de medidas mitigadoras, como políticas e planos em implementação ou previstos, que podem reduzir a probabilidade ou mitigar a gravidade dos efeitos negativos associados aos riscos.
- Resumo de medidas consideradas como respostas/contribuições do Fundo Amazônia para a mitigação dos riscos ou seus efeitos.

Por ser um tema complexo e transversal, muitas vezes os riscos terão impactos sobre mais de uma componente. Dessa forma, observa-se a associação das componentes aos riscos e, indiretamente, ao objetivo geral. Essa abordagem justifica-se pelo fato de o risco de aumento do desmatamento estar sempre associado ao agravamento de fatores críticos relacionados aos eixos do PPCDAm, e, por consequência, às componentes do fundo.

Uma vez que o objetivo geral do Fundo Amazônia é contribuir para a redução do desmatamento e para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, a definição de suas componentes e seus indicadores está diretamente relacionada à mitigação das causas e vetores do desmatamento.

Os principais vetores e causas de influência socioeconômica e política, que induzem o desmatamento na Amazônia, podem ser resumidos em: grilagem de terras; aumento de área de pastagem; expansão da área para cultivo de grãos; exploração ilegal de madeira; influência de grandes obras de infraestrutura (energia, transportes); garimpo ilegal; e desenvolvimento urbano.

Embora as causas do desmatamento sejam amplamente estudadas e conhecidas, trata-se de um tema dinâmico e com particularidades locais. Nesse sentido, a atual fase do PPCDAm (2023-2027) avaliou as mudanças no padrão de desmatamento na Amazônia, com destaque para:

- interiorização do desmatamento, com invasão de terras públicas;
- reconcentração do desmatamento em grandes áreas contíguas;
- redução da capacidade da governança em áreas protegidas e assentamentos;
- persistência do desmatamento ilegal nas cadeias produtivas; e
- aumento da degradação florestal.

O plano federal também ressaltou a associação entre o desmatamento e a intensificação dos conflitos pela posse da terra, agravados pela presença do crime organizado na Amazônia. Portanto, é com base nesse conhecimento e contexto atualizados que foram definidos os dez riscos avaliados.




A leitura dos riscos se dá pela observação do risco, sua probabilidade de ocorrência e componentes a que se referem no Fundo Amazônia. Em seguida, observam-se os fatores agravantes, as medidas mitigadoras e respostas do Fundo a esses riscos. Por fim, são apresentados os possíveis impactos que tais riscos causariam.

QUADRO 1 • AVALIAÇÃO DE RISCOS DO FUNDO AMAZÔNIA

| Objetivo geral: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal | | | |
|--|---|--|--|
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
| <div><div></div><div></div><div></div></div> <p>Fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente</p> | <p>No âmbito do Novo PAC, há previsão de obras para adequação de rodovias na Amazônia, que inclui a conclusão de obras nas rodovias “BR” 319, 163, 364 e 242. * Além disso, há projetos de lei (PL) que visam simplificar o licenciamento de obras na BR-319, como o PL 4.994/2023.</p> <p>A restauração da BR-174 e a concessão de dois aeroportos (Manaus e Tabatinga) estão previstas no âmbito do projeto para criar uma rota para ligar a Amazônia brasileira ao Oceano Pacífico para potencializar a exportação de mercadorias. ** A possível exploração de petróleo na margem equatorial do país, passando por Amapá e Pará na Amazônia, é outro atrativo potencial, que junto aos demais projetos poderão gerar aumento no fluxo migratório devido às oportunidades de trabalho e à possível valorização de terras na região.</p> <p>Esse risco permanece avaliado como médio.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Expansão do Arco do Desmatamento para o interior da Amazônia.» Estímulo à grilagem e ao desmatamento ilegal.» Estímulo à invasão de áreas protegidas.» Aumento de problemas sociais e violação de direitos humanos.» Pressão sobre o meio ambiente urbano. | <p>Há pelo menos 14 projetos em execução que contribuem para a componente de ordenamento territorial do Fundo Amazônia, a qual foi reforçada por dois novos projetos em 2024 (Redes Indígenas da Amazônia e Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre, somando mais de R\$ 150 milhões).</p> <p>O edital Naturezas Quilombolas, com um investimento de até R\$ 33 milhões, apoia o desenvolvimento de planos locais de gestão territorial e ambiental (PGTAQ), o que fortalecerá os direitos à terra e a gestão comunitária dos recursos naturais.</p> |
| <div><div></div><div></div><div></div></div> <p>Novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente</p> | <p>O avanço de ferramentas a partir de inteligência artificial somado as melhorias de acesso à internet beneficiam grupos criminosos e ampliam os ilícitos ambientais, como a grilagem de terras e a exploração ilegal de minérios. Estratégias que envolvem corrupção e cooptação de agentes públicos e privados, como a fraude de sistemas de controle de produtos florestais, podem ser ampliadas em estados e municípios cuja governança ambiental seja fragilizada.</p> <p>O risco continua sendo avaliado como médio.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Expansão do Arco do Desmatamento para o interior da Amazônia.» Estímulo à grilagem e ao desmatamento ilegal.» Estímulo à invasão de áreas protegidas. | <p>As diretrizes do fundo para projetos de fiscalização facilitam a apresentação de projetos para fortalecer o combate aos ilícitos. O Fundo Amazônia vem apoiando projetos públicos estaduais e federais de fiscalização e combate a ilícitos ambientais. Mais recentemente, pode-se citar o Rumo ao Desmatamento Zero no Acre e o Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania. Em 2023, incluiu em sua carteira um projeto voltado para o refinamento de sistemas de detecção do desmatamento, o que servirá de insumo à responsabilização por desmatamentos ilegais.</p> |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivo geral: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal | | | |
|--|--|---|---|
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
|    Mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta | <p>Em âmbito federal, existem projetos de lei em tramitação que poderão incidir em regras de proteção ambiental. Os PLs 3.334/2023 e 551/2019 visam alterar o Código Florestal, com o objetivo de reduzir a reserva legal na Amazônia, ou retirar a exigência de zoneamento ecológico econômico para tal. Existem ainda alguns, como o PL 415/2020 e o PL 1.162/2023, que versam sobre o funcionamento do Fundo Amazônia, visando transformar sua personalidade jurídica, criar a necessidade de novo regulamento para instituir outra governança e alterar o foco de atuação.</p> <p>Além disso, mudanças nas legislações estaduais podem ter consequências negativas em 2025. A Lei 12.709/2024, de Mato Grosso, e a Lei 521/2024, de Rondônia, restringem a concessão de benefícios fiscais a empresas aderentes à Moratória da Soja. O acordo contribuiu para reduzir o desflorestamento associado à soja, enquanto promoveu desenvolvimento econômico. Entre as safras 2006/2007 e 2022/2023, a área de soja no bioma cresceu de 1,4 milhão para 7,4 milhões de hectares, com apenas 250 mil hectares ligados a desflorestamentos pós-2008.</p> <p>Há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que visa expandir estas restrições em âmbito nacional, o PL 3.927/2024. O risco de alterações em instrumentos normativos para área ambiental será maior em 2025, pois eleições municipais de 2024 resultaram, em sua maioria, na vitória de candidatos favoráveis à flexibilização das leis ambientais.</p> <p>Esse é considerado um risco alto ao Fundo Amazônia.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Estímulo à grilagem e ao desmatamento ilegal.» Aumento da sensação de impunidade referentes aos ilícitos ambientais. | <p>Segundo as avaliações para projetos produtivos sustentáveis (três avaliações <i>ex-post</i> disponíveis no <i>site</i> do Fundo Amazônia), as atividades do fundo contribuem ao demonstrar benefícios tangíveis e ao chegar a cada vez mais beneficiários, comunidades e municípios da Amazônia, o que edifica uma agenda positiva.</p> <p>Nesse sentido as chamadas públicas recentemente aprovadas trazem importante contribuição, uma vez que ampliam a capilaridade e o escopo de atuação, gerando múltiplos impactos positivos.</p> |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivo geral: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal | | | |
|---|--|---|--|
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
|    Nova governança e prioridades das políticas públicas alteram o modelo de desenvolvimento | <p>Em sua maioria, os planos estaduais de combate ao desmatamento e queimadas são de responsabilidade dos órgãos ambientais, que possuem limitações sobre políticas estaduais. O combate ao desmatamento, por sua característica transversal, exige concertação de políticas e programas de diversas secretarias, e sua governança demanda uma coordenação política forte com poder de convocatória e decisão. Isso se soma à atual governança nos municípios, em que há participação de atores públicos e privados com históricos de possível envolvimento com infrações ambientais, o que cria um cenário desfavorável à priorização de medidas contra o desmatamento.</p> <p>Esse é um risco baixo.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Expansão do Arco do Desmatamento para o interior da Amazônia.» Estímulo à grilagem e ao desmatamento ilegal.» Estímulo à invasão de áreas protegidas. | <p>O Fundo Amazônia mantém a necessidade de apresentação de planos de combate ao desmatamento e às queimadas atualizados como critério para apoio aos estados da Amazônia. Adicionalmente, os documentos orientadores têm facilitado a captação de recursos pelos entes estaduais, como o projeto Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre e os novos projetos de corpos de bombeiros contratados em 2024. Estes projetos por sua vez, estão alicerçados nos respectivos planos estaduais e alinhados com prioridades do novo PPCDAm federal.</p> |
|    Mudanças climáticas provocam a ocorrência de períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais | <p>As alterações climáticas têm provocado aumentos constantes nas temperaturas médias anuais. Fatores climáticos periódicos, como <i>El Niño</i> e <i>La Niña</i>, têm gerado impactos severos.</p> <p>Em 2024 os rios Amazonas, Madeira, Solimões, Negro e Purus registraram a pior seca em 122 anos.</p> <p>As taxas de desmatamento e degradação do período 2018-2022 criaram um passivo considerável de floresta mais suscetível aos incêndios florestais.</p> <p>A combinação destes fatores (aumento das temperaturas e da degradação ambiental) cria um ambiente favorável ao uso criminoso do fogo. Em 2024 foram observados cerca de 140 mil focos de incêndios no bioma Amazônia, o maior registrado pelo Inpe desde 2007.</p> <p>Previsões do Inmet indicam que o inverno de 2025 no Brasil será caracterizado por temperaturas elevadas e condições mais secas em muitas áreas.</p> <p>Esse risco é avaliado como alto.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Incêndios florestais.» Seca dos rios.» Isolamento de populações.» Dificuldade de acesso a alimentos e serviços básicos. | <p>A atuação do Fundo Amazônia em apoio à prevenção e controle dos incêndios florestais tem sido dedicada para entes estaduais, federais e projetos da sociedade civil. Em 2024 a contratação dos projetos dos corpos de bombeiros do Amazonas, Rondônia e Amapá totalizaram mais de R\$ 120 milhões.</p> <p>Para além desta atuação específica, a chamada pública Restaura Amazônia, voltada principalmente para o Arco da Restauração, com até R\$ 450 milhões, contribuirá para mitigar os efeitos das secas, aumento de temperatura e queimadas, ao apoiar projetos de restauração ecológica. O foco é a recuperação de áreas degradadas e a implementação de SAFs, visando aumentar a resiliência da paisagem às mudanças climáticas.</p> |







(Continua)

(Continuação)

| COMPONENTE 1 – PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL | | | |
|---|--|---|--|
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
|    A desaceleração das atividades econômicas prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável | <p>A instabilidade prevista devido às mudanças no cenário geopolítico global, de maior proteção a mercados locais frente a relações comerciais multilaterais, somada aos desafios econômicos e sociais no país, pode gerar impacto negativo nos mercados consumidores de produtos da floresta. Além disso, a necessidade de avanços na implantação da infraestrutura necessária para beneficiamento e comercialização dos produtos agroextrativistas, somada à forte dependência de empresas intermediárias, pode minar o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.</p> <p>Esse risco é avaliado como médio.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Diminuição da atratividade para a produção sustentável.» Concentração de renda em grandes propriedades/empresas, em detrimento dos povos e comunidades tradicionais. | <p>As chamadas Amazônia na Escola, Naturezas Quilombolas e Restaura Amazônia concentram-se no apoio à produção sustentável de alimentos, gestão territorial e restauração ecológica. Essas iniciativas apoiarão alternativas de renda, reduzindo a dependência do desmatamento e promovendo uma economia sustentável.</p> <p>Projetos contratados em 2024, como Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 3) e Floresta para o Bem-estar visam fortalecer as cadeias produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável da sociobiodiversidade, incluindo ações voltadas ao fortalecimento de redes, cooperativas e organizações socioprodutivas.</p> |
| COMPONENTE 2 – MONITORAMENTO E CONTROLE | | | |
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
|    Legislação fundiária não alinhada com a política ambiental | <p>Conforme citado no novo PPCDAm e corroborado por recente estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o conflito por controle de territórios e pelo uso da terra na Amazônia Legal está diretamente relacionado ao avanço do desmatamento e outros ilícitos, como o garimpo em terras indígenas, a grilagem de terras, e a criação de gado em áreas da União.</p> <p>Segundo o estudo, atualmente cerca de 260 dos 772 municípios da Amazônia Legal registram a presença de facções criminosas, fato que gera insegurança e dificulta a implementação de políticas de apoio à agricultura familiar e às comunidades tradicionais. A sobreposição de propriedades rurais em terras indígenas e áreas de proteção ambiental somam mais de 20 mil imóveis, evidenciando a magnitude do problema.</p> <p>O fundo avalia esse risco como médio.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Expulsão de comunidades.» Dificuldade de acesso às políticas de fomento às atividades produtivas sustentáveis.» Expansão do Arco do Desmatamento para o interior da Amazônia.» Estímulo à grilagem e ao desmatamento ilegal.» Estímulo à invasão de áreas protegidas. | <p>O projeto Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania, contratado em 2024, contribui diretamente para mitigar esse risco, com foco no fortalecimento da capacidade de enfrentamento aos crimes ambientais e conexos relacionados à dinâmica do desmatamento e da degradação florestal pelas forças de Segurança Pública. O projeto irá fomentar a atuação coordenada e integrada entre o Governo Federal, o MMA e os nove estados da Amazônia Legal.</p> <p>Adicionalmente, as iniciativas Naturezas Quilombolas e Sanear Amazônia apoiam a gestão territorial e a iniciativa Sanear Amazônia tem por objetivo beneficiar e reduzir a vulnerabilidade de milhares de famílias.</p> |




(Continua)

(Continuação)

| COMPONENTE 2 – MONITORAMENTO E CONTROLE | | | |
|--|--|---|---|
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
|    Ações de fiscalização e repressão do desmatamento insuficientes em decorrência de restrições fiscais | <p>Atualmente, a redução do desmatamento é um tema prioritário para o Governo Federal. Porém, as restrições fiscais em âmbito federal e nos estados da Amazônia podem afetar as ações de fiscalização e repressão do desmatamento, de forma que sejam insuficientes às necessidades.</p> <p>A aposentadoria ou saída de servidores efetivos capacitados nas ações de fiscalização, assim como a não renovação de contratos de servidores temporários, podem exacerbar o problema da baixa capacidade dos órgãos ambientais.</p> <p>Esse risco é avaliado como baixo.</p> | <p>» Aumento da sensação de impunidade referentes aos ilícitos ambientais.</p> | <p>O fundo tem apoiado os órgãos de controle e fiscalização com o aprimoramento da infraestrutura, equipamentos de tecnologia, capacitação de servidores, contratação de pessoal temporário especializado, entre outras iniciativas. Em 2024, houve a contratação dos projetos do Acre, dos CBM do Amapá, Amazonas e Rondônia, e do projeto Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania, do Ministério da Justiça. Juntos, somam mais de R\$ 500 milhões em apoio ao monitoramento e controle do desmatamento e das queimadas</p> |
| COMPONENTE 3 – ORDENAMENTO TERRITORIAL | | | |
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
|    Crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem | <p>A relação entre o risco de desmatar novas áreas na Amazônia e o potencial de retorno econômico ainda é favorável em muitos casos. O baixo custo de terras com floresta nativa e o emprego de técnicas relativamente baratas para abertura das áreas (uso criminoso do fogo e mão de obra barata) favorecem esse cenário.</p> <p>A alta do dólar frente ao real é outro importante estímulo para o investimento em <i>commodities</i> agropecuárias. A instabilidade gerada pelos conflitos bélicos internacionais e as mudanças políticas nos Estados Unidos da América (EUA) são elementos que já têm influenciado os mercados e podem pressionar para além de 2024.</p> <p>Adicionalmente, a conclusão das negociações sobre o acordo UE-Mercosul, em dezembro de 2024, tende a gerar expectativa de ganhos, uma vez que reduzirá barreiras tarifárias para a exportação de <i>commodities</i> agrícolas do Brasil para a Europa e facilitará a compra de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos europeus.</p> <p>Esse risco é avaliado como médio.</p> | <p>» Conversão de florestas em áreas voltadas para agropecuária.</p> <p>» Estímulo à grilagem e ao desmatamento ilegal.</p> <p>» Estímulo à concentração de terras em assentamentos.</p> <p>» Estímulo à invasão de áreas protegidas.</p> | <p>O Fundo Amazônia contribui para mitigar os efeitos deste risco por meio de iniciativas como as chamadas Amazônia na Escola e Restaura Amazônia, que promovem a agricultura sustentável e fornecem alternativas ao desmatamento por meio da restauração ecológica e da agrofloresta, reduzindo a pressão para converter florestas em pastagens. Da mesma forma, projetos apoiados, como o da Fundação Banco do Brasil e o Floresta para o Bem-estar, da CI -Brasil, contribuirão ao fortalecer as cadeias produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável da sociobiodiversidade na Amazônia Legal.</p> |

(Continua)

(Continuação)

| COMPONENTE 4 – CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS | | | |
|---|---|---|---|
| Risco identificado | Fatores | Impactos | Resposta/contribuições do Fundo Amazônia |
|    Evasão de quadros técnicos qualificados e pesquisadores da região | <p>O desembolso dos recursos do Fundo Amazônia pode ser impactado por mudanças na legislação, em especial se a governança do fundo e seus objetivos forem alterados. Esse fenômeno foi observado no período entre 2020 e 2023 como consequência da paralisação das aprovações e contratações de novos projetos entre 2019 e 2022, devido à extinção de seu comitê orientador.</p> <p>A execução dos recursos aprovados pode ser prejudicada por diversos fatores, como as dificuldades enfrentadas por órgãos da administração pública em internalizar os recursos e/ou realizar todos os trâmites burocráticos a tempo de garantir o empenho e liquidação financeira. A rotatividade de servidores e gestores públicos também tem potencial de impacto negativo, uma vez que implica nova curva de aprendizagem.</p> <p>Esse risco é médio.</p> | <ul style="list-style-type: none">» Reduz a capacidade de resposta dos projetos.» Reduz o potencial de contribuição do Fundo Amazônia quanto ao foco de atuação vigente. | <p>As chamadas públicas e documentos orientadores do Fundo Amazônia contribuem para guiar e facilitar a execução dos recursos, juntamente com respectivas oficinas de capacitação oferecidas e disponibilizadas em diversos estados e meios de acesso. Da mesma forma, os documentos orientadores e o processo de aprovação dos projetos visam minimizar problemas futuros de falta de execução financeira e consequentemente garantir o alcance dos objetivos.</p> |

Fonte: Elaboração própria.

Notas: * Consultada Agência Gov. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202502/melhores-rodovias-e-portos-governo-anuncia-plano-de-escoamento-da-safra-2025>. Acesso em: 23 mar. 2025. ** Consultada CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/governo-quer-inaugurar-rota-que-liga-amazonia-brasileira-ao-pacifico-na-cop-30>. Acesso em: 23 mar. 2025.

No que tange aos riscos transversais relacionados a consequências não intencionais para mulheres ou igualdade de gênero, direitos humanos e anticorrupção, as diretrizes e os princípios para uma atuação social e ambientalmente responsável do BNDES estão dispostos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sistema BNDES (PRSAC), que tem como princípios de atuação o respeito aos direitos humanos, a equidade de gênero e a valorização da diversidade. A versão mais recente da PRSAC foi aprovada em 2022 pelo Conselho de Administração do Banco.³⁵

O compromisso com a ética integra a declaração de valores do BNDES e está expresso em sua Política Corporativa de Integridade.³⁶ Aprovada em 2020, essa política estabelece diretrizes e atribuições necessárias ao fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em conformidade com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

³⁵ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/politica-responsabilidade-social-ambiental-climatica/>.

³⁶ https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/e4206746-46b2-4979-a7ec-03b89b8e7f74/PCIN_Portugues_final.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nmf6nqv

O BNDES adota um conjunto de práticas relacionadas a essa temática, incluindo a verificação, durante a análise cadastral, das organizações solicitantes de apoio financeiro, de eventuais atos que configurem discriminação de raça ou de gênero, uso de trabalho infantil ou escravo, crimes ambientais ou assédio moral e sexual – todos considerados impeditivos à contratação.

Informações mais detalhadas podem ser conferidas no Relatório Anual do BNDES,³⁷ inclusive sobre sua governança, auditoria interna, comissão de ética, política corporativa de integridade do Sistema BNDES, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e os sistemas de correção interna, compostos pela corregedoria e pelas comissões de procedimentos investigativos, entre outras estruturas organizacionais internas. Por fim, o BNDES adota a prática de fazer uma investigação de integridade antes da eleição, nomeação ou contratação de assessores externos e membros de órgãos estatutários.



³⁷ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/relatorio-anual-integrado>



PROJETOS CONCLUÍDOS



Projetos concluídos em 2024

Projetos concluídos são aqueles que: (i) executaram as atividades previstas; (ii) tiveram sua prestação de contas aprovada; e (iii) realizaram uma avaliação de resultados.

CAR Acre

Responsável pelo projeto

Estado do Acre – Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan)

Abrangência territorial

22 municípios do estado do Acre

Beneficiários

Proprietários de imóveis da agricultura familiar com até quatro módulos fiscais localizados nas zonas rurais de todos os 22 municípios do Acre, abrangendo uma área de cerca de 9 milhões de hectares

Objetivo

Apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Acre

Valor total do projeto

R\$ 16.838.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 16.838.000,00

Prazo de utilização (desembolso)

13.2.2021

Data da aprovação

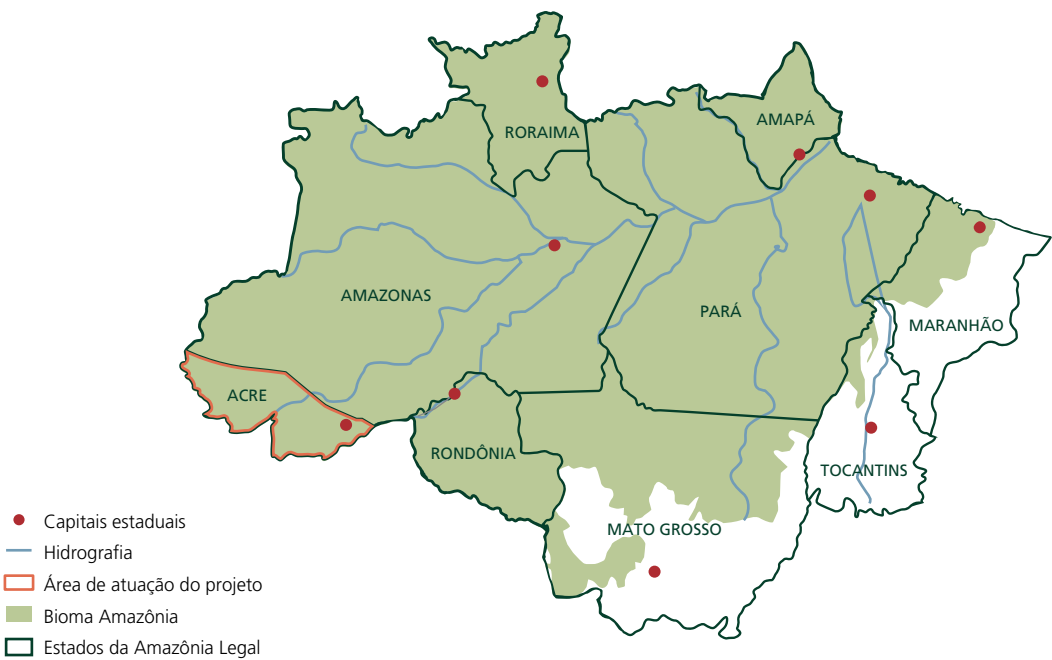
29.10.2013

Data da contratação

13.11.2013

Data da conclusão

24.5.2024



Contextualização

O Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012) tornou obrigatório o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, além disso, a lei determina que o Governo Federal e os governos estaduais implementem o Programa de Regularização Ambiental (PRA) para corrigir passivos ambientais e garantir a conformidade das propriedades rurais com a legislação ambiental.

No Acre, onde o setor florestal – tanto madeireiro quanto não madeireiro – tem grande importância econômica, a política ambiental busca valorizar os ativos florestais e fortalecer sua participação na economia. O CAR e o PRA são ferramentas essenciais para o planejamento sustentável das propriedades rurais e para a recuperação de áreas degradadas, garantindo o crescimento equilibrado do setor.

Lógica de intervenção

O projeto se inseriu na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram assim definidos: “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental do Estado estruturadas e modernizadas para implantação e gerenciamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA)” (2.1); e “acesso ampliado dos produtores rurais do estado do Acre à regularização ambiental de suas propriedades” (2.2).

Principais resultados

O PRA do Acre foi estabelecido com a criação do marco regulatório estadual, desenvolvido pelo governo em parceria com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Em 2017, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Estadual 3.349, de 18 de dezembro de 2017, regulamentada pelo Decreto 9.025, de 4 de junho de 2018. Também foi publicada a Resolução Conjunta CEMACT/CFE/CEDRFS 01, de 18 de maio de 2018, que definiu diretrizes técnicas para a recomposição florestal no estado.

Para a implementação do CAR e do PRA foram realizadas capacitações em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), além da aquisição de equipamentos para os órgãos ambientais. O estado também desenvolveu o sistema customizado (Sicar-Acre) para gestão e monitoramento ambiental. A inscrição no CAR foi promovida por meio de postos fixos, equipes itinerantes e busca ativa, incluindo o CAR perimetral para assentamentos diferenciados. Já a adesão ao PRA foi incentivada com a criação de postos de atendimento e apoio técnico para elaboração de projetos de recuperação ambiental.

Indicadores de eficácia e efetividade

Efeito direto 2.1: “Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental do estado estruturadas e modernizadas para implantação e gerenciamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA)”.

Efeito direto 2.2: “Acesso ampliado dos produtores rurais do estado do Acre à regularização ambiental de suas propriedades”.

Indicadores de efetividade:

- Nº de imóveis rurais que tiveram o seu pedido de adesão ao CAR protocolado
Meta: 30.000 | Resultado alcançado: 72.947
- Nº de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que tiveram o seu pedido de adesão ao CAR protocolado
Meta: 27.000 | Resultado alcançado: 68.854
- Área de imóveis rurais que tiveram o seu pedido de adesão ao CAR protocolado
Meta: 6.600.000 ha | Resultado alcançado: 16.336.353 ha
- Área de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que tiveram o seu pedido de adesão ao CAR protocolado
Meta: 1.200.000 ha | Resultado alcançado: 6.797.976,57 ha
- Nº de imóveis rurais que tiveram o seu pedido de adesão ao PRA protocolado
Meta: 12.000 | Resultado alcançado: 1.530
- Nº de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que tiveram o seu pedido de adesão ao PRA protocolado
Meta: 5.000 | Resultado alcançado: 1.268
- Área de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que tiveram o seu pedido de adesão ao PRA protocolado
Meta: 500.000 ha | Resultado alcançado: 102.394 ha

A adesão ao PRA foi menor que o esperado, impactada pela pandemia da Covid-19, que reduziu atendimentos presenciais e mutirões ambientais. No entanto, as análises do CAR superaram a meta em 20%, destacando um avanço significativo.

- Indivíduos capacitados para a implantação e gestão do CAR e do PRA (nº de servidores)
Meta: 200 | Resultado alcançado: 113 servidores

Indicadores de eficácia:

- Nº de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que receberam apoio para inscrição no CAR, por meio de busca ativa para coleta de informações e documentações
Meta: 27.000 | Resultado alcançado: 49.393

- Área de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que receberam apoio para inscrição no CAR, por meio de busca ativa para coleta de informações e documentações
Meta: 1.200.000 ha | Resultado alcançado: 5.990.475,18 ha
- Nº de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais com parecer técnico de análise ambiental
Meta: 10.000 | Resultado alcançado: 12.496
- Área de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais com parecer técnico de análise ambiental
Meta: 1.000.000 ha | Resultado alcançado: 2.079.808,22 ha
- Nº de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais com projetos de recomposição de áreas degradadas e alteradas (Prada) elaborados
Meta: 5.000 | Resultado alcançado: 387
- Área de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais com projetos de recomposição de áreas degradadas e alteradas (Prada) elaborados
Meta: 500.000 ha | Resultado alcançado: 29.547 ha

Riscos, lições aprendidas e sustentabilidade dos resultados

O projeto fortaleceu a política ambiental do Acre, garantindo continuidade na gestão do CAR e do PRA por meio do Escritório Técnico de Gestão e integração com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O intercâmbio com Rondônia impulsionou avanços no sistema estadual do CAR. A Secretaria de Meio Ambiente (Sema) estruturou ações estratégicas para recomposição florestal com apoio de programas internacionais e criou o Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma) para aprimorar o monitoramento ambiental. Parcerias, como o acordo com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para automatizar a base do CAR, e novos projetos, como o Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero, asseguram a sustentabilidade das iniciativas.

Aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR Code para obter mais detalhes sobre o projeto, incluindo informações sobre sua execução, objetivos e resultados.



Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre

Responsável pelo projeto

Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)

Abrangência territorial

Estado do Acre

Beneficiários

79 aldeias de oito TIs: Kaxinawa do Rio Jordão; Kaxinawa do Baixo Jordão; Kaxinawa Seringal Independência; Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu; Igarapé do Caucho; Kaxinawa Praia do Carapanã; Kampa do Igarapé Primavera; e Katukina/Kaxinawa)

Objetivo

Apoiar a implementação dos PGTAs de oito terras indígenas no Acre, por meio da promoção de ações de proteção territorial, formação de agentes agroflorestais indígenas e manejo de quintais e sistemas agroflorestais

Valor total do projeto

R\$ 5.823.061,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 5.823.061,00

Prazo de utilização (desembolso)

13.6.2023

Data da aprovação

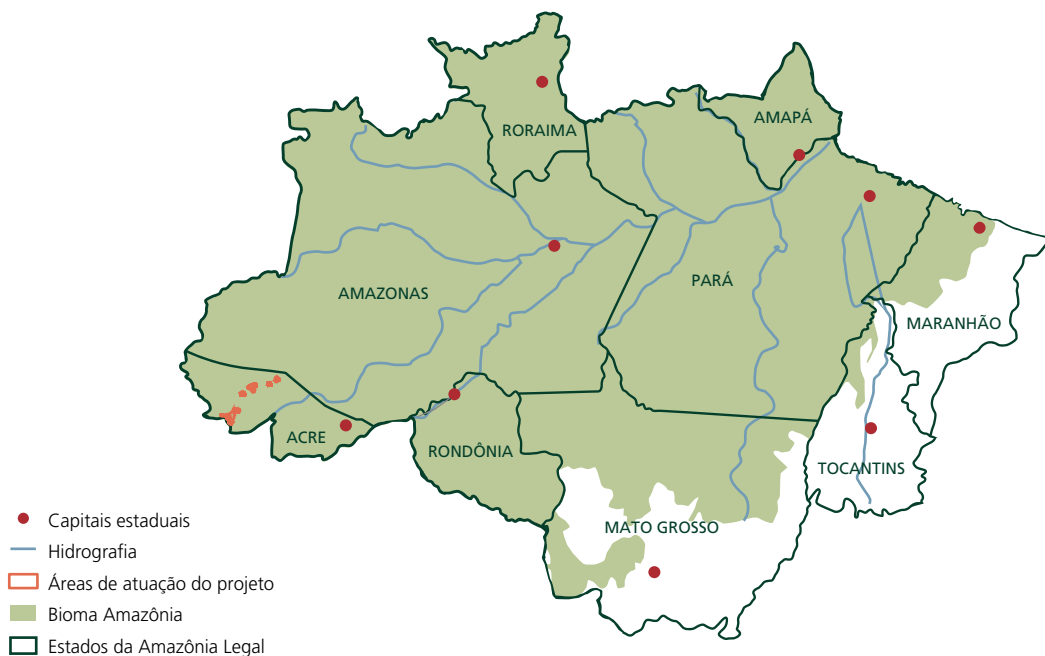
26.2.2018

Data da contratação

14.6.2018

Data da conclusão

29.4.2024



Contextualização

A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), associação civil criada em 1979, tem como missão apoiar os povos indígenas do Acre em seus esforços pelo reconhecimento e exercício de seus direitos territoriais e socioculturais. Há mais de quarenta anos vem atuando em benefício de vários povos indígenas do Acre, em quase todas as 35 TIs do estado, participando ativamente na consolidação de políticas públicas para os povos indígenas, com reconhecido destaque nas áreas de educação, formação para assistência técnica e apoio à construção de processos participativos de etnomapeamento, criação e implementação de PGTA's de terras indígenas.

O contexto em que se inseriu o projeto incluiu atuar em situações específicas nas TIs do Acre, considerando que as comunidades ainda carecem de fortalecimento da segurança alimentar e da geração de renda, e estão suscetíveis a ameaças externas.

Lógica de intervenção

O projeto se inseriu nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia e contribuiu para que atividades que mantêm a floresta em pé tenham atratividade econômica e constituam alternativa ao desmatamento nas TIs, além de ter trabalhado para o fortalecimento da gestão territorial e ambiental de TIs no estado do Acre.

Foram definidos três efeitos diretos esperados a partir da implementação do projeto, a saber:

- atividades produtivas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas nas TIs Kaxinawa do Rio Jordão; Kaxinawa do Baixo Jordão; Kaxinawa Seringal Independência; Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu; Igarapé do Caucho; Kaxinawa Praia do Carapanã; Kampa do Igarapé Primavera; e Katukina/Kaxinawa (1.1);
- capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade nas TIs do Acre (1.3); e
- TIs Kaxinawa do Rio Jordão; Kaxinawa do Baixo Jordão; Kaxinawa Seringal Independência; Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu; Igarapé do Caucho; Kaxinawa Praia do Carapanã; Kampa do Igarapé Primavera; e Katukina/Kaxinawa com infraestrutura, proteção territorial e gestão fortalecidas (3.2).

Principais resultados

O projeto realizou quatro cursos intensivos de formação para cinquenta agentes agroflorestais indígenas (AAFI) e possibilitou a formação técnica de 19 AAFIs no ensino médio. Foram promovidas seis oficinas de gestão territorial e ambiental; uma específica sobre combate a incêndios florestais; duas voltadas exclusivamente para mulheres; e uma oficina de monitoramento agroflorestal com tecnologia de georreferenciamento. Além disso, foram produzidos um livro e três cartazes bilíngues sobre manejo de recursos hídricos e resíduos sólidos. No âmbito da proteção territorial, ocorreram 12 reuniões

institucionais e vinte excursões de vigilância em seis TIs, com participação comunitária ativa. O setor de geoprocessamento da CPI-Acre monitorou remotamente ameaças regionais, como desmatamento e abertura de estradas, produzindo mapas para as lideranças indígenas.

Na área de manejo agroflorestal, o projeto realizou 19 viagens de assessoria para oito TIs, entregou ferramentas e apoiou o manejo florestal. Além disso, promoveu a criação de aves em 92 aldeias, construindo 184 galinheiros e distribuindo 920 aves. Quanto ao manejo de recursos hídricos, foram instalados 54 sistemas de captação de água da chuva, dois sistemas demonstrativos e reformadas/construídas 32 cacimbas. O fortalecimento institucional da CPI-Acre incluiu melhorias na infraestrutura, segurança e comunicação do Centro de Formação, além do suporte à gestão administrativa. Equipamentos como barcos, celulares e *laptops* facilitaram ações autônomas dos indígenas, permitindo maior participação nas atividades do projeto, incluindo vigilância, assessoria e articulação institucional.

Indicadores de eficácia e efetividade

Efeito direto 1.1: “Atividades produtivas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas nas TIs Kaxinawa do Rio Jordão; Kaxinawa do Baixo Jordão; Kaxinawa Seringal Independência; Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu; Igarapé do Caucho; Kaxinawa Praia do Carapanã; Kampa do Igarapé Primavera; e Katukina/Kaxinawa”.

Indicadores de eficácia:

- Área de roças e quintais indígenas manejados e/ou enriquecidos com sistemas agroflorestais
Meta: 197,4 ha | Resultado alcançado: 287,22 ha
- Nº de mudas/sementes plantadas
Meta: 10.000 | Resultado alcançado: 10.108

Indicadores de efetividade:

- Volume de produção *in natura* gerada pelo projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto
Meta | Resultado alcançado:
5 toneladas de açaí | 5,5 toneladas
0,5 tonelada de laranja | 21,9 toneladas
10 toneladas de banana comprida | 38,6 toneladas
1 tonelada de buriti | 6 toneladas
1 tonelada de cupuaçu | 8,9 toneladas
10 toneladas de macaxeira | 56 toneladas

Efeito direto 1.3: “Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade nas TIs do Acre”.

Indicadores de eficácia:

- N° de cursos de formação de AAFIs realizados
Meta: 27 | Resultado alcançado: 32
- N° de AAFIs capacitados nos cursos de formação para o desenvolvimento de atividades produtivas de uso sustentável especificados por gênero
Meta: 79 | Resultado alcançado: 84
- N° de indivíduos de etnia indígena capacitados por AAFIs para o desenvolvimento de atividades produtivas de uso sustentável especificados por gênero
Meta: 340 | Resultado alcançado: 841, dos quais 293 são mulheres

Indicadores de efetividade:

- N° de indivíduos de etnia indígena capacitados para o desenvolvimento de atividades produtivas de uso sustentável efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos especificados por gênero
Meta: 275 | Resultado alcançado: 1.098 homens e 522 mulheres

Os resultados atestam a superação do número de viagens de assessoria, cursos e oficinas previsto originalmente. Essa *performance* positiva se deve, entre outros fatores, ao foco do projeto na facilitação do trabalho autônomo de AAFIs consultores em seus territórios, percorrendo as aldeias constantemente para informar, planejar, pactuar e realizar atividades com as famílias.

Efeito direto 3.2: “TIs Kaxinawa do Rio Jordão; Kaxinawa do Baixo Jordão; Kaxinawa Seringal Independência; Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu; Igarapé do Caucho; Kaxinawa Praia do Carapanã; Kampa do Igarapé Primavera; e Katukina/Kaxinawa com infraestrutura, proteção territorial e gestão fortalecidas”.

Indicadores de eficácia:

- Relatórios de monitoramento e vigilância encaminhados para os órgãos de fiscalização competentes
Meta: 18 | Resultado alcançado: 6

Ainda que a meta não tenha sido alcançada, foram realizados diálogos com as entidades envolvidas na fiscalização das TIs, em um contexto sensível para a consecução das ações relacionadas a esse indicador.

- N° de oficinas de gestão territorial e ambiental realizadas
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, a estratégia de realização de oficinas organizadas nas TIs exclusivamente por indígenas permitiu atingir a meta, como foi o caso nas TIs Igarapé do Caucho, Kaxinawa Praia do Carapanã e TI Katukina/Kaxinawa.

- N° de participantes indígenas nas oficinas realizadas especificados por gênero
Meta: 180 | Resultado alcançado: 204 homens e 75 mulheres
- N° de aldeias atendidas por pontos de captação de água pluvial
Meta: 26 | Resultado alcançado: 50
- N° de excursões de monitoramento e vigilância realizadas
Meta: 18 | Resultado alcançado: 20

Apesar de o projeto prever originalmente ações apenas em quatro TIs, foram seis as TIs que desenvolveram ações de proteção territorial com apoio do projeto ou em contrapartida exclusiva das aldeias.

- N° de missões para reuniões entre representantes indígenas e órgãos de fiscalização
Meta: 12 | Resultado alcançado: 12

Indicadores de efetividade:

- Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental fortalecida e/ou com o controle de seu território fortalecido
Meta: 260.523 ha | Resultado alcançado: 1.610.156 ha

A gestão ambiental foi fortalecida não só nas oito terras indígenas inicialmente previstas, mas também em outras 14 TIs, que tiveram AAFIs participando de edições do curso de formação realizadas com recursos do projeto. Os AAFIs são multiplicadores de conhecimentos essenciais para o êxito de várias ações de gestão territorial e ambiental apoiadas pelo projeto, como o fortalecimento de plantios agroflorestais e a criação de aves.

- N° de participações de representantes das comunidades do entorno em eventos de articulação e envolvimento
Meta: 9 | Resultado alcançado: 197

O alto número de participações de representantes do entorno se deveu à ênfase nas ações de articulação e formação para a gestão integrada com moradores do entorno, nas reservas extrativistas (Resex) Alto Tarauacá e Alto Juruá, visando dialogar sobre desafios e ameaças comuns, pactuar acordos de proteção territorial e incidência política, definir estratégias para melhoria da segurança alimentar etc.

Riscos, lições aprendidas e sustentabilidade dos resultados

O projeto contou com parcerias estratégicas com instituições como Distrito Sanitário Especial Indígena/Secretaria de Saúde Indígena (DSEI/SESAI), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e WWF Brasil, fortalecendo ações de assistência emergencial, formação de brigadistas indígenas e proteção territorial. Durante a pandemia da Covid-19 e as enchentes de 2021-2022, foram desenvolvidas estratégias adaptativas, incluindo apoio emergencial e reforço da segurança alimentar por meio da criação de aves, manejo de lagos e recuperação de roças. A atuação do Ministério Público Federal (MPF) foi fundamental na defesa dos direitos

indígenas, especialmente em questões ligadas a impactos de projetos de infraestrutura e políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A experiência evidenciou a importância do planejamento colaborativo com associações e consultores indígenas para a execução eficiente das atividades, garantindo resultados melhores do que os inicialmente previstos.

Para a garantia da sustentabilidade dos resultados, destaca-se a necessidade do fortalecimento da autonomia indígena em atividades como monitoramento agroflorestal, produção de mudas e intercâmbio de sementes, visando maior autossuficiência e preservação do fluxo genético das variedades locais. O projeto incentivou práticas sustentáveis e replicáveis, promovendo a consolidação de modelos demonstrativos em manejo ambiental e produção agroflorestal. A ampliação da escala depende da continuidade das ações em médio e longo prazo, bem como do fortalecimento das associações indígenas e da mobilização de recursos técnicos e financeiros. Dessa forma, a sustentabilidade dos impactos está diretamente ligada ao aprimoramento de competências locais e à capacidade de influência nas políticas públicas.

Aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR Code para obter mais detalhes sobre o projeto, incluindo informações sobre sua execução, objetivos e resultados.



Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas

Responsável pelo projeto

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Abrangência territorial

Oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 hectares: TIs Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto

Beneficiários

2.179 indígenas residentes das oito TIs abrangidas pelo projeto

Objetivo

Apoiar: (i) a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Sul do Amazonas, na bacia do rio Purus (TI Boca do Acre, TI Apurinã Km 124 BR-317, TI Água Preta/Inari e TI Caititu) e na bacia do rio Madeira (TI Jiahui, TI Nove de Janeiro e TI Ipixuna); e (ii) a elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

Valor total do projeto

R\$ 11.042.796,11

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 11.042.796,11

Prazo de utilização (desembolso)

31.3.2022

Data da aprovação

1.11.2016

Data da contratação

26.12.2016

Data da conclusão

2.5.2024



Contextualização

A região sul do estado do Amazonas (municípios de Boca do Acre, Pauini, Lábrea, Canutama, Humaitá e Manicoré) é notadamente crítica em termos de avanço do desmatamento, ocorrência de conflitos fundiários, violência, grilagem de terras e expropriação territorial de populações tradicionais e indígenas. A região, situada na fronteira entre o Amazonas, Acre e Rondônia, é parte do Arco do Desmatamento.

Nas décadas de 2000 e 2010, foram criadas cerca de trinta unidades de conservação (UC), além de 36 TIs no sul do Amazonas, para garantir o acesso das populações tradicionais e indígenas a terras e recursos naturais. No entanto, a gestão desses territórios continua sendo um desafio. Para os povos indígenas, é essencial a implementação de ações que protejam seus territórios, promovam o uso sustentável dos recursos e fortaleçam sua cultura.

Uma estratégia para amenizar a degradação dos territórios indígenas tem sido o fortalecimento dos processos de gestão territorial promovidos pelos próprios povos. A implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) é crucial para proteger a integridade das comunidades e suas terras. O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um instrumento que formaliza o planejamento do uso do território, focando em aspectos culturais, ambientais e econômicos. Geralmente, o PGTA se desenvolve em torno de três eixos principais: proteção territorial; manejo sustentável dos recursos naturais; e formação, adaptando-se às particularidades e estratégias locais de cada comunidade indígena.

Nesse contexto, o projeto apresentado pelo IEB compreendeu atividades de elaboração de PGTA de uma TI e de implementação de PGTA das outras sete TIs, quatro na bacia do rio Purus e três na bacia do rio Madeira.

Lógica de intervenção

O projeto se inseriu nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram assim definidos: “atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade identificadas e desenvolvidas” (1.1); “cadeias dos produtos florestais com valor agregado ampliado” (1.2); “capacidade gerencial e técnica ampliadas para manejo florestal, beneficiamento de produtos agroextrativistas e produção de mudas” (1.3); “áreas degradadas e desmatadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica” (1.4); “sete TIs das bacias dos rios Purus e Madeira protegidas territorialmente” (3.1); e “TI Igarapé Preto com gestão territorial e ambiental definida” (3.2).

Principais resultados

O projeto envolveu diversas ações de fortalecimento das organizações indígenas e de gestão territorial em sete terras indígenas no sul do Amazonas, com foco em melhorar a proteção ambiental e a sustentabilidade econômica das comunidades. Foram realizadas formações para gestores indígenas em temas como desenvolvimento organizacional

e governança, além de capacitações para vigilância territorial e uso de tecnologias de monitoramento, como sistemas de informações geográficas (SIG) e celulares com GPS. A infraestrutura foi ampliada com a aquisição de embarcações, equipamentos de comunicação e energia solar, facilitando a mobilização e o monitoramento das TIs. Essas ações permitiram que as comunidades aumentassem sua autonomia na gestão e proteção de seus territórios, enquanto promoviam práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

Em paralelo, o projeto impulsionou a cadeia produtiva da castanha-do-brasil e outras atividades agroextrativistas, de recursos como a borracha nativa e o açaí, com foco na agregação de valor e na melhoria da qualidade dos produtos. A implementação de boas práticas de manejo, capacitação em adubação orgânica e o apoio à comercialização, com parcerias estratégicas, garantiram o acesso a mercados justos e à formação de redes de comercialização. Também foi realizado o monitoramento do desmatamento e da degradação ambiental nas TIs, utilizando dados geoespaciais para apoiar o planejamento das ações de proteção territorial. O projeto contribuiu para o fortalecimento das capacidades locais e a promoção de alternativas sustentáveis de geração de renda, com a implementação de viveiros agroflorestais e a construção de barracões para armazenamento de produtos.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. O indicador geral pactuado para o monitoramento desses objetivos foi:

- Nº total de indígenas diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas pelo projeto
Meta: 2.179 | Resultado alcançado: 2.179, dos quais 1.154 são mulheres

Efeito direto 1.1: “Atividades econômicas de uso sustentável da biodiversidade identificadas e desenvolvidas”.

Indicadores de eficácia:

- Nº de visitas de assistência técnica realizadas
Meta: 84 | Resultado alcançado: 83

Essa meta não foi superada devido ao período de isolamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19.

Indicadores de efetividade:

- Receita gerada com atividades econômicas de uso sustentável (produtos *in natura* – castanha)
Meta: R\$ 240.000,00 | Resultado alcançado: R\$ 1.910.653,50
- Volume de produção *in natura* gerado com atividades econômicas de uso sustentável (produtos *in natura* – castanha)
Meta: 104.000 kg | Resultado alcançado: 780.115 kg

Efeito direto 1.2: “Cadeias dos produtos florestais com valor agregado ampliado”.

Indicadores de eficácia:

- Nº de estruturas para artesanato e beneficiamento de produtos agroextrativistas implantadas
Meta: 18 | Resultado alcançado: 41

Indicadores de efetividade:

- Receita gerada com produtos beneficiados (artesanato)
Meta: R\$ 10.000,00 | Resultado alcançado: R\$ 4.250,00
- Volume de produto beneficiado gerado (artesanato) – crescimento da produção
Meta: 10% a.a. | Resultado alcançado: 5% a.a.

Efeito direto 1.3: “Capacidade gerencial e técnica ampliadas para manejo florestal, beneficiamento de produtos agroextrativistas e produção de mudas”.

Indicadores de eficácia:

- Nº de indígenas capacitados em recuperação de áreas degradadas, gestão de recursos hídricos e sistemas agroflorestais (SAF)
Meta: 40 | Resultado alcançado: 73
- Nº de eventos de intercâmbio de técnicas de produção agroflorestal e agroextrativista
Meta: 4 | Resultado alcançado: 4

Indicadores de efetividade:

- Nº de indígenas capacitados em recuperação de áreas degradadas e produção sustentável efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos
Meta: 40 | Resultado alcançado: 73

Efeito direto 1.4: “Áreas degradadas e desmatadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica”.

Indicadores de eficácia:

- Nº de bancos de sementes implantados
Meta: 3 | Resultado alcançado: 2
- Nº de viveiros implantados
Meta: 3 | Resultado alcançado: 2
- Área recuperada por meio de SAFs
Meta: 4,8 ha | Resultado alcançado: 50,55 ha

Indicadores de efetividade

- Área recuperada por meio de SAFs (com mais de dois anos de recuperação)
Meta: 4,8 ha | Resultado alcançado: 50,55 ha
- Extensão das TIs sob proteção e vigilância comunitária
Meta: 1.007.000 ha | Resultado alcançado: 1.007.000 ha

Efeito direto 3.1: “Sete TIs das bacias dos rios Purus e Madeira protegidas territorialmente”.

Indicadores de eficácia:

- Nº de indígenas capacitados em vigilância territorial
Meta: 70 | Resultado alcançado: 73
- Nº de indígenas capacitados em sistemas de informações geográficas
Meta: 12 | Resultado alcançado: 73
- Nº de sistemas de SIG para vigilância territorial implantados
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6
- Nº de expedições de vigilância realizadas nas TIs
Meta: 21 | Resultado alcançado: 43

Indicadores de Efetividade:

- Extensão de TIs sob proteção e vigilância comunitária
Meta: 1.007.000 ha | Resultado alcançado: 1.007.000 ha
- Nº de indígenas participando da vigilância e monitoramento territorial nas TIs
Meta: 70 | Resultado alcançado: 73

Efeito direto 3.2: “TI Igarapé Preto com gestão territorial e ambiental definida”.

Indicadores de eficácia:

- Extensão de terras indígenas com gestão ambiental e territorial definida –
TI Tenharim do Igarapé Preto
Meta: 87.413 ha | Resultado alcançado: 87.413 ha

Indicadores de Efetividade:

- Vide efeito direto 3.1.

Riscos, lições aprendidas e sustentabilidade dos resultados

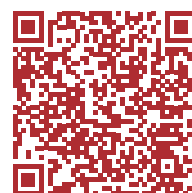
A componente institucional e administrativa do projeto foi fortalecida pela presença de técnicos de campo nos municípios de Lábrea, Humaitá, Pauini e Boca do Acre, que estreitaram a relação entre o IEB e as organizações indígenas parceiras. A infraestrutura proporcionada, como embarcações, computadores e celulares, foi essencial para garantir a gestão territorial pelas comunidades. A adaptação dos processos administrativos, incluindo a contratação de um gestor financeiro, aprimorou o controle orçamentário e o diálogo entre as áreas finalística e financeira da organização, promovendo maior eficiência na execução do projeto.

Entre os riscos e lições aprendidas, destaca-se a agilidade proporcionada pela equipe de campo na implementação das ações, superando os desafios logísticos da região. A pandemia de Covid-19 também impactou as atividades, mas novas estratégias foram desenvolvidas para manter a execução das ações com o protagonismo das comunidades. A parceria com a Funai, embora afetada por contextos políticos, foi um importante ponto de apoio, assim como a combinação de projetos com a USAID, que potencializou

os resultados. A falta de implementação da PNGATI e a descontinuidade de políticas públicas também mostraram riscos à continuidade das ações.

Quanto à sustentabilidade, o projeto conseguiu aumentar a capacidade das associações indígenas de acessar fundos e projetos próprios, consolidando um legado de formação de uma rede de agentes ambientais indígenas (AAI). Com 73 AAI's capacitados em monitoramento territorial e vigilância, o projeto fortaleceu a gestão autônoma dos territórios indígenas, deixando um desafio contínuo para a proteção do sul do Amazonas. A continuidade desse trabalho depende da manutenção de uma rede de proteção sólida e do apoio contínuo às comunidades e organizações indígenas.

Aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR Code para obter mais detalhes sobre o projeto, incluindo informações sobre sua execução, objetivos e resultados.



Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional

Responsável pelo projeto

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Abrangência territorial

Países-membros da OTCA: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela

Beneficiários

Países-membros da OTCA

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países-membros da OTCA

Valor total do projeto

R\$ 27.118.525,72

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 23.693.641,00

Prazo de utilização (desembolso)

2.10.2018

Data da aprovação

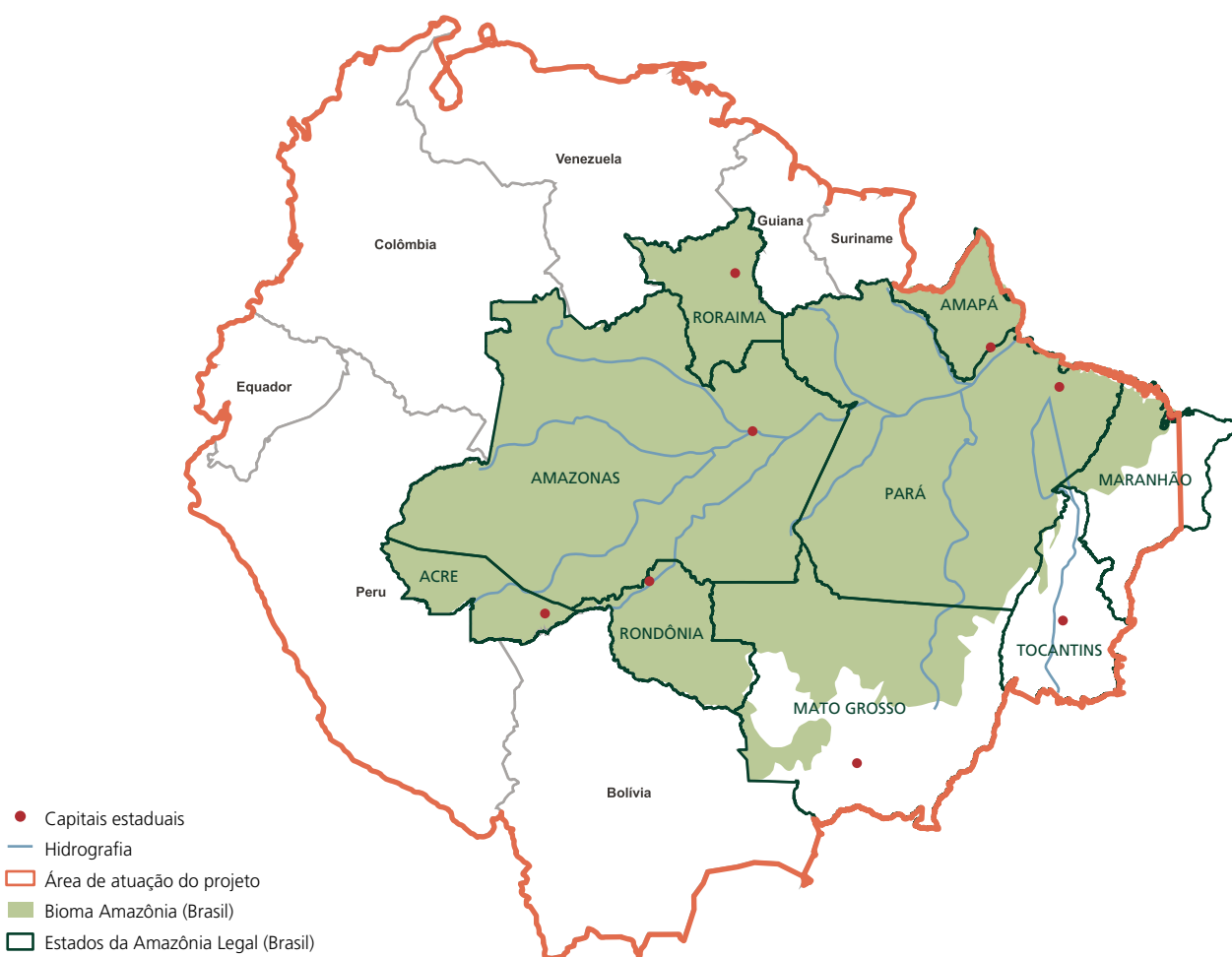
30.4.2013

Data da contratação

3.10.2013

Data da conclusão

7.6.2024



Contextualização

O monitoramento ambiental por satélites é uma ferramenta essencial no combate ao desmatamento, fornecendo dados que orientam políticas públicas de preservação e promovem transparência e participação social. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), formada por oito países que abrangem 99% do bioma Amazônia, atua na implementação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978. Como fórum permanente de cooperação, a OTCA desenvolve projetos e programas voltados ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida na região.

Lógica de intervenção

O projeto se inseriu nas componentes “monitoramento e controle” (2) e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os efeitos diretos esperados pelo projeto foram: “infraestrutura, arranjos institucionais e ferramentas para o monitoramento do desmatamento e degradação florestal fortalecidos e aprimorados nos países-membros” (2.1); e “conhecimentos e tecnologias voltados para o monitoramento da Amazônia Regional produzidos e difundidos” (4.1).

Principais resultados

O projeto produziu cinco mapas regionais do desmatamento (2000-2016) e três mapas da cobertura e uso do solo (2000-2014), além de avaliar os planos nacionais de monitoramento. As salas de observação da OTCA foram consolidadas com consultores especializados e equipamentos até março de 2018, quando os governos nacionais assumiram suas operações. O projeto também capacitou 255 técnicos em geoprocessamento por meio de vinte cursos ministrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em inglês e espanhol. Além disso, seis seminários regionais permitiram a ampliação de acordos e o fortalecimento das atividades das salas de observação em temas como degradação florestal, queimadas, mineração e desmatamento ilegal.

Indicadores de eficácia e efetividade

Efeito direto 2.1: “Infraestrutura, arranjos institucionais e ferramentas para o monitoramento do desmatamento e degradação florestal fortalecidos e aprimorados nos países-membros”.

Indicadores de eficácia

- N° de pessoas contratadas para as salas de monitoramento
Meta: 7 (por sala) | Resultado alcançado: 5,7 (por sala)
- Equipamentos adquiridos
Meta: Não definida | Resultado alcançado: R\$ 2.503.682,42

- N° de salas de monitoramento (salas de observação) em operação
Meta: 7 | Resultado alcançado: 7 (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela)
- N° de seminários realizados
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6
- N° de planos nacionais de monitoramento elaborados
Meta: 7 | Resultado alcançado: 7

Indicadores de efetividade

- Área monitorada na Amazônia Regional
Meta: Não definida | Resultado alcançado: Aproximadamente 7,5 milhões de km²
- Valor investido em infraestrutura em nível regional e nacional
Meta: Não definida | Resultado alcançado: R\$ 2.497.845,78
- N° de produtos de monitoramento regionais e nacionais amazônicos produzidos
Meta: Não definida | Resultado alcançado: Cinco mapas regionais do desmatamento da Amazônia e três mapas regionais de cobertura do solo produzidos

Efeito direto 4.1: “Conhecimentos e tecnologias voltados para o monitoramento da Amazônia Regional produzidos e difundidos”.

Indicadores de eficácia

- N° de pesquisadores contratados para as salas de pesquisa
Meta: 3 (por sala) | Resultado alcançado: 5 (por sala)
- N° de salas de pesquisa em operação
Meta: 7 | Resultado alcançado: 7
- N° de pessoas capacitadas nas tecnologias de monitoramento desenvolvidas pelo Inpe
Meta: Não definida | Resultado alcançado: 255
- N° de cursos realizados
Meta: 17 | Resultado alcançado: 20
- Produção de mapas de linha de base para o desmatamento na Amazônia Regional (ano 0 – 2000 e ano 1 – 2010)
Meta: Não definida | Resultado alcançado: Elaborados
- Elaboração de outros produtos regionais de monitoramento pelas salas de observação
Meta: Não definida | Resultado alcançado: 8

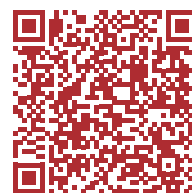
Indicadores de efetividade

- N° de publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas
Meta: Não definida | Resultado alcançado: 52

Riscos, lições aprendidas e sustentabilidade dos resultados

A estrutura central do projeto foi sediada na secretaria permanente da OTCA em Brasília, com suporte do Comitê Diretivo e das unidades de coordenação nacional em cada país-membro, facilitando acordos para o monitoramento da Região Amazônica. Entre os desafios enfrentados, a descontinuidade do apoio político e os impactos cambiais foram riscos identificados, sugerindo a necessidade de medidas mitigadoras para projetos futuros. A sustentabilidade dos resultados foi garantida pela institucionalização dos sistemas de monitoramento e pelo financiamento da OTCA, que opera com contribuições dos países-membros e captação de recursos externos. Após 2018, a continuidade das atividades ficou sob responsabilidade de cada país, alinhada às suas estratégias nacionais.

Aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR Code para obter mais detalhes sobre o projeto, incluindo informações sobre sua execução, objetivos e resultados.



Pacto da Floresta

Responsável pelo projeto

Pacto das Águas – Elaboração e desenvolvimento de projetos socioambientais

Abrangência territorial

Estado de Rondônia

Beneficiários

Povos indígenas e comunidades tradicionais

Objetivo

(i) Apoiar a consolidação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil; e (ii) fortalecer atividades produtivas relacionadas ao açaí, à borracha natural e à farinha de mandioca em duas terras indígenas – TI Rio Branco e TI Igarapé Lourdes – e em três reservas extrativistas – Resex Federal do Rio Cautário, Resex Estadual do Rio Cautário e Resex do Rio Ouro Preto

Valor total do projeto

R\$ 8.700.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 8.607.999,88

Prazo de utilização (desembolso)

14.8.2022

Data da aprovação

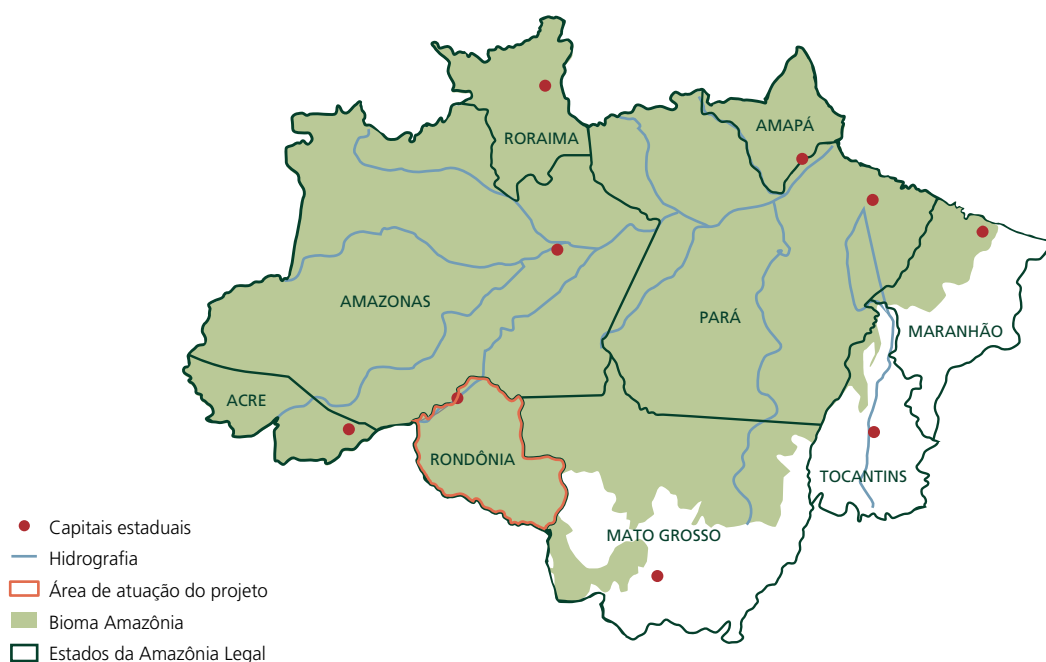
13.6.2018

Data da contratação

14.8.2018

Data da conclusão

25.3.2024



Contextualização

As terras indígenas Igarapé Lourdes e Rio Branco e as reservas extrativistas do Rio Cautário (estadual) e do Rio Cautário e Rio Ouro Preto (ambas federais), localizadas em Rondônia, são áreas protegidas de relevância para conservação, cujos territórios sofrem graves pressões de atividades ilegais, como exploração ilegal, mineração, caça, pesca ilegal e grilagem de terras.

A produção sustentável realizada por povos e comunidades tradicionais cumpre importante papel na manutenção da floresta em pé, além de gerar renda para essas comunidades. A principal atividade econômica nesses cinco territórios é o extrativismo da castanha-do-brasil. No entanto, a consolidação das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade ainda enfrenta, entre outros desafios, a carência de: infraestrutura de produção, beneficiamento e escoamento; aumento das capacidades das organizações locais; inserção em novos mercados; e prestação de assistência técnica.

Lógica de intervenção

O projeto se inseriu na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram assim definidos: “atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas nas TIs e Resex apoiadas” (1.1); “cadeias de produtos agroflorestais com valor agregado ampliado nas TIs e Resex apoiadas” (1.2); e “capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da sociobiodiversidade” (1.3).

Principais resultados

O projeto envolveu diversas ações para fortalecer a cadeia produtiva da castanha-do-brasil, com destaque para o mapeamento e georreferenciamento de castanhais e a aquisição de estruturas de seleção, secagem e armazenamento, além de equipamentos para facilitar o escoamento da produção. Foram realizadas reuniões de planejamento com a comunidade, organizações de apoio e equipe técnica, promovendo o alinhamento de estratégias de produção e comercialização. Além disso, o projeto implementou boas práticas de manejo e produção, com oficinas e capacitações, e apoiou o fortalecimento das organizações comunitárias por meio de serviços administrativos e de contabilidade, além de capacitações em associativismo e elaboração de projetos.

Para agregar valor à castanha, o projeto implantou entrepostos de armazenamento e beneficiamento, apoiando o acesso de associações a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e promovendo a certificação orgânica da produção. No âmbito de alternativas de renda complementares, o projeto incentivou a produção de borracha nativa e açaí, com a entrega de insumos e apoio ao escoamento da produção, gerando renda significativa para os envolvidos. A articulação interinstitucional foi outro ponto forte, com a realização de diagnósticos da cadeia da castanha e eventos estraté-

gicos para promover parcerias com novos atores do mercado, resultando em benefícios fiscais e contratos com empresas, além de captação de novos recursos.

Essas ações foram implementadas com o apoio de uma equipe técnica no campo, que ajudou a superar desafios logísticos e a adaptar atividades durante a pandemia de Covid-19. O trabalho em rede com outros atores, como organizações ambientais e empresas, contribuiu para fortalecer a gestão das cadeias produtivas e garantir a sustentabilidade dos resultados a longo prazo, consolidando a autonomia das comunidades envolvidas.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

Efeito direto 1.1: “Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas nas TIs e Resex apoiadas”.

Indicadores de efetividade:

- Receita com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto (produtos *in natura*)
Meta: R\$ 1.012.700,00 | Resultado alcançado: R\$ 5.834.983,64
- Área de floresta diretamente manejada
Meta: 170.000 ha | Resultado alcançado: 131.553 ha

A meta inicial foi superestimada por ter sido calculada com base em mapeamentos que não correspondiam à realidade da região. Além disso, muitas áreas de cultura de açaí, castanha e borracha estão sobrepostas, o que não havia sido considerado no momento da estimativa das metas do projeto.

Indicadores de eficácia:

- Nº de castanhais nativos explorados e com a manutenção apoiada pelo projeto
Meta: 100 | Resultado alcançado: 259
- Área de manejo de açaí com suas atividades apoiadas pelo projeto
Meta: 4.000 ha | Resultado alcançado: 11.276 ha
- Nº de seringais explorados com o apoio do projeto
Meta: 60 | Resultado alcançado: 125
- Volume de castanha comercializada por meio de novos canais
Meta: 60 toneladas | Resultado alcançado: 60 toneladas

Efeito direto 1.2: “Cadeias de produtos agroflorestais com valor agregado ampliado nas TIs e Resex apoiadas”.

Indicador de efetividade:

- Receita com a atividade econômica de uso sustentável apoiada pelo projeto (produtos beneficiados)
Meta: R\$ 240.000 | Resultado alcançado: R\$ 627.631,83

Indicador de eficácia:

- Nº de infraestruturas de armazenamento construídas e reformadas
Meta: 15 | Resultado alcançado: 13

Efeito direto 1.3: “Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da sociobiodiversidade”.

Indicador de efetividade:

- Nº de organizações comunitárias fortalecidas
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6
- Nº total de indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos
Meta | Resultado alcançado:
 - (i) 900 indivíduos | 1.979 indivíduos
 - (ii) 315 mulheres | 582 mulheres
 - (iii) 567 indígenas | 185 indígenas

A capacitação dos indígenas foi reduzida devido à pandemia e à consequente restrição de acesso às áreas indígenas, que tiveram sua proteção reforçada pela Funai.

Indicadores de eficácia:

- Nº de participações em eventos de discussão sobre os produtos da sociobiodiversidade promovidos por redes de discussões amazônicas
Meta: 6 | Resultado alcançado: 32
- Nº de oficinas e cursos de capacitação realizados
Meta: 14 | Resultado alcançado: 10
- Nº de indivíduos participando de intercâmbios de experiências de cadeias de produtos da sociobiodiversidade na Amazônia
Meta: 120 | Resultado alcançado: 62

Riscos, lições aprendidas e sustentabilidade dos resultados

O projeto fortaleceu a comercialização de produtos da floresta por meio de parcerias estratégicas com empresas como VERT/VEJA, Osklen, Save Shoes e Mercur. Além disso, o pacto se inseriu em importantes fóruns, como a Câmara Setorial do Agroextrativismo e a Rede Origens Brasil, e contribuiu para a atualização da Lei do Plano de Aquisição de Alimentos estadual, facilitando o acesso das associações aos editais. Parcerias também

foram estabelecidas com instituições como ICMBio, Funai, Embrapa, IEB e WWF-Brasil, promovendo articulações para o fortalecimento das cadeias produtivas da floresta.

Entre os aprendizados do projeto, destaca-se o papel fundamental das mulheres nas cadeias produtivas, representando 47% dos castanheiros, e a adesão dos jovens ao uso de tecnologias, como celulares e drones, que impulsionaram o engajamento. A construção de barracões com estrutura metálica e captação de água da chuva também foi uma estratégia inovadora para aumentar a durabilidade das infraestruturas. Contudo, o escoamento da produção ainda enfrenta desafios, especialmente em relação à manutenção dos meios de transporte, que geram custos elevados.

A sustentabilidade dos resultados foi garantida pelo fortalecimento das comunidades extrativistas, que passaram a acreditar na viabilidade econômica da floresta em pé. A melhoria das práticas de manejo, armazenamento e comercialização, além do fortalecimento das redes institucionais, contribuiu para o aumento das receitas, especialmente as provenientes da borracha e da castanha. No entanto, o projeto enfrenta desafios, como o risco do avanço da extração ilegal, o desmatamento e a instabilidade do mercado para os produtos extrativistas. Para garantir a continuidade das atividades, é essencial manter o apoio ao manejo, melhorar a infraestrutura e fortalecer a gestão das organizações comunitárias.

Aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR Code para obter mais detalhes sobre o projeto, incluindo informações sobre sua execução, objetivos e resultados.



Programa Municípios Verdes

Responsável pelo projeto

Estado do Pará

Abrangência territorial

Estado do Pará

Beneficiários

Produtores rurais e prefeituras de cem municípios do Pará beneficiados diretamente pelos projetos Emater-Pará e Iterpa

Objetivo

Apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal, de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no Pará

Valor total do projeto

R\$ 66.182.872,03

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 45.591.647,24

Prazo de utilização (desembolso)

1.6.2022

Data da aprovação

10.12.2013

Data da contratação

26.5.2014

Data da conclusão

13.3.2024



Contextualização

Inspirado na experiência do município de Paragominas (PA) com o projeto Município Verde, de regularização ambiental, o Programa Municípios Verdes (PMV) foi criado em 2011, no Pará, com abrangência estadual, atuando em prevenção, monitoramento e controle do desmatamento. O Pará, com 1.247.954 km² e 144 municípios, teve cem municípios beneficiados diretamente, que assumiram compromissos como manter a taxa anual de desmatamento abaixo de 40 km² e cadastrar 80% da área municipal no Cadastro Ambiental Rural.

Lógica de intervenção

O projeto se inseriu na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os efeitos diretos foram definidos como: “instituições municipais de meio ambiente estruturadas, de forma a se habilitarem para o exercício da gestão ambiental descentralizada” (2.1); e “acesso ampliado dos produtores rurais de cem municípios do estado do Pará à regularização ambiental de seus imóveis rurais” (2.2).

Principais resultados

Foram realizados 668 eventos de sensibilização sobre produção sustentável e regularização ambiental, utilizando recursos como teatro, documentários e músicas, alcançando 84.821 pessoas em 102 municípios. Além disso, 95 pactos locais de combate ao desmatamento foram assinados, envolvendo 2.830 pessoas e instituições. O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-Pará) foram fortalecidos, resultando no aumento das emissões do CAR e na aceleração de processos de regularização fundiária. O apoio do Fundo Amazônia permitiu que o número de imóveis cadastrados no CAR saltasse de 123.287 para 292.485, com 27.367 deles analisados sem pendências.

O projeto também investiu em imagens de satélite de alta resolução, aprimorando o monitoramento do desmatamento e a emissão de boletins municipais para a verificação do desmatamento em campo (VDC). Na regularização fundiária, foram protocolados mais de 15 mil processos no Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará (Sicarf/PA), com 2.288 títulos emitidos. Além disso, cem municípios foram estruturados para a gestão ambiental, 68 para o licenciamento e 34 para a verificação de desmatamento e validação do CAR, por meio de capacitações, desenvolvimento do sistema eletrônico de licenciamento (Sislam) e doação de equipamentos.

Indicadores de eficácia e efetividade

Efeito direto 2.1: “Instituições municipais de meio ambiente estruturadas, de forma a se habilitarem para o exercício da gestão ambiental descentralizada”.

Indicadores de eficácia:

- N° de servidores públicos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento
Meta: 1.439 | Resultado alcançado: 1.556
- N° de órgãos ambientais fortalecidos
Meta: 100 | Resultado alcançado: 131
- N° de sistemas eletrônicos implantados, aprimorados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2
- N° de equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental (embarcações/carros/caminhões/motocicletas)
Meta: 128 | Resultado alcançado: 128
- N° de eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental (seminários/oficinas)
Meta: 811 | Resultado alcançado: 823
- N° de publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (eventos de rádio, vídeos no YouTube etc.)
Meta: 80 | Resultado alcançado: 68

Indicadores de efetividade:

- N° de servidores capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos
Meta: 720 | Resultado alcançado: 787
- N° de organizações utilizando sistemas eletrônicos implantados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental
Meta: 100 prefeituras | Resultado alcançado: 62 prefeituras

Efeito direto 2.2: “Acesso ampliado dos produtores rurais de cem municípios do estado do Pará à regularização ambiental de seus imóveis rurais”.

Indicadores de eficácia:

- N° de imóveis rurais inscritos no CAR em todo o estado – protocolo
Meta: 231.460 cadastros | Resultado alcançado: 292.485 cadastros
- Área de imóveis rurais inscritos no CAR em todo o estado – protocolo
Meta: 44.229.480,22 ha | Resultado alcançado: 83.143.243,64 ha
- N° de imóveis rurais com cadastro analisado, com recursos do projeto
Meta: 40 mil | Resultado alcançado: 39.009

- Área de imóveis rurais com cadastro analisado, com recursos do projeto
Meta: 7.643.600 ha | Resultado alcançado: 6.299.948,10 ha

Indicadores de efetividade:

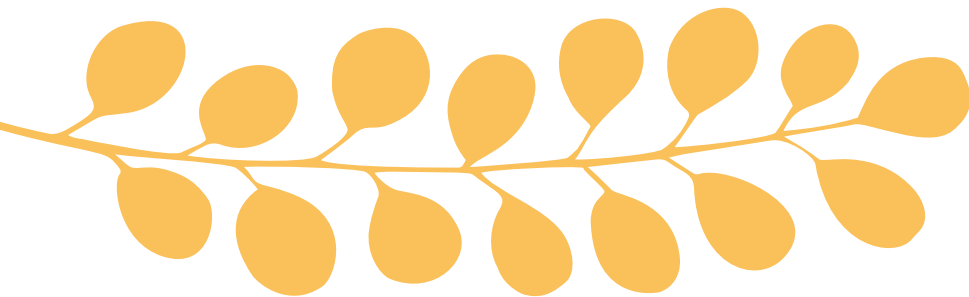
- Nº de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular
Meta: 10.000 | Resultado alcançado: 27.367
- Área de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular
Meta: 22.114.740,11 ha | Resultado alcançado: 2.294.865,69 ha

Riscos, lições aprendidas e sustentabilidade dos resultados

O projeto contou com o apoio institucional do Governo do Estado do Pará, o que garantiu estrutura específica para sua implementação e fortaleceu o acesso ao crédito rural condicionado à regularidade ambiental, impulsionando a redução do desmatamento ilegal. Além disso, as ações desenvolvidas contribuíram para mitigar o risco de novos municípios do Pará serem incluídos na lista do MMA para monitoramento do desmatamento.

No entanto, a execução enfrentou desafios, como a descontinuidade político-administrativa, que pode comprometer projetos governamentais, e dificuldades externas, como variação nos preços de equipamentos e problemas de fornecimento. Para garantir a sustentabilidade dos resultados, destaca-se a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica, capacitação de usuários e atualização de sistemas. O projeto também ampliou o estoque de conhecimento em instâncias municipais e estaduais e fortaleceu a integração entre órgãos públicos, instituições e governos.

Aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR Code para obter mais detalhes sobre o projeto, incluindo informações sobre sua execução, objetivos e resultados.



Projeto de Fiscalização Ambiental e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (Profisc 1 – B)

Responsável pelo projeto

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Beneficiários

Toda a população da Amazônia Legal

Objetivo

Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal

Valor total do projeto

R\$ 140.262.587,71

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 140.262.587,71

Prazo de utilização (desembolso)

5.10.2022

Data da aprovação

19.3.2018

Data da contratação

5.4.2018

Data da conclusão

26.8.2024



Contextualização

Desde a criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o Brasil conseguiu reduzir significativamente as taxas de desmatamento na Amazônia.

O Ibama é uma das principais instituições na estratégia de combate ao desmatamento do Governo Federal, principalmente por suas ações de fiscalização, avaliadas como fundamentais pelos relatórios do PPCDAm.

Para realização das atividades de fiscalização, são necessários meios de transporte adequados a esse tipo de operação na região amazônica, tais como: veículos *pick-ups* 4x4, para as ações terrestres, e helicópteros, para as ações por via aérea.

Lógica de intervenção

O projeto se inseriu na componente “monitoramento e Controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seu efeito direto foi definido como: “Ibama estruturado para atuar nas ações de repressão aos ilícitos ambientais na Amazônia” (2.1).

Principais resultados

O projeto fortaleceu o controle e monitoramento ambiental na Amazônia, aumentando a capacidade de fiscalização para reduzir o desmatamento. De abril de 2018 a dezembro de 2022, foram utilizados 172 veículos por mês e realizadas 1.182 ações de fiscalização. No período, foram executadas 16.117,7 horas de voo, das quais 10.418,6 custeadas pelo Fundo Amazônia. Como resultado, foram lavrados 22.820 autos de infração, totalizando R\$ 12,3 bilhões. O apoio do Fundo Amazônia foi essencial para viabilizar essas operações.

Indicadores de eficácia e efetividade

Efeito direto 2.1: “Ibama estruturado para atuar nas ações de repressão aos ilícitos ambientais na Amazônia”.

Indicadores de efetividade:

- Nº de autos de infração lavrados por infrações contra a flora
Meta: 15.000 | Resultado alcançado: 15.201
- Multas aplicadas por infrações contra a flora
Meta: R\$ 4,8 bilhões | Resultado alcançado: R\$ 10,98 bilhões

Indicadores de eficácia:

- Nº de horas de voo executadas em ações de fiscalização ou investigação e combate a crimes e infrações
Meta: 9.720 | Resultado alcançado: 10.418

- N° de ações de fiscalização ambiental efetuadas
Meta: 399 | Resultado alcançado: 1.182
- N° de veículos alugados para ações de fiscalização ambiental
Meta: 181 | Resultado alcançado: 172

Esse indicador alcançou 95% do planejado. Houve aumento no número de horas de voo em detrimento do número de veículos alugados.

- N° de servidor/dia empregado em ações de fiscalização ambiental
Meta: 29.925 | Resultado alcançado: 69.217

Da observação dos indicadores relativos aos números de ações de fiscalização realizadas, infere-se que o apoio do Fundo Amazônia tem contribuído efetivamente para viabilizar operações de combate ao desmatamento na Amazônia Legal.

Riscos, lições aprendidas e sustentabilidade dos resultados

Os principais riscos envolveram alterações pontuais na equipe do Ibama e atrasos na prestação de contas, enquanto os processos licitatórios ocorreram sem atrasos. Uma lição aprendida foi a necessidade de servidores permanentes para garantir a continuidade e eficiência dos projetos.

A sustentabilidade dos resultados depende do orçamento do Ibama, que atualmente financia a locação de veículos e aeronaves. Embora o desmatamento tenha oscilado no período do projeto, isso se deve a fatores políticos e econômicos, não à ineficácia do projeto. A fiscalização ambiental segue essencial no combate ao desmatamento, e o apoio às ações contribuiu para evitar taxas ainda maiores.

Aponte a câmera de seu dispositivo ou clique no QR Code para obter mais detalhes sobre o projeto, incluindo informações sobre sua execução, objetivos e resultados.



Projetos concluídos em anos anteriores

Além dos projetos concluídos neste ano, há outros sessenta e sete projetos apoiados pelo Fundo Amazônia encerrados em anos anteriores, que se encontram listados a seguir. Informações detalhadas sobre esses projetos, bem como seus resultados e impactos, podem ser conferidas nos relatórios de atividades do Fundo Amazônia de 2013 a 2023 e no portal www.fundoamazonia.gov.br.

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|---|---|---|------------------------|---------------------|--|
| Amazônia – Regularização Ambiental Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) | Bioma Amazônia | Apoiar o processo de regularização ambiental no bioma Amazônia, por meio de: (i) mapeamento do uso e cobertura do solo; (ii) cálculo do passivo ambiental em APPs de corpos hídricos e das áreas com potencial para restauração em UCs e TIs; e (iii) integração de base de dados geoespaciais ao Sicar | 7.2.2019 | 2023 | 9.267.000,00 |
| Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) | Regiões Portal da Amazônia, médio-norte e sudoeste do estado de Mato Grosso | Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar por meio da implantação e consolidação de sistemas agroflorestais (SAF), do apoio a estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos de SAFs | 25.11.2014 | 2023 | 3.238.032,00 |
| Calha Norte Sustentável Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) | Municípios de Oriximiná e Alenquer, no estado do Pará | Fortalecer o extrativismo e a agricultura familiar como vetores do desenvolvimento da Calha Norte paraense, por meio da implantação de unidades de beneficiamento de alimentos e de viveiro de mudas para sistemas agroflorestais (SAF) em comunidades quilombolas e assentamentos | 29.10.2014 | 2023 | 3.312.877,00 |
| Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas Centro de Trabalho Indigenista (CTI) | Amazônia Legal | Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em TIs, contribuindo para a redução do desmatamento, por meio da implementação de seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) | 24.2.2017 | 2023 | 11.858.546,84 |
| Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) | Majoritariamente Amazônia Legal, com intervenção na sede do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo) em Brasília/DF | Apoiar a estruturação física e operacional do Prevfogo e ações de educação ambiental para sensibilizar e capacitar atores locais, com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no bioma Amazônia | 5.6.2014 | 2023 | 14.717.270,00 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|---|---|--|------------------------|---------------------|--|
| Plantar Rondônia Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra) | Municípios de Ariquemes, Castanheiras, Cujubim, Itapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Novo Horizonte, Ouro Preto, Presidente Médici, Rio Crespo e Rolim de Moura, no estado de Rondônia | Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais, por meio de atividades de: (i) elaboração e implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas (Prada) em imóveis de até quatro módulos fiscais de produtores rurais familiares; (ii) extensão rural, capacitação e fortalecimento institucional de associações de produtores rurais familiares; e (iii) monitoramento e avaliação da paisagem | 13.3.2018 | 2023 | 25.305.337,00 |
| Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas Instituto Centro de Vida (ICV) | Alta Floresta, Colniza, Cotriguaçu, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta, no estado de Mato Grosso | Apoiar o fortalecimento de arranjos produtivos sustentáveis na Amazônia | 30.1.2018 | 2023 | 16.405.000,00 |
| Assentamentos Sustentáveis na Amazônia Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) | Oeste do estado do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Mojú dos Campos e Aveiro | Apoiar em assentamentos do Incra, no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento por serviços ambientais (PSA) a famílias comprometidas com a redução do desmatamento | 14.2.2012 | 2022 | 23.408.189,46 |
| CAR Mato Grosso do Sul Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) | Estado de Mato Grosso do Sul | Promover a implantação do CAR no estado de Mato Grosso do Sul | 2.12.2014 | 2022 | 4.575.359,30 |
| CAR Paraná Instituto Água e Terra (IAT) | Estado do Paraná | Apoiar a implementação do CAR no estado do Paraná | 13.6.2017 | 2022 | 1.084.473,01 |
| CAR Roraima Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh) | Estado de Roraima | Apoiar a implementação do CAR no estado de Roraima | 29.6.2016 | 2022 | 1.414.308,37 |
| Florestas Comunitárias Instituto Floresta Tropical (IFT) | Três reservas extrativistas (Resex) na região do arquipélago do Marajó, no estado do Pará, a saber, Arióca Pruanã, Mapuá e Terra Grande-Pracuúba | Apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário para uso e comercialização de madeira e açaí de modo a fortalecer a organização social, gerar renda e contribuir para a redução do desmatamento em UC de uso sustentável no arquipélago do Marajó, no estado do Pará | 26.7.2017 | 2022 | 8.100.000,00 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|--|---|---|------------------------|---------------------|--|
| Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre) | Quatorze municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus | Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio da: (i) recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) capacitação da rede de filiados | 24.11.2014 | 2022 | 4.981.614,66 |
| Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) | Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia | Apoiar: (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia; (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia; e (iii) o aprimoramento da gestão das UCs na Calha Norte do estado do Pará | 29.12.2015 | 2022 | 12.104.865,00 |
| Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu Instituto Socioambiental (ISA) | Nove TIs na Amazônia Legal, localizadas nos estados de Mato Grosso, Roraima e Amazonas | Apoiar a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTA's para as TIs Yanomami e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas | 19.8.2016 | 2022 | 11.685.843,14 |
| IREHI – Cuidando dos Territórios Operação Amazônia Nativa (Opan) | Quatro TIs na Amazônia Legal, localizadas no estado de Mato Grosso | Concluir e implementar o PGTA da TI Marãiwatsédé e instituir os PGTA's das TIs Manoki, Menkü e Pirineus de Souza | 19.2.2016 | 2022 | 8.144.618,70 |
| Mamirauá Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM) | Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) Mamirauá, RDS Amanã e município de Tefé, no estado do Amazonas | Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento | 7.8.2013 | 2022 | 8.504.679,54 |
| Néctar da Amazônia Instituto Peabiru | Estados do Amapá e do Pará | Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento | 27.8.2014 | 2022 | 2.030.000,00 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|---|---|--|------------------------|---------------------|--|
| Sementes do Portal – Fase 2 Instituto Ouro Verde (IOV) | Oito municípios da região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena e Terra Nova do Norte | Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de SAFs, com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas | 5.12.2013 | 2022 | 16.086.000,00 |
| Valorização do Ativo Ambiental Florestal Estado do Acre | Estado do Acre | Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no zoneamento ecológico-econômico (ZEE) | 19.11.2010 | 2022 | 52.930.867,68 |
| Bem Viver Sustentável Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) | TIs Parque do Tumucumaque (PA e AP), Rio Paru D'Este (PA) e Zo'é (PA), nos municípios de Alenquer, Almeirim, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, no Pará, e Laranjal do Jari (AP) | Contribuir para (i) a implementação do PGTA das TIs Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA); e para (ii) a elaboração de PGTA para a TI Zo'é (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) | 7.1.2016 | 2021 | 11.858.793,87 |
| Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros Associação SOS Amazônia | Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini, Boca do Acre, Lábrea e Silves | Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas com vistas à geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha | 13.5.2015 | 2021 | 9.938.777,00 |
| Capacitar para Conservar Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) | Áreas protegidas no estado do Amapá | Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá | 2.12.2014 | 2021 | 1.404.360,67 |
| Conhecer para Conservar Museu da Amazônia (Musa) | Município de Manaus, estado do Amazonas | Implantar o Musa e um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando a disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta | 1.9.2011 | 2021 | 9.984.629,00 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|--|--|---|------------------------|---------------------|--|
| Fundo Dema Federação de Órgãos para Assistência Social e Educativa (Fase) | Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas | Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor por meio de chamadas públicas | 14.6.2011 | 2021 | 6.601.699,07 |
| Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibama) | Municípios do bioma Amazônia | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e do estímulo à inovação e à articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais | 5.2.2013 | 2021 | 18.853.482,32 |
| Rondônia Mais Verde Estado de Rondônia, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO) | Estado de Rondônia, com ênfase na área de alcance da Base de Operações instalada na capital Porto Velho e das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros, localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará- Mirim, Cacoal e Vilhena, além de áreas de preservação e proteção ambiental, com destaque para os parques nacionais de Pacaás e Serra da Cutia | Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia, por meio de capacitação e de aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização da Base de Operações Terrestres e Grupamento de Operações Aéreas do CBMRO, em Porto Velho, e de quatro unidades operacionais localizadas em outros municípios do estado | 21.12.2012 | 2021 | 15.040.500,00 |
| Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai) | Comunidades em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins | Implementar unidades familiares de produção agroecológica, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda de ribeirinhos e agricultores familiares de forma ambientalmente sustentável | 31.7.2017 | 2021 | 9.059.718,63 |
| Alto Juruá Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa) | Região do Alto Juruá, no estado do Acre | Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local | 16.4.2015 | 2020 | 6.597.581,00 |
| Amazônia Indígena Sustentável Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé | TIs Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rios Guaporé (RO) e Negro Ocaia (RO) | Contribuir para implementar os PGTAs das TIs Igarapé Lourdes e Zoró, e para elaborar os PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia | 21.1.2016 | 2020 | 7.352.757,03 |
| APL Babaçu Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema) | Estado do Maranhão, nos municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal | Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas por meio de SAFs em três municípios integrantes do bioma Amazônia no estado do Maranhão | 29.10.2014 | 2020 | 4.897.085,37 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|---|--|---|------------------------|---------------------|--|
| Arapaima: Redes Produtivas Operação Amazônia Nativa (Opan) | TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; RDS Uacari e Cujubim e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas | Apoiar: (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e UCs; e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas | 26.1.2015 | 2020 | 6.364.730,00 |
| Concretizar Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça (Projeto Reça) | Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho (RO) e Acrelândia (AC) | Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu, do açaí, de óleos vegetais e de pupunha, por meio da implantação de SAFs, da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas e da reestruturação de unidade de beneficiamento de óleos vegetais e de galpão de armazenamento de castanhas e de sementes, em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento | 19.1.2015 | 2020 | 6.422.748,00 |
| Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) | Seis TIs localizadas nos estados do Amapá e do Pará | Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis TIs nos estados do Amapá e do Pará, visando contribuir para a redução do desmatamento nessas áreas | 18.11.2014 | 2020 | 15.487.682,61 |
| Nascentes do Buriti Município de Carlinda | Município de Carlinda, no estado de Mato Grosso | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, e a recuperação de 1.722 ha de APPs no entorno de nascentes | 6.9.2011 | 2020 | 1.875.500,94 |
| Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas Estado do Pará – Corpo de Bombeiros do Estado do Pará (CBMPA) | Estado do Pará | Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em 14 municípios do estado | 26.6.2013 | 2020 | 16.830.280,00 |
| Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI) | Áreas do bioma Amazônia nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão | Realização de quatro chamadas públicas para selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão | 25.9.2012 | 2020 | 12.814.691,38 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|--|--|--|------------------------|---------------------|--|
| Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Centro de Trabalho Indigenista (CTI) | Amazônia Legal | Apoiar a proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia | 23.12.2014 | 2020 | 19.043.330,00 |
| Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu Município de Cotriguaçu | Município de Cotriguaçu, no noroeste do estado de Mato Grosso | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da: (i) construção e estruturação física de sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; (ii) recuperação de APPs degradadas em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais e no entorno de corpos d'água em áreas públicas; e (iii) implantação de unidades demonstrativas de recuperação e manejo de pastagem | 2.12.2014 | 2020 | 1.567.845,25 |
| Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre) | TI Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Município de Tarauacá), TI Alto Rio Purus (Municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Município de Porto Walter), no estado do Acre | Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena | 29.12.2015 | 2019 | 3.091.111,21 |
| Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) | Toda a Amazônia Legal | Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal | 3.11.2016 | 2019 | 56.295.964,63 |
| Jacundá – Município de Economia Verde Município de Jacundá | Município de Jacundá, no estado do Pará | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo | 31.8.2012 | 2019 | 199.352,05 |
| Quintais Amazônicos Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra) | Estado de Rondônia, nos municípios de Machadinho do Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste | Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado de Rondônia, nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho do Oeste, para a inscrição dos imóveis rurais no CAR, o plantio e a realização de pesquisas de SAFs para recuperar áreas alteradas ou degradadas | 4.12.2013 | 2019 | 8.837.852,29 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|---|---|---|------------------------|---------------------|--|
| Proteção Florestal Tocantins Estado do Tocantins, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO) | Estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro- norte, a partir do Batalhão de Proteção Ambiental localizado no município de Araguaína | Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro- norte, por meio de capacitação, estruturação de mecanismos de gestão integrada e aquisição de materiais e equipamentos para instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína | 9.8.2012 | 2019 | 4.958.910,00 |
| Sentinelas da Floresta Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) | Oito municípios do noroeste do estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena) | Fortalecer a cadeia da castanha- do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais no noroeste do estado de Mato Grosso | 17.4.2014 | 2019 | 5.175.522,50 |
| Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu Instituto Socioambiental (ISA) | A bacia do Rio Xingu com atividades em três sub-regiões: (i) Parque Indígena do Xingu (PIX); (ii) Cabeceiras do Xingu/BR-158; e (iii) Terra do Meio, compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e dois municípios no estado do Pará | Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e frutas, com as populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares, visando o aumento da qualidade de vida dessas populações e a produção sustentável, agroflorestal e extrativista | 20.2.2014 | 2019 | 8.023.856,00 |
| Biodiversidade Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) | Estado do Pará | Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (i) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (ii) reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos para pesquisa em biotecnologia | 2.10.2012 | 2018 | 4.639.706,98 |
| Compostos Bioativos da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) | Estado do Pará | (i) Instalar uma planta-piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; e (ii) desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia oriental | 21.8.2012 | 2018 | 1.352.368,48 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|--|---|--|------------------------|---------------------|--|
| Florestas de Mangue Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) | Município de Bragança, estado do Pará | (i) Construção e aparelhamento de um laboratório para pesquisas sobre ecologia de manguezais no <i>campus</i> da UFPA no município de Bragança (PA); (ii) pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na região Norte; e (iii) desenvolvimento de modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue | 17.7.2012 | 2018 | 1.982.143,00 |
| Olhos d'Água da Amazônia – Fase 2 Município de Alta Floresta | Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso | Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar no município de Alta Floresta | 5.9.2013 | 2018 | 7.146.563,54 |
| Pesca Sustentável WWF-Brasil | Municípios de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano, no estado do Acre | Promover a adoção de medidas de manejo aliadas à celebração de acordos de pesca, para reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, no estado do Acre | 17.4.2014 | 2018 | 3.205.943,00 |
| Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas Estado do Amazonas | Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no estado do Amazonas | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do estado do Amazonas em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, por meio: (i) do fortalecimento da gestão ambiental, com foco na realização do CAR; e (ii) da recuperação de áreas desmatadas mediante reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica, por meio de sistemas agroflorestais, silviculturais e agrossilvopastoris | 17.12.2010 | 2018 | 17.575.286,19 |
| Bombeiros Florestais de Mato Grosso Estado de Mato Grosso/ Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso (CBMMT) | Estado de Mato Grosso | Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, localizada na cidade de Sorriso | 17.1.2012 | 2017 | 12.518.230,09 |
| Recupera Marcelândia Município de Marcelândia | Município de Marcelândia, no estado de Mato Grosso | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de cinquenta nascentes da sub-bacia do rio Manissauá- Missu, localizadas próximas à zona urbana no município | 24.5.2011 | 2017 | 551.556,98 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|--|---|---|------------------------|---------------------|--|
| Semas Pará Estado do Pará | Estado do Pará | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do CAR, da descentralização e da desconcentração das atividades de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental | 6.10.2010 | 2017 | 15.923.230,00 |
| Acre: Incêndios Florestais Zero Estado do Acre/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre | Estado do Acre | Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação e aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os batalhões de educação, proteção e combate a incêndios florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre | 5.7.2012 | 2016 | 13.280.709,56 |
| Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) | Todos os estados do bioma Amazônia | Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia | 9.12.2011 | 2016 | 2.660.567,23 |
| Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) | Todos os estados do bioma Amazônia | Apoiar a criação e a consolidação de UCs no bioma Amazônia de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região | 22.4.2010 | 2015 | 19.949.058,91 |
| Bolsa Floresta Fundação Amazonas Sustentável (FAS) | Dezesseis UCs estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de 10 milhões de hectares | Promover a contenção do desmatamento e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas | 31.3.2010 | 2015 | 19.107.547,89 |
| Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável Instituto Floresta Tropical | Estados do Pará, Amazonas e Rondônia | Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada | 15.4.2011 | 2015 | 7.449.000,00 |
| Ilhas de Belém Universidade Federal do Pará (UFPA)/Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) | Estado do Pará | Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém e ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA | 17.7.2012 | 2015 | 1.138.083,93 |

(continua)

(continuação)

| Projeto/ responsável | Abrangência territorial | Objetivo | Data da contratação | Ano de conclusão | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) |
|--|---|---|------------------------|---------------------|--|
| Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Fundação de Apoio Institucional Muraki | Todos os estados do bioma Amazônia | Promover o mapeamento social de 27 comunidades do bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto | 6.5.2011 | 2015 | 4.614.587,03 |
| Gestão Socioambiental de Municípios do Pará Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) | Onze municípios do estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Moju, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis | Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações, objetivando acelerar a adesão ao CAR; monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e na restauração de áreas degradadas na bacia do rio Urim, em Paragominas | 29.7.2010 | 2014 | 9.736.473,00 |
| Virada Verde The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) | Sete municípios do estado de Mato Grosso: Cotriguaçu, Juruena, Sapezal, Campos de Júlio, Nova Mutum, Tapurah e Nova Ubiratã; e cinco municípios do estado do Pará: Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã | Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR, e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite | 13.4.2010 | 2014 | 16.000.000,00 |
| Olhos d'Água da Amazônia Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso | Município de Alta Floresta, no estado de Mato Grosso | Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades | 25.1.2011 | 2013 | 2.781.340,40 |
| Preservar Porto dos Gaúchos Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso | Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso | Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo | 12.8.2011 | 2013 | 120.655,00 |
| Sementes do Portal Instituto Ouro Verde | Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá | Promover a recuperação ambiental de 1.200 ha de áreas degradadas (recomposição de áreas de proteção permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em sete municípios do território Portal da Amazônia, por meio da difusão de SAFs, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos SAFs | 25.3.2010 | 2013 | 5.397.778,87 |



**PROJETOS EM
EXECUÇÃO**



| Projeto/responsável | Data da aprovação | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) | Percentual desembolsado |
|--|-------------------|--|-------------------------|
| Agroecologia em Rede Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) | 17.8.2023 | 20.162.650,00 | 29% |
| Amazônia Agroecológica Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) | 13.6.2018 | 16.611.508,35 | 100% |
| Amazônia SAR União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) | 23.6.2015 | 47.958.727,94 | 100% |
| Babaçu Livre Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) | 3.8.2023 | 13.058.721,52 | 38% |
| Bolsa Floresta+ Fundação Amazonas Sustentável (FAS) | 5.4.2016 | 31.518.490,00 | 100% |
| CAR Amazonas Estado do Amazonas | 1.10.2018 | 12.148.072,01 | 100% |
| CAR Bahia Estado da Bahia | 25.3.2014 | 29.298.701,78 | 100% |
| CAR Ceará Estado do Ceará | 23.2.2016 | 18.824.169,83 | 100% |
| CAR Espírito Santo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) | 19.6.2018 | 2.384.656,97 | 100% |
| CAR: Tocantins Legal Estado do Tocantins | 21.5.2013 | 24.788.284,00 | 100% |
| Cidades Florestais Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) | 27.12.2017 | 12.055.534,99 | 100% |
| Dabucury: Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental nas Terras Indígenas da Amazônia Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) | 24.11.2023 | 53.819.079,00 | 28% |
| Floresta Ativa Tapajós Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (Ceaps) – Projeto Saúde e Alegria | 2.5.2018 | 12.493.011,00 | 100% |
| Floresta de Babaçu em Pé Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB) | 27.12.2017 | 9.222.739,00 | 92% |
| Floresta para Sempre Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) | 11.12.2017 | 8.004.487,80 | 100% |
| Florestas de Valor – Novos Modelos de Negócio para a Amazônia Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) | 18.1.2017 | 17.369.442,36 | 100% |

(Continua)

(Continua)

| Projeto/responsável | Data da aprovação | Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$) | Percentual desembolsado |
|---|-------------------|--|-------------------------|
| Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil | 15.5.2012 | 14.515.520,43 | 100% |
| Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 2) Fundação Banco do Brasil | 7.10.2014 | 12.000.000,00 | 100% |
| Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) | 21.6.2011 | 16.900.000,00 | 45% |
| Gestão Territorial Opirj Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (Opirj) | 14.9.2023 | 33.661.383,00 | 81% |
| Inventário Florestal Nacional – Amazônia União Federal – Serviço Florestal Brasileiro (SFB) | 31.7.2012 | 38.149.718,06 | 100% |
| Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) | 30.10.2018 | 45.000.000,00 | 100% |
| Mais Sustentabilidade no Campo Estado do Maranhão | 27.12.2017 | 40.476.077,00 | 33% |
| MapBiomias Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável | 15.6.2023 | 11.220.000,00 | 100% |
| Mato Grosso Sustentável Estado de Mato Grosso | 3.12.2013 | 32.925.406,46 | 100% |
| Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) | 25.9.2017 | 49.778.000,00 | 100% |
| Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) | 7.10.2014 | 66.952.436,00 | 100% |
| PPP-ECOS na Amazônia Fase 2 Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) | 18.9.2018 | 22.766.000,00 | 93% |
| Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado Estado de Rondônia – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO) | 21.1.2014 | 31.227.392,40 | 86% |
| Projeto Integrado da Amazônia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA) | 29.12.2015 | 33.691.380,00 | 50% |
| Tapajós Sustentável Conservation International do Brasil (CI-Brasil) | 23.10.2017 | 18.835.139,00 | 100% |
| Terra a Limpo Estado de Mato Grosso – Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional (GDR/MT) | 2.4.2018 | 72.900.000,00 | 18% |
| Território, Cultura e Autonomia Kayapó Associação Floresta Protegida (AFP) | 4.12.2017 | 9.089.870,67 | 100% |





PROJETOS CONTRATADOS



Projetos contratados em 2024

Amazônia Socioambiental

Responsável pelo projeto

Instituto Socioambiental (ISA)

Abrangência territorial

Estados de Mato Grosso, Pará, Amazonas e Roraima, no Território Indígena do Xingu (TIX) e entorno; Xingu – Terra do Meio e entorno; Rio Negro – Yanomami; e Rio Negro – Alto e Médio

Data da contratação

28.2.2024

Beneficiários

Povos indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares nos territórios abrangidos pelo projeto

Objetivo

Fortalecer e consolidar as cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade e de turismo de base comunitária de povos indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares nos territórios das bacias hidrográficas do Rio Negro e do Xingu

Valor total do projeto

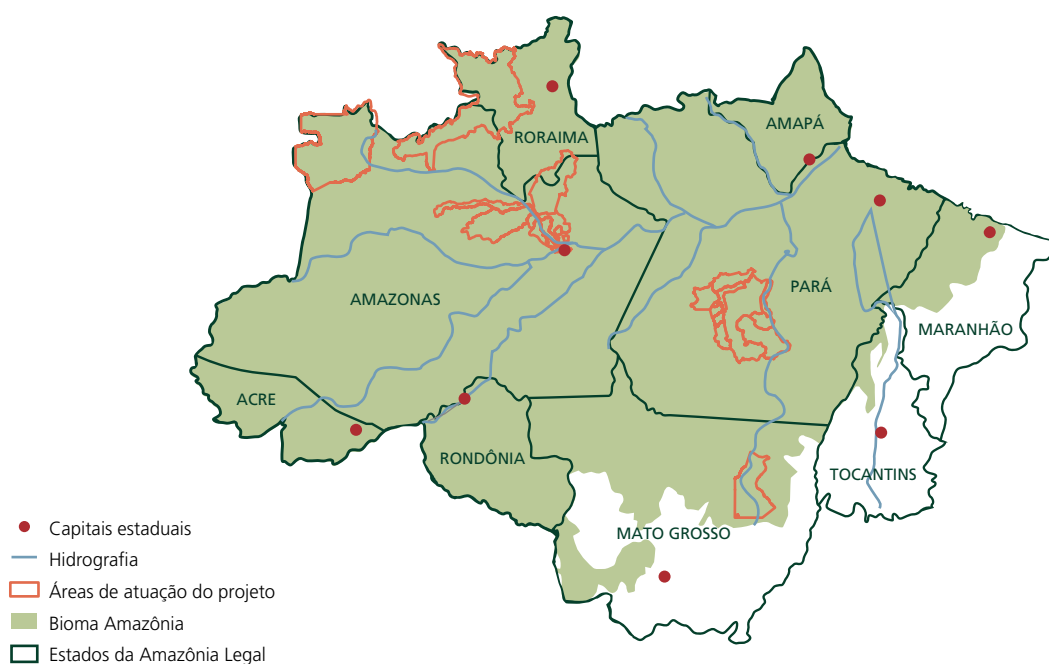
R\$ 38.834.744,64

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 38.834.744,64

Prazo de utilização (desembolso)

28.4.2027



Selecionado no âmbito da chamada pública Consolidação e Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas.

Contextualização

Desenvolver atividades produtivas sustentáveis, garantindo ganhos de produtividade, incorporação de novas tecnologias e acesso a mercados, se constitui como instrumento fundamental para enfrentar o desmatamento no sentido de transformar o padrão de ocupação da Amazônia, que ainda se encontra primordialmente baseado na conversão da floresta (para outros usos do solo, como pecuária extensiva e monoculturas).

O grande potencial econômico dos recursos naturais e da biodiversidade amazônica para gerar trabalho e renda, bem como a viabilidade do uso integrado lavoura-pecuária-floresta, são reconhecidos e avaliados positivamente por diversos entes públicos, organizações da sociedade civil e pesquisadores do meio acadêmico. Entretanto, os principais desafios das atividades produtivas sustentáveis na Amazônia são: construir uma estratégia integrada das cadeias produtivas em bases territoriais; fortalecer a organização social e produtiva; e ampliar o acesso a instrumentos financeiros e de crédito.

Dessa forma, a chamada pública de projetos do Fundo Amazônia nº 01/2017 (Consolidação e Fortalecimento de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas) teve por objetivo apoiar arranjos produtivos que explorassem as sinergias entre um determinado conjunto de atores econômicos e instituições, vocações econômicas regionais e preceitos de sustentabilidade financeira, de maneira a consolidar e fortalecer empreendimentos comunitários que mantenham a floresta em pé e favoreçam oportunidades de sustentabilidade financeira e conservação da biodiversidade na Amazônia Legal.

O projeto foi selecionado no âmbito dessa chamada, com o objetivo de fortalecer e consolidar as cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade e de turismo de base comunitária de povos indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares nos territórios das bacias hidrográficas do Rio Negro e do Xingu.

O projeto

Contempla a atuação em quatro regiões: Território Indígena do Xingu (TIX) e entorno; Xingu – Terra do Meio e entorno; Rio Negro – Yanomami; e Rio Negro – Alto e Médio, e apoia sete organizações aglutinadas:³⁸

- Associação Rede de Sementes do Xingu (ARX);
- Associação Terra Indígena Xingu (Atix);
- Associação Indígena Kisêdjê (AIK);
- Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (Amoreri);
- Associação Yudja Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix);
- Hutukara Associação Yanomami (HAY); e
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

³⁸ Nos arranjos aglutinada-aglutinadora, a instituição proponente (aglutinadora) coordena um arranjo integrado de subprojetos de outras organizações (aglutinadas).

O projeto visa fortalecer e consolidar as cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade e de turismo de base comunitária de povos indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares nos territórios das bacias hidrográficas do Rio Negro e Xingu. Assim, pretende promover uma cesta de produtos e serviços que fortaleçam as identidades locais a partir da valorização do conhecimento das comunidades e do uso amplo de seu território.

Essa cesta de produtos e serviços é diferente em cada território:

- Xingu – Território Indígena do Xingu (TIX) e entorno (aglutinadas ARSX, ATIX e AIK): sementes nativas, pequi, mel dos índios do Xingu, pimenta e produtos do sistema agroflorestal tradicional;
- Xingu – Terra do Meio e entorno (aglutinadas Amoreri e Aymix): borracha, óleos vegetais, castanha-do-brasil, babaçu, turismo de base comunitária;
- Rio Negro – Yanomami (aglutinada Hutukara): cogumelos, castanha-do-brasil, cacau e artesanato; e
- Rio Negro – Alto e Médio (aglutinada FOIRN): artesanato, pimenta jiquitaia, mel de abelhas, frutas secas, tucupi preto, castanha-do-brasil, produtos do sistema agrícola tradicional, ecoturismo e pesca esportiva.

O projeto apoia as seguintes ações voltadas para as organizações aglutinadas: fortalecimento institucional; comercialização; atividades de produção e prestação de serviços; beneficiamento; distribuição e armazenamento; assistência técnica; capacitação; adequação a normas; gestão e controle da produção; entre outras. Serão ainda fomentadas ações transversais que visam proporcionar economicidade, coerência e potencialização de resultados das aglutinadas e suas cadeias.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.



Floresta para o Bem-estar

Responsável pelo projeto

Conservation International do Brasil (CI-Brasil)

Abrangência territorial

Estados do Amazonas, Pará, Acre e Mato Grosso

Data da contratação

6.3.2024

Beneficiários

Indígenas, assentados e pequenos proprietários rurais na Amazônia

Objetivo

Apoiar projetos de restauração florestal e o fortalecimento da cadeia de mudas e sementes nos estados abrangidos pelo projeto

Valor total do projeto

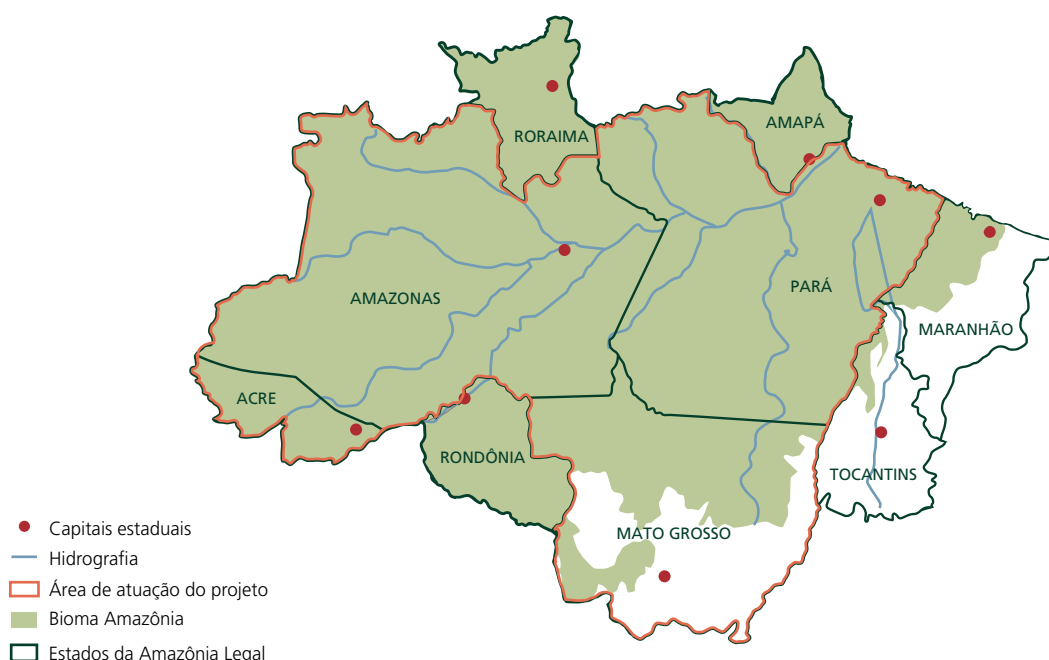
R\$ 29.452.432,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 29.452.432,00

Prazo de utilização (desembolso)

6.9.2026



Contextualização

Ainda que o bioma amazônico mantenha mais de 75% de sua cobertura florestal original, em algumas regiões a escala do desmatamento ocorrido resultou em fragmentação e degradação ambiental severa, aproximando a região de um ponto de ruptura (*tipping point*) a partir do qual poderão ocorrer mudanças irreversíveis no ciclo hidrológico e climático da região e em áreas adjacentes. Esse cenário criou uma demanda emergencial por ações de restauração florestal na região, tanto para recuperação da capacidade dos ecossistemas em prover serviços essenciais ao bem-estar humano, quanto para a produção sustentável de produtos e matérias-primas.

Durante a COP 21, o Brasil se comprometeu, por meio de sua NDC, a restaurar 12 milhões de hectares, como parte de suas ações contra as mudanças climáticas. Esse compromisso também está alinhado à meta do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) de recuperar áreas degradadas em propriedades privadas e de preservação permanente.

As ações de restauração visam aumentar a extensão e a permanência da cobertura vegetal e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade.

O projeto

O projeto objetiva, por meio da restauração, reduzir o déficit de cobertura florestal em áreas que já se encontram degradadas, especificamente em quatro regiões: a Bacia do Xingu, englobando Mato Grosso e Pará, a qual vem sofrendo forte pressão decorrente do processo de ocupação e de expansão da fronteira agrícola; o eixo da BR-163 no Pará, região marcada pelo desordenamento territorial e pelo desmatamento ao longo da rodovia; o Centro de Endemismo Belém (CEB), localizado no Pará e no Maranhão, que apresenta alto nível de desmatamento e ausência de unidades de conservação na parcela paraense; e a Bacia do Rio Acre, responsável pelo abastecimento da capital do estado, cujo desmatamento e degradação ameaçam a provisão dos serviços ecossistêmicos hídricos.

Essas regiões foram priorizadas levando em conta o avanço da perda de cobertura florestal; a existência de agentes de restauração florestal no território; e o comprometimento de serviços ambientais essenciais ao bem-estar e ao desenvolvimento, como a capacidade das bacias hidrográficas reterem água e controlarem seu fluxo.

O projeto está estruturado nas cinco componentes descritas abaixo, incluindo suas principais entregas:

- i. Restauração florestal: chamada pública para seleção de seis a dez instituições que firmarão acordos de concessão financeira para restauração florestal de 1.500 hectares (cerca de 3 milhões de árvores); mapa das áreas prioritárias para restauração nos territórios de abrangência do projeto, a partir do ranqueamento realizado dentro das quatro regiões-alvo; e plano de salvaguardas.
- ii. Programa de capacitação para viveiristas e apoio a planos de negócios: chamada pública para coletores de sementes e produtores de mudas interessados em participar de um programa de capacitação técnico-gerencial para viveiristas; capacitação de agentes da restauração florestal (coletores de sementes e produtores de mudas na Amazônia), incluindo aspectos técnicos e de gerenciamento de negócios; e fortalecimento de pequenos negócios da cadeia produtiva de restauração (viveiros) por meio de investimentos em obras, equipamentos, capacitação e outros.
- iii. Divulgação e transparência: websérie informativa sobre restauração na Amazônia; plataforma de divulgação das ações de restauração; e materiais de divulgação impressos e publicações em redes sociais.

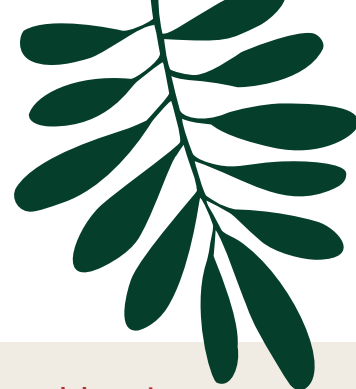
- iv. Gestão: gerenciamento e prestação de contas; portal da transparência relativo ao projeto; e equipe própria de coordenação e prestação de contas.
- v. Equipe técnica: equipe dedicada à implementação e monitoramento do projeto.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.



Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 3)



Responsável pelo projeto

Fundação Banco do Brasil (FBB)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Data da contratação

24.6.2024

Beneficiários

Agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Objetivo

Apoiar projetos voltados ao desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável da sociobiodiversidade na Amazônia Legal, incluindo ações voltadas ao fortalecimento e à ampliação de redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas

Valor total do projeto

R\$ 65.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 50.000.000,00

Prazo de utilização (desembolso)

24.6.2028



Contextualização

A parceria entre BNDES e FBB tem sido relevante para conferir ganho de escala à atuação do BNDES no apoio a projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável da sociobiodiversidade no país.

No que diz respeito à atuação específica na Amazônia Legal – foco do Fundo Amazônia –, é de suma importância a adoção de estratégias robustas, que levem em consideração as particularidades e limitações de cada região, por exemplo, a estratégia de divulgação das ações a serem promovidas no âmbito da parceria, com o intuito de mobilizar os atores locais e viabilizar a apresentação de bons projetos.

No entanto, embora o apoio às atividades produtivas sustentáveis figure como importante instrumento para a promoção da conservação e do uso sustentável, com elevado potencial de promover o desenvolvimento sustentável em seus eixos econômico, social e ambiental, “a consolidação do eixo de atividades produtivas sustentáveis como um vetor para a redução do desmatamento e transformação da realidade amazônica” ainda é apontada como um dos principais desafios da 5ª Fase do PPCDAm (2023 a 2027).

O projeto

Sua finalidade é apoiar projetos voltados ao desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável da sociobiodiversidade na Amazônia Legal, incluindo ações voltadas ao fortalecimento e à ampliação de redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas. Os recursos estão divididos em duas componentes:

- i. Apoio ao Programa Ecoforte: projetos de fortalecimento e ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, bem como ações estruturantes e/ou transversais, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Programa Ecoforte).
- ii. Fortalecimento e estruturação de organizações e cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar: projetos de fortalecimento e estruturação de cadeias produtivas, cooperativas, associações e demais organizações que integrem as economias da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, podendo incluir ações de gestão do conhecimento e troca de experiências, com o intuito de consolidar e fortalecer os resultados das ações apoiadas no âmbito do projeto.

Destaca-se que, além dos recursos do Fundo Amazônia, o projeto terá R\$ 18 milhões em contrapartida financeira da FBB.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para os seguintes efeitos diretos: “atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas” (1.1); “cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado” (1.2); “capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade” (1.3); e “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica” (1.4).

Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania

Responsável pelo projeto

Ministério da Justiça e Segurança
Pública (MJSP)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Data da contratação

17.6.2024

Beneficiários

Toda a população da Amazônia Legal

Objetivo

Fortalecimento da capacidade de enfrentamento aos crimes ambientais e conexos relacionados à dinâmica do desmatamento e da degradação florestal pelas forças de segurança pública no âmbito do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Plano Amas)

Valor total do projeto

R\$ 318.523.374,39

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 318.523.374,39

Prazo de utilização (desembolso)

17.12.2027



Contextualização

Nos últimos anos, a Amazônia Legal tem experimentado um aumento na criminalidade e violência que, além de afetar a segurança e qualidade de vida, tornou-se um vetor relevante do desmatamento, impulsionado por economias ilícitas, como extração ilegal de madeira, mineração, grilagem de terras e atividades agropecuárias com passivo ambiental. Como as habilidades institucionais e as configurações interinstitucionais das forças de segurança pública e fiscalização ambiental na região não geram capacidade operacional ou níveis de integração adequados para enfrentar a situação, em resposta, o Governo Federal criou, em 2023, o Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Plano Amas) focado nas necessidades e especificidades dos nove estados que compõem a área, e tendo como pilares a promoção da ampla cooperação federativa e o fortalecimento e a integração dos órgãos de segurança pública e defesa nacional atuantes na Amazônia Legal.

O Amas está alinhado aos eixos estratégicos previstos na 5ª Fase do PPCDAm, notadamente ao eixo de monitoramento e controle ambiental, bem como ao foco temático do biênio 2023-2025 estabelecido pelo COFA. O plano irá fomentar a atuação coordenada e integrada entre o Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e os estados da Amazônia Legal, o que passa pela articulação com diferentes atores que desempenham papel relevante para o desenvolvimento da região.

O projeto

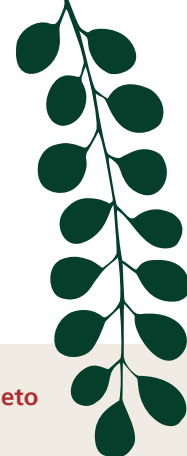
O projeto se insere no contexto da implementação do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Plano Amas, ou Amas), instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto 11.614, de 21 de julho de 2023, que objetiva promover a segurança pública focada nas “necessidades e especificidades dos estados que compõem a Amazônia Legal, com vistas à redução de crimes ambientais e conexos”, conforme artigo 2º do referido decreto. Para isso, o plano estabelece como seus pilares a promoção da ampla cooperação federativa e o fortalecimento e a integração dos órgãos de segurança pública e defesa nacional atuantes na Amazônia Legal.

Suas componentes principais são:

- i. Polícia Federal (PF): com a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), essa componente apoia a estrutura de governança do Plano Amas e a articulação entre os responsáveis pela segurança pública; amplia a capacidade de inteligência e fiscalização, possibilitando o planejamento e execução das operações integradas; e amplia a presença territorial para combate aos crimes, por meio do investimento em sua capacidade operativa.
- ii. Polícia Rodoviária Federal (PRF): busca ampliar a capacidade operativa e a presença territorial da PRF para combate aos crimes ambientais e conexos relacionados à dinâmica do desmatamento e da degradação florestal.
- iii. Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública (COA): essa terceira componente contribui para a mobilização de uma nova força policial para atuação na Amazônia Legal, por meio da implementação da capacidade tática-operativa da COA, que irá se somar às existentes e será também responsável por dar suporte ao CCPI, especialmente na articulação com as forças de segurança dos estados no âmbito do Plano Amas.
- iv. Forças policiais dos nove estados da Amazônia Legal: estão previstas nessa componente a ampliação da presença territorial das forças de segurança dos estados da Amazônia Legal por meio do aprimoramento da capacidade aerostática, além de maior mobilidade das forças de segurança pública nas vastas áreas dos rios navegáveis na Amazônia Legal.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto: “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas” (2.1).



ProAmazon – Projeto de Combate a Incêndios e Desmatamento no Amazonas

Responsável pelo projeto

Estado do Amazonas –
Corpo de Bombeiros Militar
do Amazonas (CBMAM)

Abrangência territorial

Estado do Amazonas

Data da contratação

5.12.2024

Beneficiários

Estado do Amazonas

Objetivo

Fortalecer a estrutura do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas e as ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

R\$ 45.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 45.000.000,00

Prazo de utilização (desembolso)

5.12.2027



Contextualização

O estado do Amazonas é o maior estado da Federação em termos de área, com 1.559.255,88 km² (30% do território da Amazônia Legal), está dividido em 62 municípios e apresentou uma população estimada de 3.941.613 habitantes em 2021. Em termos de ordenamento territorial, aproximadamente 29% da área do estado corresponde a terras indígenas e outros 24% correspondem a unidades de conservação (UC). Desse modo, mais da metade do território é composta de áreas protegidas.

O projeto será executado diretamente pelo Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM). Atualmente, o CBMAM possui bases operacionais em 11 dos 62 municípios do estado do Amazonas. Em Manaus, capital do estado, a corporação conta com três batalhões de bombeiros especializados em ações operacionais: 1º Batalhão de Incêndio (1º BI); Batalhão de Bombeiros Especiais (BBE); e Batalhão de Incêndio Florestal e Meio Ambiente (BIFMA), entre outras organizações de bombeiros militares (OBM). No interior, está presente em dez municípios: Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Humaitá, Manacapuru, Iranduba, Novo Airão, Parintins, Tabatinga, Tefé e Presidente Figueiredo. O CBMAM tem por missão a atuação no combate a incêndio urbano; combate a incêndio florestal; combate a incêndio em estrutura aeroportuária e aeronaves; atendimento pré-hospitalar; salvamento veicular; salvamento em altura; operações de mergulho; resgate em espaço confinado; resgate em estruturas colapsadas; atividades de defesa civil; segurança contra incêndio e pânico; e prevenção em eventos.

O projeto

O projeto está estruturado nas duas componentes descritas a seguir:

- i. Aparentamento e estruturação:
 - Construção de três novas bases operacionais (Careiro Castanho, Humaitá e Lábrea).
 - Ampliação da frota de veículos operacionais (veículos auto bomba tanque florestal – ABTF), *pick ups* e um ônibus de trinta lugares para transporte do contingente).
 - Equipamentos para prevenção e combate a incêndio florestal – equipamentos auxiliares utilizados durante os trabalhos de deslocamento na floresta para combate aos incêndios (*kits* acopláveis para veículos, geradores, motosserras, bombas hidráulicas, sopradores, *drones*, GPS etc.).
- ii. Desenvolvimento das ações de prevenção, combate e monitoramento:
 - Equipamentos de proteção individual e insumos para prevenção e combate a incêndio florestal.
 - Ações educativas na área de incêndios florestais para agentes municipais, produtores rurais, comunidades indígenas, entre outros grupos locais.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto: “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas” (2.1).

Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas no Amapá



Responsável pelo projeto

Estado do Amapá –
Corpo de Bombeiros
Militar do Amapá (CBMAP)

Abrangência territorial

Todos os 16 municípios do
estado do Amapá

Data da contratação

22.11.2024

Beneficiários

Comunidades do interior do estado,
localizadas em zonas rurais, áreas de
proteção ambiental, unidades de agricultura
familiar e terras indígenas, juntamente com
suas respectivas famílias

Objetivo

Fortalecer a estrutura do Corpo de
Bombeiros Militar do Estado do Amapá e as
ações de prevenção e combate a incêndios
florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

R\$ 45.000.000,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 45.000.000,00

Prazo de utilização (desembolso)

22.11.2027



Contextualização

O estado do Amapá tem uma área total de 142.470,76 km², está dividido em 16 municípios e apresenta uma população estimada de 877.613 habitantes em 2021. Em termos de ordenamento territorial, possui vinte unidades de conservação, além de cinco terras indígenas. Desse modo, aproximadamente 73% do território é composto de áreas protegidas.

A relevância do projeto se evidencia em um contexto de intensificação dos incêndios florestais. Entre 2021 e 2023, observou-se um aumento significativo na quantidade de focos de calor no estado, conforme dados do Prodes/Inpe.³⁹ Entre agosto e outubro de 2023, os registros mensais atingiram os maiores valores da série histórica iniciada em 1998.

Diante desse cenário, o CBMAP encontra-se com um poder de resposta significativamente inferior aos desafios que se apresentam. Estima-se que, no período entre 2019 e 2023, o batalhão não foi capaz de atender a 55% dos cerca de 6.170 alertas por satélite. Portanto, a falta de viaturas, equipamentos e materiais apropriados, bem como a ausência de bases que atendam o interior do estado, comprometem a capacidade do corpo de bombeiros em realizar o combate efetivo contra os incidentes ambientais.

O projeto

O projeto está estruturado em duas componentes principais:

- i. Aparelhamento e estruturação – contempla a ampliação, reforma e modernização do almoxarifado e da garagem, além da ampliação da frota de veículos operacionais. Também está prevista a aquisição de equipamentos e materiais essenciais para a prevenção e combate a incêndios florestais, bem como insumos necessários para tais atividades.
- ii. Desenvolvimento das ações de prevenção – inclui o fortalecimento da infraestrutura do CBMAP e a implementação de bases provisórias da instituição em seis municípios. Além disso, prevê a capacitação de agentes públicos e grupos locais para a prevenção e o combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas, ampliando a eficácia das ações preventivas.

Entre os resultados esperados, destaca-se a realização de pelo menos 1.200 ações de prevenção e educação, incluindo programas educativos voltados para comunidades rurais, indígenas e escolas. Além disso, está prevista a implementação de seis bases gerenciais de prevenção e combate a incêndios florestais, a aquisição e modernização de infraestrutura física e tecnológica, bem como a obtenção de viaturas, equipamentos e materiais adequados para o enfrentamento dos incêndios.

O impacto esperado dessas ações é a redução de 10% a 15% no número de incêndios florestais, tomando como base a média registrada nos últimos cinco anos. Dessa forma, o projeto contribuirá significativamente para a preservação ambiental e para o fortalecimento da segurança pública.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto: “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas” (2.1).

³⁹ Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/. Acesso em: 16 mai. 2025.

Redes Indígenas da Amazônia

Responsável pelo projeto

The Nature Conservancy
do Brasil (TNC Brasil)

Abrangência territorial

Amazônia Legal

Data da contratação

8.7.2024

Beneficiários

População indígena dos nove estados da Amazônia Legal, por meio de suas organizações representativas estaduais, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab)

Objetivo

Promover estruturas, ferramentas e capacidades institucionais e técnicas da Coiab, da Umiab e das organizações indígenas estaduais da rede Coiab, para consolidação das terras indígenas e sua gestão territorial e ambiental

Valor total do projeto

R\$ 59.964.064,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 59.964.064,00

Prazo de utilização (desembolso)

8.1.2028



Contextualização

O documento da 5ª fase do PPCDAm (2023-2027), publicado em junho de 2023,⁴⁰ informa que “apenas 2% do desmatamento na Amazônia em 2022 foi registrado em terras indígenas, ainda que essa categoria fundiária corresponda a 23% da área total da Amazônia Legal. Esse dado demonstra a capacidade dos povos indígenas de atuarem como efetivos protetores da floresta. Apesar de relativamente pequeno, o desmatamento em TIs é preocupante devido ao seu enorme impacto social”. Consta ainda do referido relatório que um

⁴⁰ Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/ppcdam_2023_sumario-rev.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

dos aspectos mais marcantes da dinâmica atual do desmatamento na Amazônia refere-se à redução da capacidade de governança em áreas protegidas e assentamentos.

Nesse sentido, “a 5ª Fase do PPCDAm buscará fortalecer o importante papel das áreas protegidas na contenção do desmatamento – aliado à sua função precípua de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre as terras que tradicionalmente ocupam e de proteção e conservação da biodiversidade”.

Além de considerar o PPCDAm em sua atuação no apoio a povos indígenas, o Fundo Amazônia observa a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). Em 2012, por meio do Decreto 7.747/2012, a PNGATI foi estabelecida, com o objetivo de “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural”. Ao fomentar a gestão dos povos indígenas sobre suas terras, essa política se estabelece como instrumento mobilizador para que as comunidades indígenas, por meio de suas organizações representativas, sigam atuando de forma efetiva na proteção de seus territórios e direitos e no atendimento de suas demandas prioritárias.

O projeto Redes Indígenas da Amazônia foi desenvolvido pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em parceria com a The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil), e é parte de uma estratégia para ampliar o acesso das organizações indígenas aos recursos do Fundo Amazônia. Tem como escopo ações em âmbitos estadual e regional (Amazônia), buscando contribuir com as demandas de monitoramento da implementação da PNGATI, de participação das organizações indígenas nas discussões e definições de políticas e programas que possam impactar a integridade de seus territórios, bem como de formação de técnicos e lideranças indígenas em temas relacionados a gestão territorial, assuntos administrativos financeiros, entre outros afins.

O projeto

Considerada a relevância das organizações indígenas como principal instrumento das comunidades na articulação e busca por consensos perante a pluralidade dos povos representados para deliberação e ação em temas relativos à integridade dos territórios e direitos indígenas, o projeto constitui uma estratégia centrada no protagonismo dessas organizações como caminho para a consolidação dos territórios indígenas.

O projeto está estruturado em quatro componentes. A primeira tem por objetivo propiciar o aprimoramento e a aplicação da ferramenta de monitoramento participativo pela rede de organizações indígenas acerca do avanço da PNGATI, da execução de PGTA's e de programas climáticos desenvolvidos pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, contemplando produção, registro, acompanhamento e análise de indicadores de resultados. As informações serão tabuladas para elaboração de boletins anuais por estado e cálculo do índice de bem-estar e de gestão ambiental indígena da Amazônia – IDH da PNGATI. A governança desse produto inclui comitês estaduais (constituídos pelos agentes de moni-

toramento e pelos coordenadores da rede Coiab em cada estado) e um comitê consultivo (formado por especialistas de notório saber) para análise e validação dos dados.

A segunda componente consiste no apoio às nove organizações indígenas estaduais da rede Coiab e à Umiab, propiciando os meios necessários para sua participação plena nas discussões acerca de temas fundamentais à integridade dos territórios e direitos indígenas. A partir da discussão ampla com as lideranças e organizações indígenas em cada estado, serão elaborados protocolos de tomada de decisão sobre políticas e programas governamentais estaduais que respeitem os princípios de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. Está prevista ainda, para cada um dos estados da Amazônia Legal, a elaboração de uma proposta de salvaguarda e repartição de benefícios em programas de REDD+ e biodiversidade. No que se refere ao fortalecimento e sustentabilidade das organizações indígenas estaduais, foi previsto o apoio com recursos para atividades de natureza administrativo-financeira e contábil para cada uma das nove organizações estaduais e para a Umiab, bem como a aplicação de ferramentas de fortalecimento organizacional, tais como planejamento estratégico e elaboração de manual de normas e procedimentos.

Na terceira componente estão previstas ações de formação que serão realizadas pelo Centro Amazônico de Formação Indígena da Coiab (Cafi) e incluem cursos de longa duração para formação de lideranças, cursos de extensão para as nove organizações estaduais da rede Coiab e Umiab em temas relacionados a políticas públicas estaduais para povos indígenas (sociobioeconomia, REDD+, desenvolvimento regional, fortalecimento organizacional etc.) e cursos de especialização em comunicação, monitoramento da PNGATI, gestão financeira e institucional e gestão de negócios e cadeias produtivas.

Finalmente, a quarta componente está voltada para a consolidação organizacional da Coiab e seu fortalecimento como polo agregador da rede de organizações indígenas da Amazônia. O apoio inclui a reforma e estruturação das instalações da sede da Coiab; apoio para despesas de logística da reunião anual do conselho deliberativo da Coiab e para os deslocamentos necessários para a Coiab acompanhar as atividades das organizações estaduais; consultoria jurídica em temas relacionados à agenda de gestão e proteção territorial; elaboração de um plano de sustentabilidade financeira da Coiab e um conjunto de itens relacionados ao aprimoramento da governança interna e das ferramentas de gestão da Coiab, incluindo elaboração de manuais internos, serviço de contabilidade, auditoria financeira; e, finalmente, atividades de comunicação relacionadas à execução do projeto.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto: “áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada” (3.2), em decorrência do apoio ao fortalecimento da Coiab, à Umiab e às organizações indígenas estaduais da rede Coiab nos nove estados da Amazônia Legal e de sua atuação no monitoramento da implementação da PNGATI e no desenvolvimento de protocolos de consulta e participação indígena em decisões com potencial impacto sobre as terras indígenas em âmbito estadual, bem como do incentivo à formação em temas relacionados à proteção e gestão das terras indígenas.



Restaura Amazônia MR1

Responsável pelo projeto

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)

Beneficiários

Indígenas, assentados e pequenos proprietários rurais na Amazônia

Valor total do projeto

R\$ 150.000.000,00

Abrangência territorial

Estados do Acre, Amazonas e Rondônia

Objetivo

Apoiar, por meio de editais de seleção, projetos destinados à restauração ecológica com espécies nativas e/ou sistemas agroflorestais (SAF) no âmbito da iniciativa Restaura Amazônia

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 150.000.000,00

Data da contratação

4.11.2024

Prazo de utilização (desembolso)

4.11.2030



Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Restaura Amazônia.

Contextualização

A Amazônia é crítica para a provisão de serviços ecossistêmicos para o restante do território nacional e para o planeta. Restaurar áreas prioritárias no bioma é urgente e pode propiciar impactos positivos sobre biodiversidade, populações locais, mitigação das mudanças climáticas, regeneração natural e regularização ambiental. A restauração ecológica se insere no contexto das soluções baseadas na natureza, sendo uma tecnologia com grande potencial de captura de carbono a custos competitivos e em escala. Assim, é preciso evitar que eventuais disfunções causadas pelo atingimento do ponto de não retorno afetem o Brasil de forma drástica.

Como tecnologia de captura de carbono da atmosfera, a restauração ecológica traz impactos positivos para a NDC brasileira, reduzindo as emissões líquidas de gases do efeito estufa, contribuindo tanto para as metas de redução de emissões da economia brasileira, como para o compromisso de o país ser carbono neutro em 2050. Adicionalmente à NDC, o recém-revisado Planaveg manteve a meta de recuperação de 12 milhões de hectares com vegetação nativa.

O objetivo do Restaura Amazônia é, por meio do apoio a dezenas de projetos de restauração, transformar não apenas o aspecto ambiental (biodiversidade, microclima, serviços ambientais, água, entre outros), mas também as perspectivas social e territorial, com geração de renda, emprego, capacitação profissional em empregos verdes na cadeia da restauração florestal, fortalecendo sua cadeia produtiva e a produção agrícola sustentável (SAF).

As propostas devem levar em consideração o contexto socioeconômico e cultural da região, conciliando os benefícios ecológicos e de manutenção dos serviços ecossistêmicos com a geração de emprego, renda, segurança hídrica e alimentar. Adicionalmente, as propostas devem buscar um alinhamento com os instrumentos e as políticas públicas relacionados à recuperação da vegetação nativa na região.

O projeto

A iniciativa Restaura Amazônia é voltada para o financiamento não reembolsável de atividades de restauração ecológica com espécies nativas e/ou SAFs, na região do Arco do Desmatamento. Para a execução da iniciativa, o BNDES selecionou, por meio de chamada pública realizada entre 2023 e 2024, no valor total de até R\$ 450 milhões, três parceiros gestores para atuar em cada uma das seguintes macrorregiões:

- i. estados do Acre, Amazonas e Rondônia;
- ii. estados do Mato Grosso e Tocantins; e
- iii. estados do Pará e Maranhão.

Os parceiros gestores são responsáveis por conduzir com o BNDES todo o processo de elaboração e lançamento de editais para seleção de projetos de restauração em recortes territoriais específicos em suas respectivas macrorregiões, contratar os projetos selecionados e realizar o acompanhamento físico e financeiro da execução desses projetos.

O resultado da seleção apontou o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) como a instituição com a melhor nota entre as instituições que se candidataram para a macrorregião 1, correspondente aos estados do Acre, Amazonas e Rondônia.

A seleção dos projetos de restauração será realizada por meio de chamadas públicas realizadas pelo Ibam, em conjunto com o BNDES, e representantes de eventuais doadores⁴¹ da iniciativa do Arco da Restauração e de órgão(s) público(s) pertinente(s). Os critérios que deverão constar dos editais incluem: (i) capacidade técnica e organizacional do proponente e parceiros; (ii) atividades técnicas de restauração ecológica; (iii) custos; (iv) importância ecológica da restauração na região; (v) cadeias produtivas,

⁴¹ Não se trata dos doadores do Fundo Amazônia, mas de doadores da iniciativa Restaura Amazônia.

geração de renda e mobilização de atores; e (vi) sinergia com outras atividades de recuperação da vegetação nativa.

As propostas devem estar enquadradas em uma ou mais das seguintes categorias fundiárias: (i) unidades de conservação da natureza (UC); (ii) reservas particulares do patrimônio natural (RPPN); (iii) áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais (RL) em assentamentos da reforma agrária e em propriedades privadas de até quatro módulos fiscais, devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural; (iv) terras indígenas, territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais; e (v) áreas públicas não destinadas.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto: “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica” (1.4).



Restaura Amazônia MR2

Responsável pelo projeto

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)

Beneficiários

Indígenas, assentados e pequenos proprietários rurais na Amazônia

Valor total do projeto

R\$ 150.000.000,00

Abrangência territorial

Estados de Mato Grosso e do Tocantins, dentro da Amazônia Legal

Objetivo

Apoiar, por meio de editais de seleção, projetos destinados à restauração ecológica com espécies nativas e/ou sistemas agroflorestais (SAF) no âmbito da iniciativa Restaura Amazônia

Valor do apoio do Fundo Amazônia

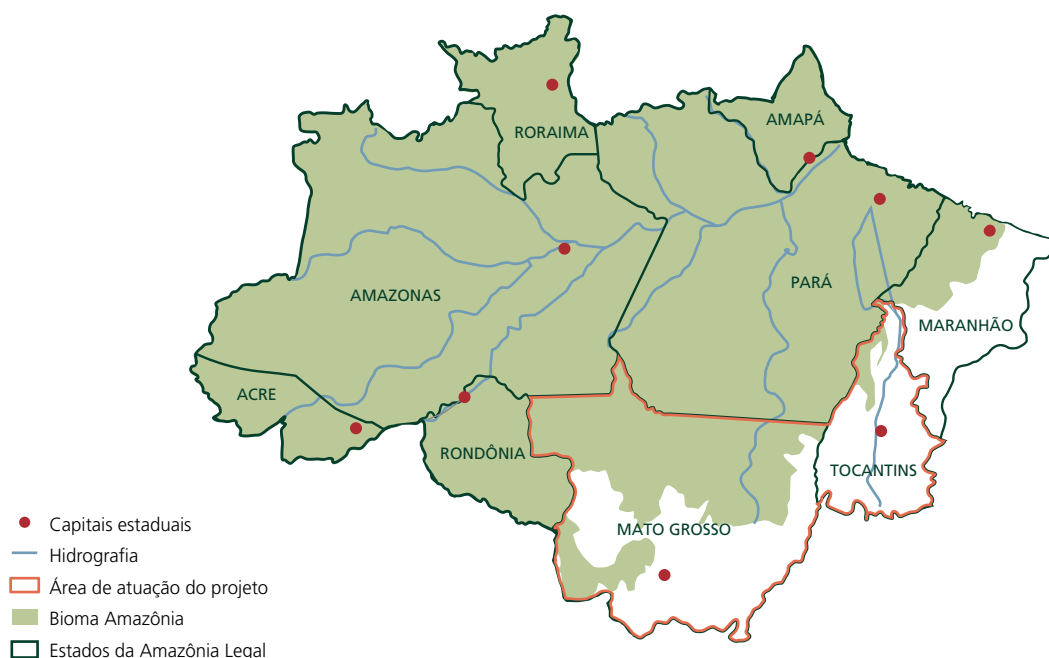
R\$ 150.000.000,00

Data da contratação

12.11.2024

Prazo de utilização (desembolso)

12.11.2030



Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Restaura Amazônia.

Contextualização

A Amazônia é crítica para a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais para o resto do território nacional e para o planeta. Restaurar áreas prioritárias no bioma é urgente e pode propiciar impactos positivos sobre biodiversidade, populações locais, mitigação das mudanças climáticas, regeneração natural e regularização ambiental. A restauração ecológica se insere no contexto das soluções baseadas na natureza, sendo uma tecnologia com enorme potencial para capturar carbono a custos competitivos e em escala.

Assim, é preciso evitar que eventuais disfunções causadas pelo atingimento do ponto de não retorno afetem o Brasil de forma drástica.

Como tecnologia de captura de carbono, a restauração ecológica traz impactos positivos para a NDC brasileira, reduzindo as emissões líquidas de gases do efeito estufa, contribuindo tanto para as metas de redução de emissões da economia brasileira, como para o compromisso de o país ser carbono neutro em 2050. Adicionalmente à NDC, o recém-revisado Planaveg manteve a meta de recuperação de 12 milhões de hectares com vegetação nativa, sendo os editais do Restaura Amazônia uma contribuição importante para essa meta.

O objetivo do Restaura Amazônia é, por meio do apoio a dezenas de projetos de restauração, transformar não apenas o aspecto ambiental (biodiversidade, microclima, serviços ambientais, água, entre outros), mas também as perspectivas social e territorial, com geração de renda, emprego, capacitação profissional em empregos verdes na cadeia da restauração florestal, fortalecendo sua cadeia produtiva e produção agrícola sustentável (SAF).

As propostas devem levar em consideração o contexto socioeconômico e cultural da região, conciliando os benefícios ecológicos e de manutenção dos serviços ecossistêmicos com a geração de emprego, renda, segurança hídrica e alimentar. Adicionalmente, as propostas devem buscar um alinhamento com os instrumentos e as políticas públicas relacionados à recuperação da vegetação nativa na região.

O projeto

A iniciativa Restaura Amazônia é voltada para o financiamento não reembolsável de atividades de restauração ecológica com espécies nativas e/ou SAFs, na região do Arco do Desmatamento. Para a execução da iniciativa, o BNDES selecionou, por meio de chamada pública realizada entre 2023 e 2024, no valor total de até R\$ 450 milhões, três parceiros gestores para atuar em cada uma das seguintes macrorregiões:

- i. estados do Acre, Amazonas e Rondônia;
- ii. estados do Mato Grosso e Tocantins; e
- iii. estados do Pará e Maranhão.

Os parceiros gestores são responsáveis por conduzir com o BNDES todo o processo de elaboração e lançamento de editais para seleção de projetos de restauração em recortes territoriais específicos em suas respectivas macrorregiões, contratar os projetos selecionados e realizar o acompanhamento físico e financeiro da execução desses projetos.

O resultado da seleção apontou a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) como a instituição com a melhor nota entre as instituições que se candidataram para a macrorregião 2, correspondente aos estados de Mato Grosso e do Tocantins.

A seleção dos projetos de restauração será realizada por meio de chamadas públicas realizadas pela FBDS, em conjunto com o BNDES, e representantes de eventuais doa-

dores⁴² da iniciativa do Arco da Restauração e de órgão(s) público(s) pertinente(s). Os critérios que deverão constar dos editais incluem: (i) capacidade técnica e organizacional do proponente e parceiros; (ii) atividades técnicas de restauração ecológica; (iii) custos; (iv) importância ecológica da restauração na região; (v) cadeias produtivas, geração de renda e mobilização de atores; e (vi) sinergia com outras atividades de recuperação da vegetação nativa.

As propostas devem estar enquadradas em uma ou mais das seguintes categorias fundiárias: (i) UC; (ii) RPPN; (iii) APP e RL em assentamentos da reforma agrária e em propriedades privadas de até quatro módulos fiscais, devidamente inscritos no CAR; (iv) terras indígenas, territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais; e (v) áreas públicas não destinadas.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto: “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica” (1.4).



⁴² Não se trata dos doadores do Fundo Amazônia, mas de doadores da iniciativa Restaura Amazônia.

Restaura Amazônia MR3

Responsável pelo projeto

Conservation International do Brasil (CI-Brasil)

Beneficiários

Indígenas, assentados e pequenos proprietários rurais na Amazônia

Valor total do projeto

R\$ 150.000.000,00

Abrangência territorial

Estados do Pará e do Maranhão, dentro da Amazônia Legal

Objetivo

Apoiar, por meio de editais de seleção, projetos destinados à restauração ecológica com espécies nativas e/ou sistemas agroflorestais (SAF) no âmbito da iniciativa Restaura Amazônia

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 150.000.000,00

Data da contratação

12.11.2024

Prazo de utilização (desembolso)

12.11.2030



Projeto selecionado no âmbito da chamada pública Restaura Amazônia.

Contextualização

A Amazônia é crítica para a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais para o restante do território nacional e para o planeta. Restaurar áreas prioritárias no bioma é urgente e pode propiciar impactos positivos sobre biodiversidade, populações locais, mitigação das mudanças climáticas, regeneração natural e regularização ambiental. A restauração ecológica se insere no contexto das soluções baseadas na natureza, sendo uma tecnologia com grande potencial de captura de carbono a custos competitivos e em escala. Assim, é preciso evitar que as disfunções que venham a ser causadas pelo atingimento do ponto de não retorno afetem de forma drástica o Brasil.

Como tecnologia de captura de carbono, a restauração ecológica traz impactos positivos para a NDC brasileira, reduzindo as emissões líquidas de gases do efeito estufa, contribuindo tanto para as metas de redução de emissões da economia brasileira, como para o compromisso de o país ser carbono neutro em 2050. Adicionalmente à NDC, o recém-revisado Planaveg manteve a meta de recuperação de 12 milhões de hectares com vegetação nativa, sendo os editais do Restaura Amazônia uma contribuição importante para essa meta.

O objetivo do Restaura Amazônia é, por meio do apoio de dezenas de projetos de restauração, transformar não apenas o aspecto ambiental (biodiversidade, microclima, serviços ambientais, água, entre outros), mas também as perspectivas social e territorial, com geração de renda, emprego, capacitação profissional em empregos verdes na cadeia da restauração florestal, fortalecendo sua cadeia produtiva e produção agrícola sustentável (SAF).

As propostas devem levar em consideração o contexto socioeconômico e cultural da região, conciliando os benefícios ecológicos e de manutenção dos serviços ecossistêmicos com a geração de emprego, renda, segurança hídrica e alimentar. Adicionalmente, as propostas devem buscar um alinhamento com os instrumentos e as políticas públicas relacionados à recuperação da vegetação nativa na região.

O projeto

A iniciativa Restaura Amazônia é voltada para o financiamento não reembolsável de atividades de restauração ecológica com espécies nativas e/ou SAFs, na região do Arco do Desmatamento. Para a execução da iniciativa, o BNDES selecionou, por meio de chamada pública realizada entre 2023 e 2024, no valor total de até R\$ 450 milhões, três parceiros gestores para atuar em cada uma das seguintes macrorregiões:

- i. estados do Acre, Amazonas e Rondônia;
- ii. estados do Mato Grosso e Tocantins; e
- iii. estados do Pará e Maranhão.

Os parceiros gestores são responsáveis por conduzir com o BNDES todo o processo de elaboração e lançamento de editais para seleção de projetos de restauração em recortes territoriais específicos em suas respectivas macrorregiões, contratar os projetos selecionados e realizar o acompanhamento físico e financeiro da execução desses projetos.

O resultado da seleção apontou a CI-Brasil como a instituição com a melhor nota entre as instituições que se candidataram para a macrorregião 3, correspondente aos estados do Pará e do Maranhão.

A seleção dos projetos de restauração será realizada por meio de chamadas públicas realizadas pela CI-Brasil, em conjunto com o BNDES, e representantes de eventuais doadores⁴³ da iniciativa do Arco da Restauração e de órgão(s) público(s) pertinente(s). Os critérios que deverão constar dos editais incluem: (i) capacidade técnica e organi-

⁴³ Não se trata dos doadores do Fundo Amazônia, mas de doadores da iniciativa Restaura Amazônia.

zacional do proponente e parceiros; (ii) atividades técnicas de restauração ecológica; (iii) custos; (iv) importância ecológica da restauração na região; (v) cadeias produtivas, geração de renda e mobilização de atores; e (vi) sinergia com outras atividades de recuperação da vegetação nativa.

As propostas devem estar enquadradas em uma ou mais das seguintes categorias fundiárias: (i) unidades de conservação da natureza (UC); (ii) reservas particulares do patrimônio natural (RPPN); (iii) áreas de preservação permanente (APP) e reservas legais (RL) em assentamentos da reforma agrária e em propriedades privadas de até quatro módulos fiscais, devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR); (iv) terras indígenas, territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais; e (v) áreas públicas não destinadas.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, contribuindo para o efeito direto: “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica” (1.4).



Rondônia Mais Verde – Fase 2



Responsável pelo projeto

Estado de Rondônia – Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia (CBMRO)

Abrangência territorial

Estado de Rondônia, principalmente os seguintes municípios: Porto Velho, Nova Mamoré, Candeias do Jamari, Cujubim, Buritis, Seringueiras, Alta Floresta D'Oeste, Pimenteiras do Oeste, Costa Marques e Governador Jorge Teixeira

Data da contratação

26.2.2024

Beneficiários

População do estado de Rondônia, em especial na região de abrangência territorial do projeto

Objetivo

Fortalecer a estrutura do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas

Valor total do projeto

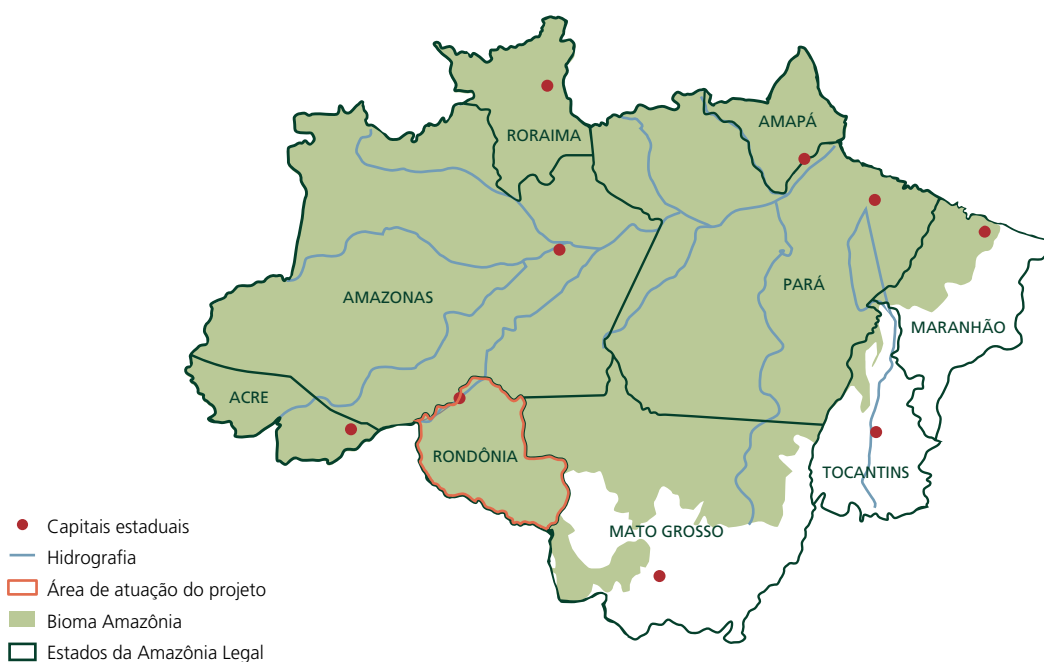
R\$ 34.074.785,34

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 34.074.785,34

Prazo de utilização (desembolso)

26.2.2027



Contextualização

O estado possui extensão territorial de 237.754 km², tendo como limites os estados de Mato Grosso a leste, Amazonas a norte e Acre a oeste, além da Bolívia a oeste e sul, portanto uma zona de fronteira. O estado tem 52 municípios, 1.581.016 habitantes e sua capital é o município de Porto Velho, com 460.413 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE. Tem como principais atividades a agricultura, a pecuária, a indústria alimentícia, o extrativismo vegetal e mineral e, mais recentemente, a piscicul-

tura. Rondônia tem a terceira maior área de desmatamento acumulado da Amazônia Legal, ficando atrás apenas do Pará e de Mato Grosso.

Na Amazônia, o fogo é um dos instrumentos mais utilizados nas atividades produtivas, pela cultura do corte-queima para a limpeza de roçados e transformação da floresta em pastagem. Apesar de a utilização do fogo controlado cumprir, por vezes, funções ecológicas, os incêndios florestais e as queimadas não autorizadas impactam a fertilidade dos solos, destroem a biodiversidade, fragilizam ecossistemas, destroem linhas de transmissão, comprometem a qualidade do ar, aumentam o risco de acidentes em estradas e limitam o tráfego aéreo, entre outros efeitos negativos.

O projeto complementa os esforços já realizados no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO) e visa fortalecer sua estrutura para ações de prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

O projeto

O projeto do CBMRO está estruturado em duas componentes:

- i. Fortalecimento institucional – aquisição de máquinas e equipamentos e capacitação de seus agentes, com objetivo de aprimorar a estrutura e a capacidade de atuação do CBMRO. Estão previstos investimentos voltados ao fortalecimento operacional de sete brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais móveis (BPCIFM), além da implantação de mais quatro BPCIFM. Também está prevista a capacitação de militares por meio da realização de cursos e estágios de combate a incêndios florestais.

A utilização de brigadas móveis favorece a capacidade de prevenção e pronto combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ao descentralizar a estrutura do CBMRO, criando unidades operacionais em locais estratégicos de alta demanda e difícil acesso, além de otimizar a alocação de recursos, uma vez que permite a mobilidade dessas estruturas conforme mudem os territórios com mais ocorrências de incêndios e queimadas florestais. A estratégia de operacionalização das brigadas móveis consiste na instalação de unidades móveis de bases terrestres com efetivo mínimo de oito a dez brigadistas por base. A cada ano as bases móveis serão posicionadas em áreas rurais localizadas nas regiões com maior número de focos de calor, preferencialmente próximas de unidades de conservação.

- ii. Prevenção, combate, monitoramento e fiscalização – capacitação de voluntários em técnicas de combate e manejo integrado do fogo, realização de campanhas educativas e maior capacidade de monitoramento para apoio às ações de fiscalização.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre



Responsável pelo projeto

Estado do Acre – Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan)

Abrangência territorial

Todos os 22 municípios do estado do Acre

Data da contratação

11.4.2024

Beneficiários

Assentados da reforma agrária, pequenos agricultores, extrativistas, povos indígenas e estudantes da rede pública de ensino

Objetivo

Apoiar o fortalecimento da prevenção, controle e combate a práticas ilegais de desmatamento e queimadas, além de iniciativas de ordenamento territorial e produção sustentável, em alinhamento com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Estado do Acre (PPCDQ/Acre)

Valor total do projeto

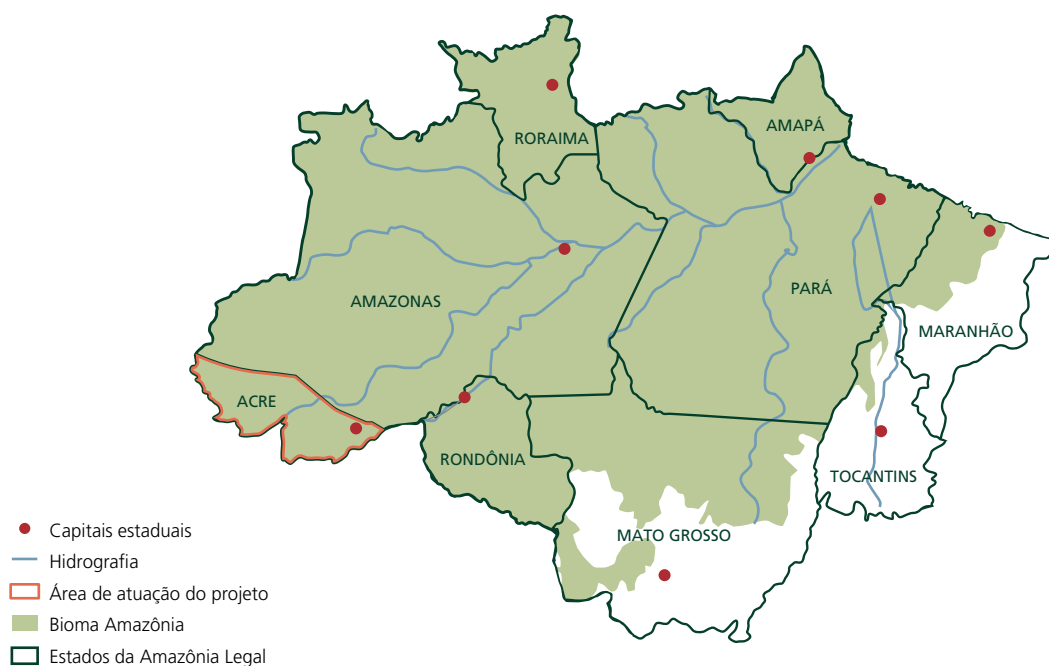
R\$ 97.814.173,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 97.814.173,00

Prazo de utilização (desembolso)

11.4.2027



Contextualização

Pertencente ao bioma Amazônia, o Acre mantém aproximadamente 85% de área de floresta em seu território, com cerca de 2,4 milhões de hectares desmatados, sendo o quarto estado da Amazônia Legal com maior proporção de área com floresta. Tem a sexta maior taxa de desmatamento acumulado da região, apresentando tendência de crescimento entre 2018 e 2021, com média anual de 680,25 km² no período, valor 126% maior que o do período de 2014 a 2017.

Em 2022, houve uma queda de 5,5% na área desmatada, tendência mantida em 2023. Até novembro de 2023, a área desmatada foi de 597 km², o que projeta uma queda de cerca de 18% em relação ao ano anterior.

Apesar da retomada da redução das taxas de desmatamento, a pressão sobre a cobertura vegetal permanece, e o histórico do desmatamento no Acre revela variações na dinâmica e nos padrões de alteração da cobertura do solo. A maioria dos desmatamentos foi realizada em áreas médias, que são transformadas em áreas de pastagens para criação de gado e produção agrícola, e em áreas pequenas, confirmando o padrão de pequenos desmates, reflexo do manejo tradicional dos recursos naturais, com a realização da broca (remoção da vegetação) de pequenas áreas de floresta para renovar as áreas de produção (roçados) nas pequenas propriedades e no sistema de agricultura familiar.

Vale destacar também os impactos dos crimes ambientais, que têm mudado suas características na região, com potencial para aumento nas taxas de desmatamento em áreas vulneráveis como unidades de conservação estaduais e federais, projetos de assentamentos, glebas federais e terras indígenas.

O projeto

Composto de 15 produtos distribuídos por cinco componentes, o projeto será executado por nove instituições da administração estadual, e cada uma delas será responsável pela execução de um ou mais produtos listados abaixo.

i. Monitoramento e controle:

- Integração dos sistemas estaduais de monitoramento, fiscalização e licenciamento.
- Automação e integração do sistema de apuração de infrações.
- Implantação de plataforma digital para gestão das UCs estaduais.
- Fortalecimento do Batalhão de Policiamento Ambiental.
- Fortalecimento do patrulhamento aéreo e de fronteira.
- Fortalecimento do combate às queimadas e aos incêndios florestais pelo Corpo de Bombeiros.

ii. Ordenamento territorial:

- Modernização do sistema de licenciamento ambiental das atividades florestais.
- Atualização e execução dos planos de vigilância das terras indígenas do Acre.
- Geocadastro de áreas para fins de regularização fundiária.
- Modernização da base de dados fundiária do estado do Acre.
- Atualização e integração do “ZEE Vivo” a outras plataformas do estado do Acre.

iii. Produção sustentável:

- Elaboração e implantação dos projetos de recomposição de áreas (PRA).
- Monitoramento do PRA pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

iv. Inventário de emissões e remoção de GEE:

- Atualização do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (IGEE) do estado dos principais setores de produção (período base 2018 a 2022).

v. Estrutura de gestão do projeto.

Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1), “monitoramento e controle” (2) e “ordenamento territorial” (3) do Fundo Amazônia, contribuindo para os seguintes efeitos diretos: “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica” (1.4); “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas” (2.1); “acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades” (2.2); “áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada (3.2); “áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas” (3.3); e “áreas de terras com organização do território definida por meio do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas” (3.4).





ANEXOS



Anexo 1 – Auditoria financeira



Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balanços patrimoniais | 6 |
| Demonstrações dos resultados | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do
Fundo Amazônia
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho das suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

3



Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na NBC TG 26, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

4




- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Thiago de Barros Albuquerque
Contador CRC RJ 115847/O-1

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

5

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

| | Nota explicativa | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------------|------------------|------------------|
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 5.831.384 | 4.542.783 |
| Despesas antecipadas | 5 | 120.171 | 91.891 |
| Total do Ativo | | 5.951.555 | 4.634.674 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Recursos a destinar a projetos | 6 | 5.831.384 | 4.542.783 |
| Recursos de custeio | 7 | 120.171 | 91.891 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Superávit/(déficit) acumulado | | - | - |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 5.951.555 | 4.634.674 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 2024 | 2023 |
|--|---------------------|-----------|-----------|
| RECEITAS | | | |
| Receitas de doações para investimentos | 6 | 203.592 | 48.088 |
| Receitas financeiras | 4 | 531.919 | 511.576 |
| Receitas de doações para custeio | 7 | 1.419 | 1.213 |
| DESPESAS | | | |
| Despesas com doações para investimentos | 6 | (203.592) | (48.088) |
| Despesas com remuneração de recursos de projetos | 6 | (531.919) | (511.576) |
| Despesas administrativas | 8 | (1.419) | (1.213) |
| SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

| | Superávit/ (Déficit) acumulado |
|--|--------------------------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | - |
| Superávit/(Déficit) do exercício de 2023 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | - |
| Superávit/(Déficit) do exercício de 2024 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

| | Nota Explicativa | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | |
| Recursos Recebidos | | | |
| Recursos recebidos Doações | 4 / 6 | 989.973 | 149.560 |
| Recursos recebidos retidos - (3%) | 7 | (29.699) | (4.488) |
| Destinação de recursos para projetos | 6 | (203.592) | (48.088) |
| Rendimentos financeiros | 4 | 531.919 | 511.576 |
| (=) Caixa Líquido (Consumido) / Gerado pelas Atividades Operacionais | | 1.288.601 | 608.590 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 4.542.783 | 3.934.193 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 4 | 5.831.384 | 4.542.783 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia foi criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, dando início às suas atividades operacionais no segundo semestre de 2009, tendo por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 6.565/2008, 8.773/2016, 10.223/2020 e 11.368/2023.

De acordo com o decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, o Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

A gestão e administração do Fundo Amazônia são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como incumbência, dentre outras, a captação de recursos, a contratação e o monitoramento dos projetos e ações apoiados, além da atuação como representante judicial. A governança do Fundo Amazônia foi estabelecida pelo Decreto nº 6.527/2008, instaurando um Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA e um Comitê Técnico do Fundo Amazônia – CTFA. Em 01 de janeiro de 2023 a governança do Fundo foi reestabelecida por meio do Decreto nº 11.368/2023, com a recriação do COFA ainda em 2023 e em abril de 2024 ocorreu a retomada de reunião do CTFA.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, registradas como "Caixa e equivalentes de caixa" e mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

b) Moeda Funcional

O Administrador concluiu que o real é a moeda funcional do Fundo.

c) Aprovação para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 21 de maio de 2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata em três fundos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, que possuem carteira de investimento conservadora com baixo risco de variação no valor de mercado dos investimentos. Os rendimentos das aplicações feitas junto à BB DTVM estão vinculados à variação da cota dos fundos investidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

3.2 Recursos a destinar a projetos

Referem-se ao saldo ainda não destinado de doações recebidas, incluindo os rendimentos oriundos da aplicação desses recursos.

Conforme o Decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Esses valores são registrados no passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto, de modo que não resultam em aumento ou redução do patrimônio líquido, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

FUNDO AMAZÔNIA

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A receita de custeio referente aos 3% das doações é contabilizada como "Recursos para Custeio", sendo a receita reconhecida conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. O registro da transferência dos 3% para o BNDES é apresentado como "Despesas Antecipadas" e apropriado como "Despesa Administrativa" conforme a utilização pelo BNDES.

3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pelo método direto na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades operacionais, tendo em vista que o Fundo atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------------|------------------|
| Aplicação financeira junto ao Administrador (*) | 5.831.384 | 4.542.783 |
| TOTAL | 5.831.384 | 4.542.783 |

(*) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao: a) fundo de investimento BB Gaia Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia FIRF"), que possui portfólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro, operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais; b) BB Gaia II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia II FIC FIRF"), que concentra, no mínimo, 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF, e; c) BB Gaia III Renda Fixa Fundo de Investimentos em cotas de FIF Responsabilidade Ltda. ("BB Gaia III FIC FIRF"), que concentra 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF. Todos os fundos possuem cláusula de liquidez diária.

Conforme o Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o percentual de 97% das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos, enquanto não direcionados a projetos, são aplicados pelo BNDES nos fundos exclusivos supracitados, administrados e geridos pela BB DTVM, sendo remunerados com base no índice de rendimento de cada um deles.

Adicionalmente, o fundo exclusivo BB Gaia II FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 832/2012, que determinou a segregação contábil dos valores captados de fontes públicas brasileiras, os quais não podem ser destinados a projetos executados pela União Federal.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Em dezembro de 2023, o fundo exclusivo BB III FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 004/2023.

Até dezembro de 2024, o total de receitas financeiras das aplicações do Fundo Amazônia desde o seu início somaram R\$ 3.195.105 (R\$ 2.663.186 até dezembro de 2023).

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

| 31/12/2024 | | | | | |
|---|-----------|----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| | Total | Recursos para projetos (Gaia FI) | Recursos para projetos (Gaia II FIC) | Recursos para projetos (Gaia III FIC) | Recursos para custeio |
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | 4.542.783 | 4.500.049 | 28.221 | 14.513 | - |
| Rendimentos | 531.919 | 517.224 | 3.020 | 11.675 | - |
| Recursos retidos pelo BNDES (3%) | (29.699) | - | - | - | (29.699) |
| Recursos liberados | (203.592) | (203.592) | - | - | - |
| Doações Recebidas | 989.973 | 692.091 | - | 268.183 | - |
| Ministério Norueguês de Relações Exteriores | 282.533 | 274.057 | - | - | 8.476 |
| KFW | 88.614 | 85.956 | - | - | 2.658 |
| Governo dos Estados Unidos | 276.477 | - | - | 268.183 | 8.294 |
| Governo do Reino Unido | 283.961 | 275.442 | - | - | 8.519 |
| Governo do Japão | 14.943 | 14.495 | - | - | 448 |
| Governo da Dinamarca | 43.445 | 42.142 | - | - | 1.303 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 5.831.384 | 5.505.772 | 31.241 | 294.371 | - |

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

| 31/12/2023 | | | | | |
|----------------------------------|-----------|----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| | Total | Recursos para projetos (Gaia FI) | Recursos para projetos (Gaia II FIC) | Recursos para projetos (Gaia III FIC) | Recursos para custeio |
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 3.934.193 | 3.909.188 | 25.005 | - | - |
| Rendimentos | 511.578 | 508.305 | 3.216 | 55 | |
| Recursos retidos pelo BNDES (3%) | (4.488) | - | - | - | (4.488) |
| Recursos liberados | (48.088) | (48.088) | - | - | - |
| Doações Recebidas | 149.590 | 130.644 | - | 14.458 | 4.488 |
| KFW | 108.555 | 103.358 | - | - | 3.197 |
| Governo da Suíça | 28.130 | 27.286 | - | - | 844 |
| Governo dos Estados Unidos | 14.905 | - | - | 14.458 | 447 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 4.542.783 | 4.500.049 | 28.221 | 14.513 | - |

5. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesas antecipadas é composto pelo equivalente a 3% do valor das doações, retido pelo BNDES para cobertura dos custos operacionais do Fundo Amazônia, líquido dos valores reconhecidos como "Despesas administrativas" no Fundo Amazônia de acordo com a utilização pelo BNDES.

6. RECURSOS A DESTINAR A PROJETOS

O saldo de recursos de projetos se destina a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia. O montante de doações recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é proveniente dos seguintes doadores: (i) Ministério Norueguês de Relações Exteriores, (ii) KFW, (iii) Governo dos Estados Unidos da América, (iv) Governo do Japão, (v) Governo da Dinamarca e (vi) Governo do Reino Unido.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|------------|------------|
| Saldo no início do exercício | 4.542.783 | 3.934.193 |
| Rendimentos | 531.919 | 511.578 |
| Recursos liberados | (203.592) | (48.088) |
| Doações recebidas (*) | 960.274 | 145.102 |
| Saldo no final do exercício | 5.831.384 | 4.542.783 |

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

(*) Valor líquido da parcela de 3% destinada à cobertura de custos (vide nota 4).

O montante de R\$ 203.592 (R\$ 48.088 em 31/12/2023) está registrado em conta de resultado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimentos", anulando-se pelo fato de o Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2024, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

| Até 31/12/2024 | | | |
|---|--------------------------|----------------------------|------------------|
| Doador | Recursos para custeio 3% | Recursos para projetos 97% | Total 100% |
| Ministério Norueguês de Relações Exteriores | 104.078 | 3.385.174 | 3.489.252 |
| KFW | 11.636 | 376.223 | 387.859 |
| Petrobras | 518 | 16.767 | 17.285 |
| Governo da Suíça | 844 | 27.286 | 28.130 |
| Governo dos Estados Unidos da América | 8.741 | 282.641 | 291.382 |
| Governo do Reino Unido | 8.519 | 275.442 | 283.961 |
| Governo do Japão | 448 | 14.495 | 14.943 |
| Governo da Dinamarca | 1.303 | 42.142 | 43.445 |
| Total | 136.087 | 4.400.170 | 4.536.257 |

| Até 31/12/2023 | | | |
|---|--------------------------|----------------------------|------------------|
| Doador | Recursos para custeio 3% | Recursos para projetos 97% | Total 100% |
| Ministério Norueguês de Relações Exteriores | 95.601 | 3.091.119 | 3.186.720 |
| KFW | 8.977 | 290.268 | 299.245 |
| Petrobras | 518 | 16.767 | 17.285 |
| Governo da Suíça | 844 | 27.286 | 28.130 |
| Governo dos Estados Unidos da América | 447 | 14.458 | 14.905 |
| Total | 106.387 | 3.439.898 | 3.546.285 |

7. RECURSOS DE CUSTEIO

O saldo de recursos de custeio refere-se à parcela da doação (3%) retida pelo BNDES ainda não reconhecida como "Receita de doação". O reconhecimento da receita de doação ocorre conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. Em 31 de dezembro de 2024, foi destinado o montante de R\$ 29.699

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

(R\$ 4.488 em 31 de dezembro de 2023) para custeio referentes a 3% do total de recurso recebidos de doações no valor de R\$ 989.973 (R\$ 149.560 em 31 de dezembro de 2023).

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa administrativa o montante de R\$ 1.419 (R\$ 1.213 em 31/12/2023), sendo as mais relevantes: publicidade, viagens e diárias, seminários e eventos e serviços de auditoria.

9. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo Amazônia são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas na contabilidade do BNDES.

PIS e COFINS

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, com redação dada pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, ficam isentas da incidência da Contribuição para o PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSLL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta nº 59 SRRF07/Disit, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal. O mesmo ocorre em relação ao resultado financeiro proveniente das aplicações em fundos de investimento.

10. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "Caixa e equivalentes de caixa" (conforme Nota Explicativa nº 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, o BNDES retém a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 5 "Despesas antecipadas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo Amazônia é composto por superávit/(déficit) dos exercícios.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Fundo não apresenta riscos significativos de crédito, liquidez, mercado e operacional, pois possui operações muito limitadas. O Fundo tem concentração de risco de crédito com seu Administrador (fundos investidos) conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os valores contábeis representam o montante do risco de crédito do Fundo Conforme Nota Explicativa nº 1, os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Helena Tenório Veiga de Almeida

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Alexandre Correa Abreu

Maria Fernanda Ramos Coelho

Luciana Aparecida da Costa

Walter Baère de Araújo Filho

José Luis Pinho Leite Gordon

Nelson Henrique Barbosa Filho

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva
Contador - CRC-RJ-097092 / O-9



Fundo Amazônia

Carta dos auditores independentes
sobre a não observação de deficiências
nos controles internos para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Maio de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Carta dos auditores independentes sobre a não observação de deficiências nos controles internos

Ao
Acionista e aos diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Rio de Janeiro - RJ

21 de maio de 2025

Prezados senhores:

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conduzindo nossos trabalhos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1), e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras em 21 de maio de 2025, sem modificação.

Em nosso exame, selecionamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e informações apresentadas nas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento da entidade e do seu ambiente, o que inclui o controle interno do Fundo, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações financeiras podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51). Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Assim, não expressamos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos do Fundo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Administrador do Fundo, de acordo com o Decreto 6.527, de 1º de janeiro de 2008, artigo 1º, parágrafo 5º, é responsável pelos controles internos por ele determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

2



A definição de "Controle interno", no contexto das normas de auditoria, significa o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos do Fundo no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Uma deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações financeiras; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações financeiras, não necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos do Fundo Amazônia.

Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 21 de maio de 2025; não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data. Os procedimentos de auditoria não foram conduzidos com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Fundo e por isso não emitimos tal opinião. Além disso, não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.

No contexto acima descrito, informamos que os nossos procedimentos de auditoria não identificaram deficiências ou ineficácias de controles a serem reportadas a V.Sas. Não obstante, para fins de cumprimento de suas responsabilidades na administração do Fundo Amazônia, V.Sas. devem observar que podem existir deficiências ou ineficácias nos controles internos, não endereçadas ou identificadas em nossos trabalhos.


Esta carta é emitida para uso exclusivo da Administração do Fundo e para cumprimento das normas regulamentares existentes, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelos órgãos governamentais de fiscalização e controle, as quais o Fundo está sujeito, não devendo ser utilizada ou publicada, no todo ou em parte, para nenhum outro propósito sem o nosso consentimento formal.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários e subscrevemo-nos.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2025

Atenciosamente,

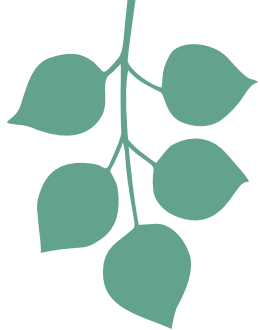
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Thiago de Barros Albuquerque
Contador CRC RJ-115847/O-1

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

3



Anexo 2 – Visão estratégica para as diretrizes e focos para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia

Julho de 2023 a julho de 2025

Última atualização em 25.7.2023

Para alcançar o compromisso com o desmatamento zero até 2030, foi assinado e publicado o Decreto Federal nº 11.367/2023 que criou a Comissão Interministerial de Controle do Desmatamento, responsável por coordenar as ações do Governo Federal em todos os seis biomas terrestres do país. O mesmo decreto instituiu as SubComissões para elaboração dos Planos de Prevenção e Controle dos desmatamentos da Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado), biomas cujas taxas de desmatamento cresceram substancialmente nos últimos anos.

O documento desta 5ª fase do PPCDAm apresenta uma análise aprofundada dos principais vetores do desmatamento indicando novas tendências, com destaque para:

- interiorização do desmatamento, com invasão de terras públicas;
- reconcentração do desmatamento em grandes áreas contíguas;
- redução da capacidade da governança em terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos;
- intensificação do desmatamento ilegal nas cadeias produtivas; e
- aumento da degradação florestal.

O Fundo Amazônia, no contexto das novas diretrizes e focos do biênio, irá desempenhar um papel central no apoio às ações necessárias à reversão das novas tendências de desmatamento identificadas pelo Plano. Considerando o diagnóstico feito e os desafios identificados para a reversão da curva de crescimento dos desmatamentos na Amazônia, consideram-se estratégicos para essa nova fase do Fundo Amazônia a indução e o incentivo aos investimentos voltados para:

- promover investimentos em modelos econômicos sustentáveis que viabilizem a inclusão socioproductiva de agricultores familiares, povos indígenas, assentados e populações tradicionais, que sejam alternativa ao modelo econômico predatório presente em territórios específicos da região;
- investimentos nas cadeias do manejo e da restauração agroflorestal em escala com fortalecimento das cadeias de valor correspondentes, estimulando a inovação e o desenvolvimento de negócios associados à bioeconomia;

- fortalecimento da governança ambiental no nível regional e local com a promoção de regularização fundiária e ambiental nos termos da lei vigente em áreas consideradas críticas pelo governo federal e cujos poderes locais e regionais assumam compromissos formais com as metas de redução e controle dos desmatamentos compatíveis com o PPCDAm;
- a destinação de florestas públicas para conservação e uso sustentável;
- o aprimoramento das capacidades de prevenção e controle do desmatamento e incêndios na vegetação nativa e responsabilização por crimes e infrações ambientais;
- o aprimoramento da capacidade de avaliação e análise de investimentos em obras e iniciativas de impacto ambiental, bem como para o planejamento de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável;
- elaboração de análises e propostas de desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos normativos e econômicos para a transição ecológica;
- investimentos estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação para potencializar os itens citados acima.

Nesse sentido, e considerando os eixos estruturantes do PPCDAm¹ são considerados temas prioritários para atuação do Fundo Amazônia nessa próxima fase:

- Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e Agricultura familiar: promover a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal por meio do investimento em infraestrutura social e produtiva que beneficie diretamente os povos e populações tradicionais. No sentido de garantir a integridade e qualidade de vida das populações que mantêm a floresta em pé e promovem a conservação e uso sustentável da biodiversidade, também poderão ser apoiados investimentos em educação, saneamento, comunicação, aquisição de produtos da sociobiodiversidade e demais ações para o aumento de capacidade produtiva e de escoamento de produção.
- Florestas públicas: avançar na destinação para conservação, recuperação e uso sustentável e nos investimentos para fortalecer a governança e a integração das áreas produtivas na socioeconômica local e regional.
- Cadastro Ambiental Rural (CAR): dado que há um percentual expressivo dos desmatamentos na Amazônia em imóveis registrados no CAR, é fundamental investir no resgate do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) para garantir um maior controle e melhor monitoramento dos desmatamentos ilegais e legais no nível dos imóveis rurais e avançar na sua implementação para orientar políticas positivas relevantes como o apoio a implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAS), crédito rural, instrumentos econômicos com

¹ (1) Atividades Produtivas Sustentáveis; (2) Monitoramento e Controle Ambiental; (3) Ordenamento Fundiário e Territorial; e (4) Instrumentos Normativos e Econômicos

pagamento por serviços ambientais, programas jurisdicionais de Redd+² e projetos de larga escala compatíveis com a estratégia nacional de Redd (ENRedd), que visam beneficiar povos e populações tradicionais e agricultores familiares.

- Estados e municípios: promover a governança ambiental do uso do solo, com o desenvolvimento de um conjunto de ações que fortaleçam as capacidades de monitoramento e controle dos desmatamentos, regularização ambiental e fundiária e mobilização da sociedade local para desenvolvimento de compromissos locais com metas de redução de desmatamento e degradação florestal, e a criação de zonas ou municípios livres de desmatamento ilegal na Amazônia, agregando valor à produção agropecuária e florestal consolidada.
- Regularização fundiária e ambiental: em municípios e regiões críticas de desmatamento e degradação florestal, incentivar ações junto aos agricultores familiares que visem sua integração às cadeias produtivas agroflorestais, com rastreabilidade dos produtos agropecuários e florestais e controle de origem livre de desmatamento, inclusive incentivando com recursos e assistência técnica a cadeia da restauração agroflorestal, como uma opção produtiva para geração de emprego e renda, além de qualidade agroambiental.
- Atividades produtivas sustentáveis: apoio por meio da promoção de oportunidades e instrumentos econômicos que auxiliem na redução do desmatamento ilegal.

O Fundo Amazônia deve, portanto, ser um promotor de transformação socioambiental de médio e longo prazo na Amazônia atuando desde o apoio às ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento e da degradação da vegetação nativa à promoção da conservação e do uso sustentável da região, promovendo a transição econômica com vistas a um ciclo de prosperidade de base sustentável e duradoura para a melhoria da condição e dos indicadores de qualidade de vida de sua população. Somam-se a esse contexto os esforços concentrados necessários à realização da COP30 a ser realizada em Belém em 2025.



² Programas nacional e estaduais que remuneram a redução das emissões de gases de efeito estufa relativas a uso do solo baseada em resultados comprovados e documentados de redução de desmatamento e degradação florestal alinhados com as metas, normas e estratégia nacional de Redd (ENRedd) e coerentes com a Contribuição Nacional Determinada (NDC) oficial brasileira.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia legal

Última atualização em 11.6.2024

O que pode ser apoiado

Temas de atuação na Amazônia Legal

O Fundo Amazônia - conforme estabelecido no Decreto nº 6527/2008 e alterações posteriores – apoia projetos nas seguintes áreas temáticas:

- a. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- b. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- c. manejo florestal sustentável;
- d. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- e. Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- f. conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- g. recuperação de áreas desmatadas.

Coerência com o PPCDAm

O Projeto deve demonstrar clara coerência e alinhamento com ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm.

Coerência com a ENREDD+

O Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal – ENREDD+.

Observância às Salvaguardas de REDD+

O Projeto deve demonstrar cumprimento às salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16), bem como à Resolução CONAREDD+ nº 9, de 7 de dezembro de 2017, que adota a interpretação das salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro, ou Resolução posterior que venha a substituí-la. Tais documentos objetivam garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Foco territorial

Deverão ter preferência projetos que apoiem ações nos municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia, elencados na listagem instituída pelo Decreto nº 6.321/2007, e suas atualizações e normas derivadas.

Aderência a outras políticas públicas

Quando cabível, o projeto deve demonstrar clara coerência com políticas públicas relacionadas, como:

- a. Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento – PPCDs
- b. Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG
- c. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena – PNGATI
- d. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP
- e. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB
- f. Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – PNPSA
- g. Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade – Decreto 5092/2004 e Portarias MMA regulamentadoras

Focos temáticos do biênio julho 2023 - julho 2025

Nos itens a seguir são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio julho de 2023 a julho de 2025 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até julho de 2025, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação dos novos focos.

Amazônia Legal - eixo fomento às atividades produtivas sustentáveis

Bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade

Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais, turismo sustentável e assistência técnica para essas atividades. Será dada prioridade para o apoio a projetos que têm como público-alvo a agricultura familiar, os povos indígenas e povos e comunidade tradicionais.

Recuperação e recomposição de áreas degradadas e alteradas

Apoio à implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG, especialmente:

- a. recomposição de áreas degradadas e alteradas de pequenas propriedades ou posses rurais de até 4 módulos fiscais, com priorização de implementação de PRADAs;

- b. recuperação ambiental em unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas, assentamentos e territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Amazônia Legal - eixo monitoramento e controle

Fiscalização e combate a crimes e infrações ambientais relacionados à dinâmica do desmatamento e degradação florestal

Promoção da fiscalização, investigação e combate a crimes e infrações ambientais diretamente relacionados à dinâmica do desmatamento e degradação florestal, incluindo o apoio a:

- a. aumento da capacidade de fiscalização presencial e remota, de investigação e de combate dos governos federal e estaduais, incluindo apoio à destinação de bens apreendidos;
- b. integração dos sistemas estaduais de inteligência e fiscalização aos sistemas federais;
- c. ações integradas de controle e fiscalização ambiental, fiscal, financeira, sanitária e fundiária e de crimes e infrações conexos ao desmatamento e à degradação florestal envolvendo órgãos públicos das três esferas de governo;
- d. informatização integrada dos dados de fiscalização e de gestão florestal estaduais ao SINAFLO, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo;
- e. ações governamentais de monitoramento, rastreabilidade e controle de irregularidades e ilegalidades das cadeias de mineração, agropecuária e madeira;
- f. estruturação de sistemas públicos de monitoramento da implementação das políticas de controle do desmatamento e degradação florestal, incluindo avaliação de impacto; e
- g. implementação de planos de combate a ilícitos e infrações ambientais relacionados à dinâmica do desmatamento e degradação florestal.

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, por meio do apoio a:

- a. inscrição e retificação do CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais), assentamentos, terras indígenas e quilombolas e territórios dos povos e comunidades tradicionais;
- b. análise do CAR;
- c. elaboração e implementação dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (PRADAs) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais), assentamentos, terras indígenas e quilombolas e territórios dos povos e comunidades tradicionais;
- d. estruturação e implementação dos Programas de Regularização Ambiental dos estados (PRAs) e das Cotas de Reserva Ambiental (CRAs);

- e. estruturação e operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais;
- f. desenvolvimento de módulos de análise do CAR e monitoramento do PRA adaptados às especificidades da gestão ambiental estadual, incluindo a inserção de autorizações de desmatamento concedidas e autuações e embargos aplicados; e
- g. integração do CAR a outros sistemas públicos que contribuam para a prevenção e o controle do desmatamento e da degradação florestal.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de cooperação com os estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável e as normas estabelecidas pelo governo federal, sendo possível o apoio por meio de outros parceiros.

Prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais

Apoio a:

- a. ações de prevenção e combate a incêndios florestais, apresentadas por órgãos governamentais das três esferas de governo ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas;
- b. implementação do manejo integrado do fogo, por órgãos governamentais ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas;
- c. integração das informações sobre autorizações de queimadas emitidas pelos estados com o Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo – Sisfogo;
- d. fortalecimento da capacidade de responsabilização administrativa, civil e criminal dos causadores de incêndios.

Aprimoramento e fortalecimento do monitoramento da cobertura vegetal

Apoio ao aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento do desmatamento, da dinâmica da mudança do uso da terra, da degradação florestal, das queimadas e da recuperação da vegetação nativa na Amazônia Legal.

Amazônia Legal – eixo ordenamento fundiário e territorial

Regularização fundiária

Apoio à regularização fundiária de terras públicas, por meio do apoio à implementação de sistemas públicos unificados, integração de sistemas, aprimoramento dos controles, integração de bases fundiárias e cartoriais, destinação de terras públicas e mutirões de regularização fundiária e ambiental, além de apoio a estudos prévios para ordenamento e regularização fundiária, entre outros.

Planejamento territorial

Apoio à elaboração, à revisão e ao detalhamento do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) que impliquem aumento das áreas protegidas/preservadas e redução do desmatamento, contemplando ações de capacitação de gestores e técnicos governamentais e da sociedade civil e à formulação de planos de ação que prevejam a aplicação do ZEE em outros instrumentos de políticas públicas, como o Plano Plurianual, os Programas de Regularização Ambiental, zoneamentos ambientais locais, licenciamento ambiental, a concessão de crédito rural e a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

Apoio à implantação de instrumentos de ordenamento, gestão e governança territorial (nacional, regional e local) em áreas críticas de desmatamento e degradação florestal, como os mosaicos e corredores de biodiversidade.

Apoio à atualização periódica das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade, conforme previsto no Decreto 5092/2004.

Apoio a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Apoio aos povos indígenas, quilombolas, e aos povos e comunidades tradicionais com ações intersetoriais, inclusive no que se refere à segurança alimentar, saúde, cultura, educação, saneamento, energia, entre outros.

Apoio à elaboração e implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e de outras populações tradicionais em territórios da sociobiodiversidade.

Apoio à saúde indígena de forma integral, incluindo o atendimento fora de Terras Indígenas, como forma de manutenção dos modos de vida dos povos originários.

Áreas protegidas

Apoio à criação, reconhecimento e consolidação de áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas, terras quilombolas e de outras populações tradicionais).

Apoio à formação de corredores ecológicos, conectando terras públicas e privadas, por meio, entre outros, de:

- a. criação de unidades de conservação;
- b. aprimoramento da gestão ambiental e territorial de áreas protegidas, inclusive áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal e de uso restrito;
- c. recuperação de áreas degradadas;
- d. formalização dos acordos para manutenção dos corredores;
- e. formação e implantação de mosaicos de áreas protegidas.

Apoio à recuperação e à manutenção de áreas prioritárias para gestão de unidades de conservação em zonas de amortecimento e para a gestão e proteção ambiental no interior e entorno de terras indígenas, ressalvado que o apoio estará limitado a pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais).

Assentamentos

Apoio à regularização ambiental e fundiária dos assentamentos.

Amazônia legal – eixo ciência, inovação e instrumentos econômicos

Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I)

Fomento às atividades produtivas sustentáveis

Apoio à pesquisa científica e tecnológica aplicável às cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, para o desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços e tecnologias sociais.

Monitoramento e Controle e Ordenamento Fundiário e Territorial

Apoio ao desenvolvimento, integração, implementação e/ou aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento do uso e cobertura da terra, de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração, das queimadas e de geração de dados e informações sobre as florestas e os estoques de carbono florestal que tenham como objetivo subsidiar políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e degradação florestal e a mensuração das emissões de GEE relacionadas ao setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, sendo considerado prioritários aqueles voltados ao aprimoramento técnico das submissões de REDD+ feitas pelo Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e cobertura da terra e/ou ao ordenamento fundiário e territorial, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

Apoio ao desenvolvimento de métodos para avaliação do impacto indireto de grandes obras de infraestrutura no desmatamento, de forma a contribuir para o alinhamento dos planos setoriais de infraestrutura com a meta de desmatamento zero até 2030.

Instrumentos econômicos

Promoção das políticas de compras públicas

Apoio às políticas de compras públicas dos produtos originários de manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, visando dar-lhes sustentação e maior escala, tendo como prioridade projetos com apoio à agricultura familiar, aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Instrumentos econômicos e financeiros voltados à bioeconomia da floresta e da sociobiodiversidade

Apoio à estruturação e aporte de recursos em instrumentos econômicos e financeiros inovadores destinados à estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo fundos rotativos comunitários, negócios e investimentos de impacto, estruturas financeiras híbridas, entre outros.

Como pode ser apoiado

Modalidades operacionais

Projeto Estruturante

É aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- a. contribua para a implementação de uma política pública;
- b. apresente estratégia de resolução em relação à situação problema;
- c. demonstre potencial de impactos positivos duradouros e significativos;
- d. tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

No que diz respeito ao setor público, os projetos estruturantes poderão ser apresentados pela administração pública direta e indireta federal e estadual.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando as ações do projeto abrangerem uma área geográfica significativa, seja ela composta por um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

O apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na modalidade Projeto Estruturante, tanto no que diz respeito às ações de fomento às atividades produtivas sustentáveis quanto no que diz respeito às ações de Monitoramento e Controle e Ordenamento Fundiário e Territorial, deverá ter por objetivo subsidiar a formulação ou implementação de políticas públicas, e contar com a anuência e/ou a formalização de instrumentos de cooperação com o(s) órgão(s) responsável(is) pela política pública, a depender da natureza das atividades a serem realizadas.

De forma a acelerar a elaboração e análise dos projetos, o Fundo Amazônia irá disponibilizar módulos com estrutura padrão para áreas temáticas específicas, contendo um conjunto de ações e diretrizes orçamentárias a serem observadas. O proponente poderá definir a escala de implementação e combinar os módulos de diferentes áreas temáticas de modo a compor o projeto.

Chamada Pública Fundo Amazônia

Projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES).

Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores

Apoio a organizações da sociedade civil e administração pública direta e indireta federal, estaduais e municipais, para que estas promovam chamadas públicas de projetos, atuando como aglutinadores de ações de outras instituições, incluindo as de menor

porte. Tais instituições aglutinadoras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas.

Soluções Inovadoras

As modalidades operacionais aqui descritas não excluem a possibilidade de operacionalização dos recursos do Fundo Amazônia por meio de soluções inovadoras, incluindo novos instrumentos financeiros e econômicos, programas, produtos e prêmios, observadas as Políticas Operacionais e normativos internos do BNDES, as quais deverão ser oportunamente apresentadas ao COFA.

Valores dos projetos

O valor do apoio do Fundo Amazônia para cada projeto contratado será de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O valor máximo para cada projeto, ao ser protocolado, não deverá ultrapassar R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões). Destaque-se que essa limitação de valor máximo não se aplica ao valor total de projetos nas modalidades de Chamada Pública Fundo Amazônia e Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores (2.1).

Requisitos na aplicação de recursos no caso de projetos com fins econômicos

- a. Projeto com fins econômicos deve, necessariamente, demonstrar benefícios públicos e/ou coletivos em favor dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados e/ou agricultores familiares, tais como:
 - Infraestrutura produtiva, serviços e insumos de uso coletivo;
 - Estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
 - Treinamento e capacitação abertos à coletividade;
 - Desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade, sempre que viável;
 - Inovações replicáveis e de aplicação prática;
 - Outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

observado que:

- a.1) No caso de projeto de PD&I, a participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos deve observar os dispositivos previstos na Lei da Inovação e nas leis de acesso ao patrimônio genético e, quando aplicável, ao conhecimento tradicional associado (Lei nº 10.973/2004, Lei nº 10.973/2004 e Lei nº 13.123/2015, respectivos decretos regulamentadores e legislação posterior aplicável);

- a.2) O apoio a Empresas Privadas deverá ocorrer exclusivamente nas modalidades operacionais Chamada Pública Fundo Amazônia, Chamada Pública por Parceiros ou Soluções Inovadoras desenvolvidas pelo BNDES.
- b. A participação máxima do Fundo Amazônia em projetos com fins econômicos é de até 50%. Esse percentual poderá chegar a 100% no caso de projetos de apoio a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados, agricultores familiares e/ou grupos sociais vulneráveis.
- c. No caso de projetos com fins econômicos com a participação de Empresas Privadas, além de gastos que impliquem benefícios diretos a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados e/ou agricultores familiares, também poderão ser apoiados gastos realizados pela Empresa Privada com propósito específico de atender aos objetivos do projeto, sendo vedados investimentos diretos na empresa e custeio de suas atividades.
- d. No caso de projetos com fins econômicos de PD&I desenvolvidos por Instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) em cooperação com Empresas Privadas, além de gastos que impliquem benefícios diretos a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, assentados e/ou agricultores familiares, poderão ser apoiados investimentos realizados em benefício da ICT, desde que com propósito específico de atender aos objetivos do projeto, observadas as disposições constantes do item acima.

Quem pode apresentar propostas

Proponentes e executores

Os projetos para o Fundo Amazônia podem ser apresentados por vários tipos de entidades, sejam órgãos e entidades da administração pública direta e indireta nos três níveis federativos; fundações de direito privado (incluindo as fundações de apoio); associações civis; empresas privadas; cooperativas; e instituições multilaterais.

A administração pública direta e indireta deverá apresentar as principais diretrizes e ações previstas em seus projetos para a Subcomissão Executiva do PPCDAm antes de serem enviados ao BNDES, de modo a permitir o alinhamento e a articulação entre as políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

No caso de Municípios, o apoio se dará via Chamada pública ou por programa específico.

Parcerias

Projeto deve explicitar parcerias e a proposta de arranjo institucional estabelecida, destacando a articulação entre os diversos atores e a estrutura de governança colaborativa.

Intervalo entre contratação e apresentação de novo projeto

Um proponente de projeto que não seja da administração pública direta ou indireta, que já tenha um contrato assinado com Fundo Amazônia para apoio a projeto na moda-

lidade de Projeto Estruturante (2.1), só poderá protocolar novo projeto nesta mesma modalidade após um intervalo mínimo de 12 (doze) meses contados da data da contratação do projeto anterior.

Critério adicional do biênio: condicionantes do apoio aos estados e aos municípios

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado cumulativamente a:

- a. que o estado interessado esteja em processo de implementação do CAR em seu território, com metas e ações voltadas à realização da análise do CAR, prazos para eliminação de cadastros sobrepostos com territórios legalmente protegidos e monitoramento, notificação e responsabilização administrativa nos casos de desmatamento ilegal em imóveis cadastrados no SICAR;
- b. em caso de estados com processo de implementação e consolidação do CAR ainda incipiente, o apoio do Fundo Amazônia deverá ser destinado, prioritariamente, a projetos de implementação e consolidação do CAR no estado;
- c. que o estado interessado esteja integrado ou em processo (com metas definidas) de integração de dados de fiscalização ambiental, de supressão legal da vegetação nativa e manejo florestal ao Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais – SINAFLOR (ou outro sistema definido pelo governo federal) e de dados de embargos de uso do solo (inclusive remotos) ao sistema federal de áreas embargadas.

Deverá ser incluída, nos contratos do Fundo Amazônia com os estados da Amazônia Legal, obrigação contratual prevendo a elaboração ou revisão, caso estejam desatualizados, de seus planos de prevenção e combate ao desmatamento e degradação florestal (PPCDs), bem como obrigação de produzirem e divulgarem anualmente um relatório de monitoramento de seus PPCDs.

O que pode ser financiado (itens apoiáveis)

O Fundo Amazônia pode apoiar os seguintes tipos de despesas de investimento e de custeio:

- a. Obras Civas e Instalações;
- b. Máquinas, Equipamentos e outros bens;
- c. Insumos;
- d. Logística;
- e. Recursos Humanos e Bolsas de Pesquisa;
- f. Consultoria e Prestação de Serviços Especializados;
- g. Serviços de Apoio;
- h. Despesas Administrativas;

- i. Apoios Especiais: categoria para orçamento de ações especiais destinadas aos beneficiários do projeto, que não são passíveis de enquadramento nas demais categorias, tais como recursos reservados para seleção pública de subprojetos, pagamentos por serviços ambientais (PSA), aporte de recursos para fundos rotativos e de impacto socioambiental.

O que não pode ser financiado

Substituição de fontes

Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

Adicionalidade de Recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação deste critério poderão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- Variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior);
- Previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

Pagamentos a agentes públicos

Não poderão ser pagas diárias, salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos no exercício de suas funções públicas – tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias a elas relacionadas.

Dívidas e despesas tributárias não relacionadas ao projeto

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

Indenização

O pagamento de indenizações por desapropriação não é apoiado pelo Fundo Amazônia.

O que deve constar no projeto

Contrapartida

O Projeto deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do Fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto, emendas parlamentares formalmente aprovadas e pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

Publicidade e transparência

Projeto deve contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela Internet.

Indicadores de resultado

Projeto deve definir e mensurar indicadores de resultado diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

Sustentabilidade

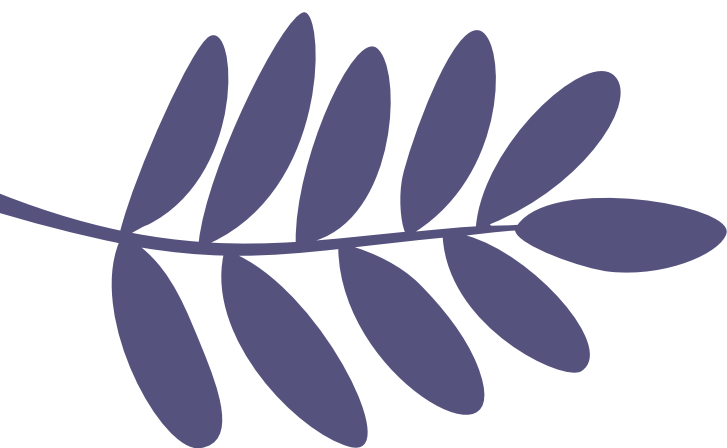
Projeto deve propor estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós implementação.

Consentimento prévio de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Projeto envolvendo povos indígenas e povos e comunidades tradicionais deve identificar quais comunidades serão envolvidas e comprovar o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.

Regra de transição

Os Projetos serão analisados pelo BNDES considerando as regras vigentes à época do seu protocolo.



Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia fora da Amazônia Legal

Última atualização em 11.6.2024

Preâmbulo

O Fundo Amazônia - conforme estabelecido no Decreto nº 6527/2008 – pode utilizar até 20% (vinte por cento) dos seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Apoio no Brasil, mas fora da Amazônia Legal

O que pode ser apoiado

Temas de atuação no Brasil, mas fora da Amazônia Legal

Escopo

Desenvolvimento de sistemas de uso público de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros. Nesse sentido, projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR), de integração dos dados de gestão florestal estaduais e municipais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO (ou outro indicado pelo governo federal) e integração de dados de fiscalização devem ser considerados necessariamente como parte dos sistemas de controle ambiental.

Base Territorial

Projetos devem abordar prioritariamente o monitoramento da vegetação de um bioma por completo e sistemas de controle e considerar os municípios prioritários para controle de desmatamento nos respectivos biomas, quando houver normativos específicos emitidos pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Coerência com a ENREDD+

Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal – ENREDD+.

Observância às Salvaguardas de REDD+

O Projeto deve demonstrar cumprimento às salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16), bem como a Resolução CONAREDD+ nº 9, de 7 de dezembro de 2017, que adota a interpretação das salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro, ou Resolução posterior que venha a substituí-la. Tais documentos objetivam garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de

ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena – PNGATI

Apoio a implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI focado no eixo de Monitoramento e Controle, especialmente no fortalecimento da proteção territorial, no combate ao desmatamento e na recuperação da degradação florestal e ambiental.

Focos temáticos do biênio julho 2023 - julho 2025

Nos itens a seguir são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio julho de 2023 a julho de 2025 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até julho de 2025, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação dos novos focos.

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental

Implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da regularização ambiental, por meio do apoio a:

- a. inscrição e retificação do CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até 4 módulos fiscais), assentamentos, terras indígenas e quilombolas e territórios dos povos e comunidades tradicionais.
- b. análise do CAR;
- c. suporte à integração dos sistemas estaduais e municipais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento;
- d. estruturação e operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais e ações cautelares (embargos do uso do solo) e de responsabilização administrativa por desmatamento e degradação florestal ilegal em imóveis cadastrados no SICAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão necessariamente aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em que os biomas cerrado, caatinga e pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% do seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de cooperação com os estados e municípios, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável e as normas estabelecidas pelo governo federal, sendo possível o apoio por meio de outros parceiros.

Sistemas de uso público de monitoramento do desmatamento

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, considerando ainda a identificação e contabilização das áreas degradadas e com recuperação da vegetação nativa.

Apoio à implementação do Inventário Florestal Nacional e a outras iniciativas que possam contribuir para o aprimoramento das estimativas de emissões e remoções de gases do efeito estufa (GEE), no contexto dos relatos nacionais à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Apoio à proteção e vigilância em terras indígenas e de outras comunidades tradicionais, bem como Unidades de Conservação.

Apoio à informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO (ou outro sistema indicado pelo Governo Federal), inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo, bem como das informações de embargos de uso do solo (inclusive remotos) e de aplicação de autos de infração ambiental.

Apoio prioritário ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de sistemas de uso público de monitoramento e controle dos desmatamentos ilegais e legais com transparência ativa máxima e controle social efetivo, bem como mecanismos públicos e participativos de avaliação periódica dos resultados e sistema de uso público que garanta a distinção entre desmatamentos autorizados e não autorizados.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para Monitoramento e Controle

Apoio ao desenvolvimento, integração, implementação, e/ou aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas, que tenham como objetivo subsidiar políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e as estimativas de emissões e remoções de GEE do setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas.

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e degradação florestal.

Como pode ser apoiado

Modalidades operacionais

Projeto Estruturante

É aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- a. contribua para a implementação de uma política pública;
- b. apresente estratégia de resolução em relação à situação problema;

- c. demonstre potencial de impactos positivos duradouros e significativos;
- d. tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

No que diz respeito ao setor público, os projetos estruturantes poderão ser apresentados pela administração pública direta e indireta federal e estadual.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando as ações do projeto abrangerem uma área geográfica significativa, seja ela composta por um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas. Poderão ser aceitos projetos com foco em apenas um município atendidos critérios e compromissos adicionais acordados com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

O apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na modalidade Projeto Estruturante deverá ter por objetivo subsidiar a formulação ou implementação de políticas públicas, e contar com a anuência e/ou a formalização de instrumentos de cooperação com o(s) órgão(s) responsável(is) pela política pública, a depender da natureza das atividades a serem realizadas.

Chamada Pública Fundo Amazônia

Projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES).

Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores

Apoio a organizações da sociedade civil e administração pública direta e indireta federal e estaduais, para que estas promovam chamadas públicas de projetos, atuando como aglutinadores de ações de outras instituições, incluindo as de menor porte. Tais instituições aglutinadoras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas.

Valores dos projetos

O valor do apoio do Fundo Amazônia para cada projeto contratado será de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O valor máximo para cada projeto, ao ser protocolado, não deverá ultrapassar R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Destaque-se que essa limitação de valor máximo não se aplica ao valor total de projetos nas modalidades de Chamada Pública Fundo Amazônia e Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores (2.1).

Quem pode apresentar propostas

Proponentes e executores

Os projetos para o Fundo Amazônia podem ser apresentados por vários tipos de entidades, sejam órgãos e entidades da administração pública direta e indireta; fundações de

direito privado (incluindo as fundações de apoio); associações civis; empresas privadas; cooperativas; e instituições multilaterais.

No caso de Municípios, o apoio se dará via Chamada pública ou por programa/linha específico.

Caso exista Subcomissão Executiva do Plano de Controle do Desmatamento do Bioma a que se refere o projeto, a administração pública direta e indireta deverá apresentar as principais diretrizes e ações previstas em seus projetos para sua apreciação antes de serem enviados ao BNDES, de modo a permitir o alinhamento e a articulação entre as políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal.

Parcerias

Projeto deve explicitar parcerias e a proposta de arranjo institucional estabelecida, destacando a articulação entre os diversos atores e a estrutura de governança colaborativa.

Intervalo entre contratação e apresentação de novo projeto

Um proponente de projeto que não seja da administração pública direta ou indireta, que já tenha um contrato assinado com Fundo Amazônia para apoio a projeto na modalidade de Projeto Estruturante (2.1), só poderá protocolar novo projeto nesta mesma modalidade após um intervalo mínimo de 12 (doze) meses contados da data da contratação do projeto anterior

Critério adicional do biênio: condicionantes do apoio aos estados

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado a:

- a. que o estado interessado esteja em processo de implementação do CAR em seu território, com metas mensuráveis e ações voltadas à realização da análise do CAR, eliminação de cadastros sobrepostos com territórios legalmente protegido e monitoramento, notificação e responsabilização administrativa nos casos de desmatamento ilegal em imóveis cadastrados no SICAR;
- b. em caso de estados com processo de implementação e consolidação do CAR ainda incipiente, o apoio do Fundo Amazônia deverá ser destinado, prioritariamente, a projetos de implementação e consolidação do CAR no estado;
- c. que o estado interessado esteja integrado ou em processo de integração de dados de fiscalização ambiental e de supressão da vegetação nativa e manejo florestal ao Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais – SINAFLOR (ou outro sistema indicado pelo Governo Federal) e de dados de embargos de uso do solo (inclusive remotos) e outras sanções administrativas ao sistema federal de áreas embargadas.

O que pode ser financiado (itens apoiáveis)

O Fundo Amazônia pode apoiar os seguintes tipos de despesas de investimento e de custeio:

- a. Obras Cíveis e Instalações;
- b. Máquinas, Equipamentos e outros bens;

- c. Insumos;
- d. Logística;
- e. Recursos Humanos e Bolsas de Pesquisa;
- f. Consultoria e Prestação de Serviços Especializados;
- g. Serviços de Apoio;
- h. Despesas Administrativas;
- i. Apoios Especiais.

O que não pode ser financiado

Substituição de fontes

Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

Adicionalidade de Recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação deste critério poderão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- Variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior);
- Previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

Pagamentos a agentes públicos

Não poderão ser pagas diárias, salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos no exercício de suas funções públicas - tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias a elas relacionadas.

Dívidas e despesas tributárias não relacionadas ao projeto

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

Indenização

O pagamento de indenizações por desapropriação não é apoiado pelo Fundo Amazônia.

O que deve constar no projeto

Contrapartida

O Projeto deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do Fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

Publicidade e transparência

Projeto deve contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela Internet.

Indicadores de resultado

Projeto deve definir e mensurar indicadores de resultado diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

Sustentabilidade

Projeto deve propor estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós implementação.

Consentimento prévio de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Projeto envolvendo povos indígenas e povos e comunidades tradicionais deve identificar quais comunidades serão envolvidas e comprovar o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.

Outros pontos observados pelo BNDES

Relevância

Projetos que desenvolvam transparência ativa para segregação de desmatamento legal autorizado e ilegal não autorizado e mecanismos remotos de aplicação de sanções cautelares (embargos remotos de uso de área desmatada ilegal) e responsabilização administrativa com integração de dados com sistema federal (SICAR e sistema de fiscalização do Ibama).

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para a Estratégia Nacional de REDD+.

Escala

Terão prioridade os projetos de sistemas de uso público de monitoramento e controle por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

Regra de transição

Os Projetos serão analisados pelo BNDES considerando as regras vigentes à época do seu protocolo.

Apoio a outros países tropicais

O que pode ser apoiado

Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas governamentais de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento. Esse apoio deverá ocorrer no âmbito de cooperação Sul-Sul com transferência de tecnologia de instituições públicas brasileiras para outros países tropicais.

Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (ex.: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento da cobertura e uso do solo, do desmatamento, da degradação florestal e da recuperação florestal (regeneração e reflorestamentos), com o uso da informação produzida (ex.: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal.

Entende-se por sistemas de controle do desmatamento a elaboração de estratégias nacionais e planos de ação para a redução do desmatamento e degradação florestal, o desenvolvimento de plataformas de mensuração, reporte e verificação dos dados sobre a cobertura florestal, a organização, gestão e disponibilização de informações sobre o processo de supressão da floresta, como planos de manejo, autorizações, licenças, guias de comercialização e transporte e outros documentos de controle florestal. Inclui-se ainda o apoio à criação e aprimoramento de sistemas de rastreabilidade de produtos florestais (definição de metodologias e procedimentos, desenvolvimento de base de dados e sistemas de gestão da informação).

Contribuição para REDD+

Projetos devem contribuir direta ou indiretamente para implementar o instrumento de REDD+, considerando-se também o desenvolvimento de atividades que contribuam para a mensuração, relato e verificação das emissões e GEE.

Observância às Salvaguardas de REDD+

O Projeto deve demonstrar cumprimento às salvaguardas de REDD+ (Anexo I da Decisão 1/CP.16) - também conhecidas como salvaguardas de Cancun - que objetivam garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossis-

temas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Foco temático do biênio julho 2023 - julho 2025

A seguir é definido o foco de atuação do Fundo Amazônia para o biênio julho de 2023 a julho de 2025 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até julho de 2025, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação dos novos focos.

Sistemas governamentais de monitoramento público e controle do desmatamento em outros países tropicais

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento em outros países tropicais, a partir de cooperação Sul-Sul entre o Brasil e países parceiros.

Desenvolvimento de metodologias comuns de REDD+ para países tropicais

Apoio ao desenvolvimento de metodologias de REDD+ comuns entre grupos de países tropicais interessados.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para Monitoramento e Controle

Apoio ao desenvolvimento, integração, implementação e/ou aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas.

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

Como pode ser apoiado

Modalidades operacionais

Projeto Estruturante

É aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- a.** contribua para a implementação de uma política pública;
- b.** apresente estratégia de resolução em relação à situação problema;
- c.** demonstre potencial de impactos positivos duradouros e significativos;
- d.** tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

No que diz respeito ao setor público, os projetos estruturantes poderão ser apresentados pela administração pública direta e indireta federal e estadual.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando as ações do projeto abrangerem uma área geográfica significativa, seja ela composta por um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

O apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na modalidade Projeto Estruturante deverá ter por objetivo subsidiar a formulação ou implementação de políticas públicas.

Valores dos projetos

O valor do apoio do Fundo Amazônia para cada projeto contratado será de, no mínimo, US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares). O valor máximo para cada projeto, ao ser protocolado, não deverá ultrapassar US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares). Destaque-se que essa limitação de valor máximo não se aplica ao valor total de projetos nas modalidades de Chamada Pública Fundo Amazônia e Chamada Pública por Parceiros Aglutinadores (2.1).

Quem pode apresentar propostas

Proponentes

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais, ou ainda, por entidades da administração pública federal brasileira, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

Cooperação Sul-Sul

Projeto deve explicitar a cooperação com entidade governamental brasileira e sua estrutura de governança.

O que pode ser financiado (itens apoiáveis)

O Fundo Amazônia pode apoiar os seguintes tipos de despesas de investimento e de custeio:

- a. Obras Cíveis e Instalações;
- b. Máquinas, Equipamentos e outros bens;
- c. Logística;
- d. Recursos Humanos e Bolsa de Pesquisa;
- e. Consultoria e Prestação de Serviços Especializados;
- f. Serviços de Apoio;
- g. Despesas Administrativas;
- h. Apoios Especiais.

O que não pode ser financiado

Substituição de fontes

Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

Pagamentos a agentes públicos estrangeiros

Não poderão ser pagos salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos do exterior no exercício de suas funções públicas - tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias.

Pagamentos a agentes públicos brasileiros

Não poderão ser pagas diárias, salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos no exercício de suas funções públicas - tais como servidores, empregados públicos e outros, exceto pelo pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa e diárias a elas relacionadas.

Dívidas e despesas tributárias não relacionadas ao projeto

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

Indenização

O pagamento de indenizações por desapropriação não é apoiado pelo Fundo Amazônia.

O que é obrigatório

Contrapartida

Projeto deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do Fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

Publicidade e transparência

Projeto deve contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela Internet.

Indicadores de resultado

Projeto deve definir e mensurar indicadores de resultado diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

Sustentabilidade

Projeto deve propor estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós implementação.

Consentimento prévio de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

Projeto envolvendo povos indígenas e povos e comunidades tradicionais deve identificar quais comunidades serão envolvidas e comprovar o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.

Outros pontos observados pelo BNDES

Relevância

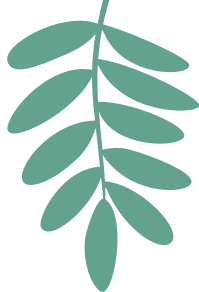
Países com maior cobertura florestal e que possuam uma Estratégia Nacional de REDD+.

Etapa prévia

Previamente à apresentação ao BNDES, os projetos de cooperação internacional deverão ser avaliados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e pertinência do apoio, consultado o Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima. Ainda previamente à apresentação, os projetos precisam ter aval da entidade brasileira que integra a cooperação.

Regra de transição

Os Projetos serão analisados pelo BNDES considerando as regras vigentes à época do seu protocolo.



Anexo 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações

Projetos cancelados

| Nome do projeto | Responsável pelo projeto | Valor do apoio (R\$) | Ano de cancelamento |
|--|---|-----------------------|---------------------|
| S.O.S Cumaru do Norte | Município de Cumaru do Norte (PA) | 755.299,70 | 2012 |
| Anapu Rumo ao Selo Verde | Município de Anapu (PA) | 431.940,00 | 2014 |
| Porto de Moz Sustentável | Município de Porto de Moz (PA) | 337.206,46 | 2014 |
| Bombeiros RR | Estado de Roraima | 12.800.000,00 | 2016 |
| Maranhão Sustentável | Estado do Maranhão | 20.036.000,00 | 2016 |
| Negócios Agroflorestais | Fundação Jari | 2.838.549,00 | 2017 |
| Renda Florestal | Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale) | 35.000.000,00 | 2017 |
| Frutos da Floresta | União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee) | 4.053.734,00 | 2018 |
| Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas | Estado do Amapá | 40.304.200,00 | 2018 |
| Seind – Gestão Ambiental Sustentável de Terras Indígenas | Estado do Amazonas | 16.465.000,00 | 2018 |
| Sepror Agroecológica | Estado do Amazonas | 14.900.000,00 | 2018 |
| Companhia de Operações Ambientais | União Federal – Ministério da Justiça | 30.631.480,00 | 2020 |
| TOTAL | | 178.553.409,16 | |



Projetos cujos valores foram alterados em anos anteriores

| Nome do projeto | Responsável pelo projeto | Valor do apoio (R\$) | Valor original do apoio (R\$) | Valor da alteração (R\$)* |
|--|---|----------------------|-------------------------------|---------------------------|
| Acre: Incêndios Florestais Zero | Estado do Acre | 13.280.709,56 | 13.280.700,00 | 9,56 |
| Amazônia Agroecológica | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) | 16.611.508,35 | 17.547.560,00 | (936.051,65) |
| Amazônia Indígena Sustentável | Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé | 7.352.757,03 | 8.188.872,44 | (836.115,41) |
| Amazônia SAR | União Federal - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) | 47.958.727,94 | 63.923.626,00 | (15.964.898,06) |
| APL Babaçu | Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema) | 4.897.085,37 | 5.286.300,00 | (389.214,63) |
| Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2 | Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) | 19.949.058,91 | 20.000.000,00 | (50.941,09) |
| Assentamentos Sustentáveis na Amazônia | Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) | 23.408.189,40 | 24.939.200,37 | (1.531.010,97) |
| Bolsa Floresta | Fundação Amazonas Sustentável (FAS) | 19.107.547,89 | 19.169.087,00 | (61.539,11) |
| Bombeiros Florestais de Mato Grosso | Estado de Mato Grosso | 12.518.230,09 | 12.625.000,00 | (106.769,91) |
| Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeiros | Associação SOS Amazônia | 9.938.777,00 | 9.993.000,00 | (54.223,00) |
| Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre | Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre) | 3.091.111,21 | 3.106.064,00 | (14.952,79) |
| Capacitar para Conservar | Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) | 1.404.360,67 | 1.452.000,00 | (47.639,33) |
| CAR Acre | Estado do Acre | 15.411.173,28 | 16.838.000,00 | (1.426.826,72) |
| CAR Amazonas | Estado do Amazonas | 12.148.072,01 | 29.867.722,00 | (17.719.649,99) |
| CAR Bahia | Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) - Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) | 29.298.701,78 | 31.671.000,00 | (2.372.298,22) |
| CAR Ceará | Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace) | 18.824.169,83 | 24.583.420,70 | (5.759.250,87) |
| CAR Espírito Santo | Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) | 2.384.656,97 | 13.889.440,00 | (11.504.783,03) |
| CAR Mato Grosso do Sul | Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul) | 4.575.359,30 | 8.789.800,00 | (4.214.440,70) |

(Continua)

(Continuação)

| Nome do projeto | Responsável pelo projeto | Valor do apoio (R\$) | Valor original do apoio (R\$) | Valor da alteração (R\$)* |
|--|--|----------------------|-------------------------------|---------------------------|
| CAR Paraná | Estado do Paraná | 1.084.473,01 | 14.110.253,86 | (13.025.780,85) |
| CAR Roraima | Estado de Roraima | 1.414.308,37 | 10.820.500,00 | (9.406.191,63) |
| CAR: Tocantins Legal | Estado do Tocantins | 24.788.284,00 | 40.504.400,00 | (15.716.116,00) |
| Cidades Florestais | Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) | 12.055.534,99 | 12.092.485,00 | (36.950,01) |
| Compostos Bioativos da Amazônia | Universidade Federal do Pará (UFPA) | 1.352.368,48 | 1.352.336,00 | 32,48 |
| Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas | Centro de Trabalho Indigenista (CTI) | 11.858.546,84 | 11.934.540,00 | (75.993,16) |
| Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado | Estado de Rondônia | 31.227.392,40 | 32.659.602,00 | (1.432.209,60) |
| Floresta para Sempre | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) | 8.004.487,80 | 14.293.105,00 | (6.288.617,20) |
| Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável | Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre) | 4.981.614,66 | 5.081.763,00 | (100.148,34) |
| Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia | The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) | 15.487.682,61 | 15.750.406,00 | (262.723,39) |
| Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia | Fundação Banco do Brasil | 14.515.520,43 | 15.000.000,00 | (484.479,57) |
| Fundo Dema | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) | 6.601.699,07 | 9.347.384,00 | (2.745.684,93) |
| Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu | Instituto Socioambiental (ISA) | 11.685.843,13 | 11.712.000,00 | (26.156,87) |
| Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas | Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) | 11.042.796,11 | 11.448.505,00 | (405.708,89) |
| Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia | Universidade Federal do Pará (UFPA) | 2.660.567,23 | 2.704.084,90 | (43.517,67) |
| Inventário Florestal Nacional - Amazônia | União Federal - Serviço Florestal Brasileiro (SFB) | 38.149.719,06 | 65.000.555,12 | (26.850.836,06) |
| IREHI – Cuidando dos Territórios | Operação Amazônia Nativa (Opan) | 8.144.618,70 | 8.160.140,00 | (15.521,30) |
| Jacundá, Município de Economia Verde | Município de Jacundá (PA) | 199.352,05 | 792.200,00 | (592.847,95) |
| Nascentes do Buriti | Município de Carlinda (MT) | 1.875.500,94 | 1.870.581,50 | 4.919,44 |
| Olhos d'Água da Amazônia – Fase 2 | Município de Alta Floresta (MT) | 7.146.563,54 | 7.182.970,00 | (36.406,46) |
| Pacto da Floresta | Pacto das Águas - Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais | 8.607.999,88 | 8.700.000,00 | (92.000,12) |

(Continua)

(Continuação)

| Nome do projeto | Responsável pelo projeto | Valor do apoio (R\$) | Valor original do apoio (R\$) | Valor da alteração (R\$)* |
|---|--|-----------------------|-------------------------------|---------------------------|
| Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia | Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) | 12.814.691,38 | 12.843.876,04 | (29.184,66) |
| Preservar Porto dos Gaúchos | Município de Porto dos Gaúchos (MT) | 120.655,00 | 133.890,00 | (13.235,00) |
| Prevfogo | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) | 14.600.323,63 | 14.717.270,00 | (116.946,37) |
| Programa Municípios Verdes | Estado do Pará | 45.591.647,24 | 82.378.560,00 | (36.786.912,76) |
| Proteção Florestal Tocantins | Estado do Tocantins | 4.958.910,00 | 5.000.000,00 | (41.090,00) |
| Quintais Amazônicos | Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra) | 8.837.852,29 | 9.117.000,00 | (279.147,71) |
| Recupera Marcelândia | Município de Marcelândia (MT) | 551.556,98 | 669.126,00 | (117.569,02) |
| Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas | Estado do Amazonas | 17.575.286,19 | 20.000.000,00 | (2.424.713,81) |
| Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu | Município de Cotriguaçu (MT) | 1.567.845,25 | 1.981.511,00 | (413.665,75) |
| Sementes do Portal | Instituto Ouro Verde (IOV) | 5.397.778,87 | 5.433.450,00 | (35.671,13) |
| Sentinelas da Floresta | Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) | 5.175.522,50 | 5.288.817,00 | (113.294,50) |
| Tapajós Sustentável | Conservation International do Brasil (CI-Brasil) | 18.835.131,99 | 23.679.628,00 | (4.844.496,01) |
| Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento | Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai) | 9.059.718,63 | 9.075.000,00 | (15.281,37) |
| Valorização do Ativo Ambiental Florestal | Estado do Acre | 52.930.867,68 | 60.000.000,00 | (7.069.132,32) |
| TOTAL | | 683.062.857,52 | 875.986.731,93 | (192.923.874,41) |

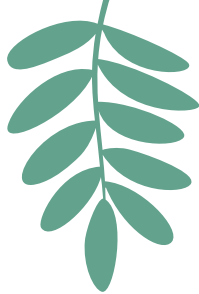
Nota: * Os projetos Compostos Bioativos da Amazônia, Nascentes do Buriti e Acre: Incêndios Florestais Zero tiveram um aumento de valor, pois previam atualização monetária da quantia da colaboração financeira do Fundo Amazônia.



Projetos com suplementação

| Nome do projeto | Responsável pelo projeto | Valor do apoio (R\$) | Valor original do apoio (R\$) | Valor da suplementação (R\$) | Ano de aprovação da suplementação |
|-------------------------|--|----------------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| Concretizar | Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca | 6.422.748,00 | 4.751.520,00 | 1.671.228,00 | 2015 |
| Conhecer para Conservar | Museu da Amazônia (Musa) | 9.984.629,00 | 8.454.421,00 | 1.530.208,00 | 2015 |
| TOTAL | | 16.407.377,00 | 13.205.941,00 | 3.201.436,00 | |





Anexo 4 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

| Objetivos (efeitos diretos) | 1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas | 1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado | 1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade | 1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica |
|---|---|--|--|--|
| Componente “produção sustentável” | | | | |
| Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo? | R\$ – mil | R\$ – mil | R\$ – mil | R\$ – mil |
| Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo? | Imóveis rurais com projetos de produção sustentável implantados (nº de imóveis) | Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas (nº de unidades de beneficiamento) | Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – total (nº de pessoas) | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares) |
| | Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica (nº de imóveis) | Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades) | Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – mulheres (nº de mulheres) | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares) |
| | Unidades demonstrativas implantadas – sistemas agroflorestais (SAF)/pecuária sustentável/integração lavoura-pecuária-floresta (nº de unidades demonstrativas) | Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos) | Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – indígenas (nº de indígenas) | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares) |
| | Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/ casas de semente/galpões implantados (nº de unidades) | Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos) | Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos) | Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/ galpões implantados (nº de unidades) |
| | Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos) | Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos) | Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos) | Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos) |
| | Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos) | Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos) | Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos) | Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos) |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas | 1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado | 1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade | 1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica |
|---|---|---|--|---|
| Componente “produção sustentável” | | | | |
| Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo? | Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos) | Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficina realizados (nº de eventos) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações) | Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos) |
| | Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações) | Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos) | Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos) |
| | Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos) | Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos) | Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações) |
| | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações) | Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres) | Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas) | Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos) |
| | Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos) | Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas) | Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições) | Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres) |
| | Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres) | Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições) | | Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas) |
| | Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas) | | | Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições) |
| | Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições) | | | |

(Continua)



(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas | 1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado | 1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade | 1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica |
|---|--|---|---|---|
| Componente “produção sustentável” | | | | |
| Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto? | Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil) | Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil) | Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos) | Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares) |
| | Área de floresta diretamente manejada (hectares) | Área de floresta diretamente manejada (hectares) | Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres) | Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares) |
| | Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações) | Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações) | Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – indígenas (nº de indígenas) | Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações) |
| | | | Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações) | |

(Continua)



(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas | 2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades |
|--|---|--|
| | Componente “monitoramento e controle” | |
| Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo? | R\$ – mil | R\$ – mil |
| Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo? | Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – total (nº de indivíduos) | Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (nº de imóveis) |
| | Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – mulheres (nº de mulheres) | Área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (hectares) |
| | Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos (nº de servidores) | Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/ caminhões/motocicletas (nº de equipamentos) |
| | Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres) | Imóveis rurais com cadastro analisado (nº de imóveis) |
| | Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/ caminhões/motocicletas (nº de equipamentos) | Área de imóveis rurais com cadastro analisado (hectares) |
| | Equipamentos adquiridos para combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas – aeronave/caminhonete/ embarcação/tanque-reboque/caminhão autotanque florestal (nº de equipamentos) | Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (nº projetos) |
| | Veículos alugados para ações de fiscalização ambiental (nº de veículos) | Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (hectares) |
| | Horas de voo executadas em ações de fiscalização ambiental (nº de horas) | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares) |
| | Missões de fiscalização ambiental executadas (nº de missões) | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares) |
| | Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – total (nº de pessoas) | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares) |
| | Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – mulheres (nº de mulheres) | Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos) |
| | Sistemas eletrônicos implantados, aprimorados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações) |
| | Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos) | Infraestrutura para recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades) |
| | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações) | |
| | Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares) | |
| | Órgãos ambientais fortalecidos (nº de órgãos) | |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas | 2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades |
|---|--|--|
| Componente “monitoramento e controle” | | |
| Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo? | Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores) | |
| | Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores mulheres) | |
| | Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – total (nº de indivíduos) | |
| | Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – mulheres (nº de mulheres) | |
| | Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com órgãos federais (nº de operações conjuntas) | |
| | Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com outros corpos de bombeiros militares (nº de operações conjuntas) | |
| | Ações de apoio pelo corpo de bombeiros militar à fiscalização ambiental realizadas por outros órgãos estaduais e federais competentes (nº de ações de apoio) | |
| Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto? | Área monitorada na Amazônia Legal (hectares) | Imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (nº de imóveis) |
| | Área monitorada no Brasil fora da Amazônia Legal (hectares) | Área de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (hectares) |
| | Área monitorada em outros países tropicais (hectares) | Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (nº de projetos) |
| | Autos de infração lavrados por infrações contra a flora (nº de autos) | Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (hectares) |
| | Multas aplicadas por infrações contra a flora (R\$ mil) | Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares) |
| | Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos) | Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares) |
| | Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres) | |
| | Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores) | |
| | Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres) | |
| | Indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos) | |
| | Mulheres capacitadas em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres) | |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas | 2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades |
|---|---|---|
| | Componente “monitoramento e controle” | |
| Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto? | Focos de calor – primeira medição é a média do número de focos de calor nos cinco anos anteriores à implementação das ações do projeto (nº de focos de calor) | |
| | Focos de calor verificados pelo corpo de bombeiros mediante ida a campo (nº de focos de calor) | |
| | Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelo corpo de bombeiros (nº de incêndios) | |
| | Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores) | |
| | Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores mulheres) | |
| | Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos) | |
| | Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de mulheres) | |
| | Acessos a sistemas eletrônicos implantados ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de acessos) | |
| | Organizações utilizando sistemas eletrônicos implantados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de organizações) | |

(Continua)



(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas | 3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada | 3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas | 3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico- econômico (ZEE) ampliadas |
|--|---|--|---|--|
| Componente "ordenamento territorial" | | | | |
| Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo? | R\$ – mil | R\$ – mil | R\$ – mil | R\$ – mil |
| Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo? | Estudos para a identificação de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação (UC) ou reconhecimento de terras indígenas (TI) realizados (nº de estudos) | Planos de gestão territorial elaborados ou revisados (nº de planos) | Imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (nº de imóveis) | Estudos de planejamento e/ou diagnóstico e/ou prognóstico para a realização do ZEE (nº de estudos) |
| | Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos) | Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos) | Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos) | Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares) |
| | Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos) | Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos) | Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos) | Banco de Dados Geográficos (BDG) estruturado e alimentado com as geoinformações utilizadas para elaboração do ZEE (nº de banco de dados) |
| | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações) | Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos) |
| | Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares) | Missões de vigilância territorial executadas (nº de missões) | Documentos digitalizados para gestão fundiária (nº de documentos) | Eventos públicos de discussão e validação do ZEE realizados (nº de eventos) |
| | Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos) | Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – total (nº de indivíduos) | Área de imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (hectares) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações) |
| | Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres) | Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – mulheres (nº de mulheres) | Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos) | |
| | Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas) | Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – indígenas (nº de indígenas) | Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres) | |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas | 3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada | 3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas | 3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico- econômico (ZEE) ampliadas |
|--|---|--|--|---|
| Componente "ordenamento territorial" | | | | |
| Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo? | | Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos (nº de servidores) | Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas) | |
| | | Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres) | | |
| | | Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares) | | |
| | | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares) | | |
| | | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares) | | |
| | | Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares) | | |
| | | Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos) | | |
| | | Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos) | | |
| | | Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos) | | |
| | | Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres) | | |
| | | Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas) | | |
| | | Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/ chamadas públicas de parceiros (nº de instituições) | | |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas | 3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada | 3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas | 3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico- econômico (ZEE) ampliadas |
|---|---|--|---|---|
| Componente "ordenamento territorial" | | | | |
| Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto? | Área de UCs da natureza criadas (hectares) | UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de UCs) | Imóveis rurais com situação fundiária regularizada (nº de imóveis) | Área de terras com organização do território definida por meio do ZEE (hectares) |
| | Área de TIs reconhecidas (hectares) | Área de UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares) | Área de imóveis rurais com situação fundiária regularizada (hectares) | |
| | | TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de TIs) | | |
| | | Área de TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares) | | |
| | | Indivíduos capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos) | | |
| | | Mulheres capacitadas para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de mulheres) | | |
| | | Indígenas capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de indígenas) | | |
| | | Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de servidores) | | |
| | | Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de servidores mulheres) | | |
| | | Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares) | | |
| | | Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares) | | |
| | | Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações) | | |

(Continua)

(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados | 4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados |
|---|---|--|
| Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos" | | |
| Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo? | R\$ – mil | R\$ – mil |
| Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo? | Pesquisas realizadas (nº de pesquisas) | Plataformas de finanças solidárias estruturadas para apoiar projetos das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (nº de plataformas) |
| | Laboratórios construídos ou reformados (nº de laboratórios) | Valor pago por serviços ambientais (R\$ mil) |
| | Área de laboratórios construídos ou reformados (m²) | Subvenção concedida a extrativistas e pequenos produtores rurais para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (R\$ mil) |
| | Equipamentos de transporte adquiridos para ciência e inovação – embarcações/carros/ caminhões/motocicletas (nº de equipamentos) | Valor pago por programas de compras públicas (R\$ mil) |
| | Sistemas eletrônicos desenvolvidos e/ou aprimorados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas) | Imóveis rurais beneficiados com pagamento por serviços ambientais (nº de imóveis) |
| | Eventos integradores para ciência e inovação – seminários/oficinas realizados (nº de eventos) | Equipamentos de transporte adquiridos para implementação de instrumentos econômicos – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos) |
| | Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares) | Eventos integradores para implementação de instrumentos econômicos – seminários/oficinas realizados (nº de eventos) |
| | Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares) | Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para implementação de instrumentos econômicos (nº de publicações) |
| | Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto – total (nº de indivíduos) | Mapeamento de oportunidades de negócios de impactos socioambientais realizado (nº de mapeamentos) |
| | Mulheres pesquisadoras e técnicas envolvidas nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto (nº de mulheres) | |

s(Continua)



(Continuação)

| Objetivos (efeitos diretos) | 4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados | 4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados |
|---|---|--|
| Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos" | | |
| Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto? | Publicações científicas produzidas (nº de publicações) | Operações de finanças solidárias realizadas (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (nº de operações) |
| | Novos produtos ou tecnologias desenvolvidos (nº de produtos) | Valor do apoio realizado (capital de giro, prestação de aval etc.) por meio de instrumentos de plataforma de finanças solidárias (R\$ mil) |
| | Patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (nº de patentes) | Inadimplemento financeiro resultante de operações de finanças solidárias (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (R\$ mil) |
| | Informações geoespacializadas de uso e cobertura da terra geradas por tecnologias desenvolvidas ou aprimoradas – alertas/mapas/laudos (nº de informações) | Área de cobertura florestal beneficiada com pagamento por serviços ambientais (hectares) |
| | | Organizações produtivas que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de organizações) |
| | | Indivíduos que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de indivíduos) |
| | | Organizações produtivas beneficiadas por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de organizações) |
| | | Indivíduos beneficiados por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de indivíduos) |
| | | Valor aportado por fundo de investimento em negócios de impacto socioambiental com coinvestimento do Fundo Amazônia |
| | | Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil) |
| | | Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil) |





Índice remissivo de projetos

| | |
|--|-----|
| Acre: Incêndios Florestais Zero..... | 115 |
| Agroecologia em Rede..... | 118 |
| Alto Juruá..... | 110 |
| Amazônia Agroecológica..... | 118 |
| Amazônia Indígena Sustentável..... | 110 |
| Amazônia – Regularização Ambiental..... | 106 |
| Amazônia SAR..... | 118 |
| Amazônia Socioambiental..... | 122 |
| APL Babaçu..... | 110 |
| Arapaima: Redes Produtivas..... | 111 |
| Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2..... | 115 |
| Assentamentos Sustentáveis na Amazônia..... | 107 |
| Babaçu Livre..... | 118 |
| Bem Viver Sustentável..... | 109 |
| Biodiversidade..... | 113 |
| Bolsa Floresta..... | 115 |
| Bolsa Floresta+..... | 118 |
| Bombeiros Florestais de Mato Grosso..... | 114 |
| Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso..... | 106 |
| Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros..... | 109 |
| Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre..... | 112 |
| Calha Norte Sustentável..... | 106 |
| Capacitar para Conservar..... | 109 |
| CAR Acre..... | 74 |
| CAR Amazonas..... | 118 |
| CAR Bahia..... | 118 |
| CAR Ceará..... | 118 |
| CAR Espírito Santo..... | 118 |
| CAR Mato Grosso do Sul..... | 107 |
| CAR Paraná..... | 107 |

| | |
|---|-----|
| CAR Roraima | 107 |
| CAR: Tocantins Legal..... | 118 |
| Cidades Florestais | 118 |
| Compostos Bioativos da Amazônia | 113 |
| Concretizar | 111 |
| Conhecer para Conservar..... | 109 |
| Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas..... | 106 |
| Dabucury: Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Gestão Etnoambiental nas Terras Indígenas da Amazônia | 118 |
| Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável | 115 |
| Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre | 78 |
| Floresta Ativa Tapajós..... | 118 |
| Floresta de Babaçu em Pé | 118 |
| Floresta para o Bem-estar..... | 125 |
| Floresta para Sempre | 118 |
| Florestas Comunitárias..... | 107 |
| Florestas de Mangue..... | 114 |
| Florestas de Valor – Novos Modelos de Negócio para a Amazônia | 118 |
| Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável | 108 |
| Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia | 108 |
| Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia | 111 |
| Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia | 112 |
| Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais | 106 |
| Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia..... | 119 |
| Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 2)..... | 119 |
| Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia (Fase 3)..... | 128 |
| Fundo Dema | 110 |
| Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas..... | 119 |
| Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu..... | 108 |
| Gestão Socioambiental de Municípios do Pará | 116 |

| | |
|--|-----|
| Gestão Territorial Opirj | 119 |
| Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas..... | 84 |
| Ilhas de Belém..... | 115 |
| Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia | 115 |
| Inventário Florestal Nacional – Amazônia | 119 |
| IREHI – Cuidando dos Territórios..... | 108 |
| Jacundá – Município de Economia Verde..... | 112 |
| Legado Integrado da Região Amazônica (Lira)..... | 119 |
| Mais Sustentabilidade no Campo | 119 |
| Mamirauá | 108 |
| MapBiomass..... | 119 |
| Mato Grosso Sustentável | 119 |
| Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros | 119 |
| Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia..... | 119 |
| Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional | 90 |
| Nascentes do Buriti | 111 |
| Néctar da Amazônia | 108 |
| Nova Cartografia Social na Amazônia | 116 |
| Olhos d'Água da Amazônia | 116 |
| Olhos d'Água da Amazônia – Fase 2 | 114 |
| Pacto da Floresta..... | 94 |
| Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas.... | 111 |
| Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia..... | 111 |
| Pesca Sustentável..... | 114 |
| Plano Amas – Amazônia: Segurança e Soberania | 130 |
| Plantar Rondônia | 107 |
| PPP-ECOS na Amazônia Fase 2..... | 119 |
| Preservar Porto dos Gaúchos..... | 116 |
| ProAmazon – Projeto de Combate a Incêndios e Desmatamento no Amazonas | 132 |
| Programa de Qualificação da Gestão Ambiental..... | 110 |
| Programa Municípios Verdes | 99 |
| Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado | 119 |

| | |
|---|-----|
| Projeto de Fiscalização Ambiental e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (Profisc 1 – B) | 103 |
| Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas no Amapá | 134 |
| Projeto Integrado da Amazônia | 119 |
| Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia | 112 |
| Proteção Florestal Tocantins | 113 |
| Quintais Amazônicos | 112 |
| Recupera Marcelândia | 114 |
| Redes Indígenas da Amazônia | 136 |
| Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas | 114 |
| Restaura Amazônia MR1 | 139 |
| Restaura Amazônia MR2 | 142 |
| Restaura Amazônia MR3 | 145 |
| Rondônia Mais Verde | 110 |
| Rondônia Mais Verde – Fase 2 | 148 |
| Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Acre | 150 |
| Semas Pará | 115 |
| Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu | 112 |
| Sementes do Portal | 116 |
| Sementes do Portal – Fase 2 | 109 |
| Sentinelas da Floresta | 113 |
| Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu | 113 |
| Tapajós Sustentável | 119 |
| Terra a Limpo | 119 |
| Território, Cultura e Autonomia Kayapó | 119 |
| Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento | 110 |
| Valorização do Ativo Ambiental Florestal | 109 |
| Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas | 107 |
| Virada Verde | 116 |

FICHA TÉCNICA

(composição dos cargos em 31 de dezembro de 2024)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luís Inácio Lula da Silva

MINISTRA DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Marina Silva

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA,

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Geraldo Alckmin

BNDES

PRESIDENTE

Aloizio Mercadante

DIRETORA DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

Tereza Campello

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

Nabil Moura Kadri

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Fernanda Garavini

EDIÇÃO

Gerência de Editoração e Memória do BNDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Flávia Castellan

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Gerência de Relações Institucionais

do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO

Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL

Tikinet

FOTOS

Getty Images

IMPRESSÃO

Digital Printz



Fundo Amazônia.
O Brasil cuida.
O mundo apoia.
Todos ganham.



Editado pelo Departamento de Relacionamento da
Área de Relacionamento, Marketing e Cultura

Junho de 2025

www.bndes.gov.br



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO